

SAMARA LAVIOLA PEDROSA

**A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO FÍSICO DA HABITAÇÃO E ARRANJOS
DOMICILIARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Orientador: Tiago Augusto da Cunha

Coorientadora: Márcia Barroso Fontes

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2020

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

P372i
2020
Pedrosa, Samara Laviola, 1991-
A relação entre espaço físico da habitação e arranjos
domiciliares : condomínio residencial Nova Muriaé / Samara
Laviola Pedrosa. – Viçosa, MG, 2020.
148 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Tiago Augusto da Cunha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.137-1424.

1. Arquitetura de habitação. 2. Habitações - Aspectos
sociais. 3. Espaço (Arquitetura). 4. Habitação popular.
5. Conjuntos habitacionais. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22 ed. 728.1

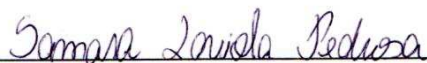
SAMARA LAVIOLA PEDROSA

**A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO FÍSICO DA HABITAÇÃO E ARRANJOS
DOMICILIARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

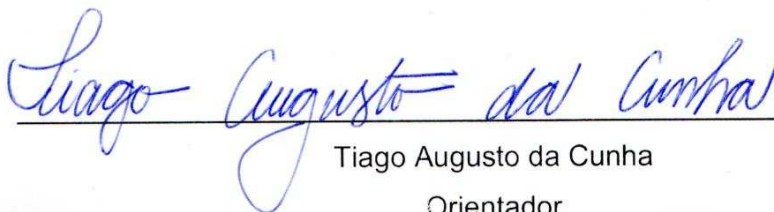
APROVADA: 17 de fevereiro de 2020.

Assentimento:



Samara Laviola Pedrosa

Autor



Tiago Augusto da Cunha

Orientador

Dedico este pequeno esforço a meus
pais, Itamar e Sanusa e meu irmão
Jefferson.

AGRADECIMENTOS

Eis que me deparo concretizando um sonho que devido a minha prudência humana, pensava, por vezes, que não seria capaz. Quantos desafios, quantas renúncias e angústias, mas no meio disso tudo, sentia que existia uma força maior que não me permitia desanimar, que me amparava e me fazia ter vontade de seguir em frente, e essa força sem tamanho se chama Deus. Eu o agradeço por ter plantado em mim a vontade de um dia cursar o mestrado e com o passar do tempo, abrir todas as portas possíveis, desde a aprovação até a conclusão.

Aos meus pais, Itamar e Sanusa, meu infinito agradecimento pela maior demonstração de amor e cuidado, ao abrirem mão dos seus próprios sonhos para que eu pudesse realizar os meus, deixando assim, além do exemplo de vida, a herança que jamais poderá ser tirada: a educação. Espero que a conclusão deste trabalho seja apenas uma das formas de retribuir. Ao meu irmão, Jefferson, pelo incentivo e por acreditar em mim mais do que eu mesma. Caminharemos sempre juntos, lado a lado, para concretizarmos todos os nossos sonhos.

Minha família, essa vitória é nossa!

Agradeço ao professor Tiago Cunha, por ter acreditado em mim e em meu trabalho, escolhendo-me para orientar. Obrigada por exercer com maestria e firmeza a exigência digna de um grande mestre. Soube, em diversos momentos, os mais difíceis, me ensinar e direcionar o caminho certo a seguir, amparando-me nas desventuras e aproximando-me nas distrações inerentes ao cansaço. Tenho muito orgulho de ter sido orientada por alguém tão sábio e humano. Meu muito obrigada, Tiago!

À minha coorientadora, professora Márcia Fontes, por ter surgido em um momento de tantas dúvidas e, com seu jeito acolhedor, me aceitar no Departamento de Economia Doméstica e ministrar uma disciplina que se encaixasse perfeitamente à minha pesquisa, esclarecendo-me todas as dúvidas e contribuindo para o desenvolvimento de toda a pesquisa. Obrigada pelas palavras de incentivo e apoio em todo o processo!

Agradeço ao grupo de estudos Territórios e Desigualdades, e aos membros Victor, Cecília, Dorys e Sofia. Obrigada pelo conhecimento compartilhado, vocês foram parte de grande importância para o alívio da tarefa solitária que é a pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa e, em especial, ao Programa de Pós-

Graduação, pela acolhida e por ter contribuído para uma das melhores experiências da minha vida. Quanto orgulho tenho em adquirir o título de Mestre em uma instituição de conduta tão admirável, honrosa e respeitável.

Agradeço a todos os amigos de longa data, que contribuíram de alguma forma para essa conquista. Obrigada por entenderem minhas ausências, pelo incentivo diário e por ouvir meus choros e lamentos. Em especial, aos membros do Puxadinho, vocês são demais!

À Capes, pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, não poderia deixar de evidenciar a rica experiência com os moradores do Condomínio Residencial Nova Muriaé, peça fundamental da minha pesquisa. Poder adentrar não só em suas casas, mas em suas mais íntimas necessidades serviu de elemento propulsor para um olhar sobre um contexto social não muito estimado pela sociedade. Muito além de uma grande lição de vida, que ensinou que a vida é feita de pessoas e não de coisas, pude vivenciar de forma próxima a importância do urbanista no meio social. É essa filosofia que pretendo manter agregada em cada trabalho, tendo ciência do quanto posso fazer diferença na vida das pessoas.

Ao poder público, ofereço a semente por meio da experiência e, ao mesmo tempo, clamo para um olhar direto que ligue, de fato, as condições de edificações e moradias à dignidade da pessoa humana.

A todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

PEDROSA, Samara Laviola, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2020. **A relação entre espaço físico da habitação e arranjos domiciliares:** Condomínio Residencial Nova Muriaé. Orientador: Tiago Augusto da Cunha. Coorientadora: Márcia Barroso Fontes.

A temática da heterogeneidade dos padrões de composição dos arranjos domiciliares vem ganhando destaque nos últimos anos, inclusive no meio arquitetônico. A diversificação das composições dos arranjos domiciliares decorrem de novos comportamentos individuais, mas também de modificações nas temporalidades relacionadas ao processo de formação das unidades familiares e domésticas. Tão importante quanto são as mudanças culturais, econômicas e comportamentais da sociedade contemporânea. O mesmo não ocorreu necessariamente com o espaço físico da unidade residencial. Nesse sentido, objetiva-se pesquisar se a inflexibilidade espacial da unidade de residência pode constranger a maneira como as unidades domésticas se organizam dentro do domicílio. Dessa maneira, objetivando a relação entre espaço físico da unidade de residência e arranjos domiciliares, nos valem de uma análise comparativa dos arranjos domiciliares entre diversos recortes territoriais, a saber: Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Muriaé. Utilizamos os microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Por último, optamos por descrever os arranjos domiciliares e as unidades habitacionais do Conjunto Residencial Nova Muriaé. Os dados demonstram que as participações de algumas classes de arranjos domiciliares são ali muito distintas se comparadas a outros contextos, sobretudo as das famílias estendidas. Ademais, o trabalho final contribuirá para, além da inserção de mais um fator responsável pela formação dos arranjos, sustentar a necessidade de construção de residências flexíveis e expansíveis para conjuntos habitacionais populares.

Palavras-chave: Arranjos domiciliares. Programa de necessidades arquitetônico. Conjunto habitacional popular.

ABSTRACT

PEDROSA, Samara Laviola, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2020. **The relationship between the physical space of the home and home arrangements:** Nova Muriaé Residential Condominium. Advisor: Tiago Augusto da Cunha. Co-dvisor: Márcia Barroso Fontes.

The theme of the heterogeneity of household arrangement composition patterns has been gaining prominence in recent years, with considerable explanation for the change in individuals' behavior to a new distribution according to individual life course (resulting from the drop in fertility and population aging), and the cultural, economic and behavioral changes of contemporary society. This research aims to investigate the formation, or even the consolidation of certain home arrangements to the detriment of others, by housing in an inflexible and immutable residence, thus including a physical factor - the program of architectural needs - as one of the conditions for individual and group decision making. In order to ascertain this question, we will investigate through field research, the behavior of the different resident housing arrangements of a popular housing development, the Residencial Nova Muriaé Condominium, belonging to the city of Muriaé - MG, which has residences with similar and inflexible needs programs. Thus, in order to capture this relationship between needs program and household arrangements, research instruments based on the Demographic Census questionnaires, as well as on-site observations and surveys are used. In addition, the final work will contribute, in addition to inserting one more factor responsible for the formation of the arrangements, to support the need to build flexible and expandable residences for popular housing developments.

Keywords: Home arrangements. Architectural needs program. Popular housing estate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conjunto Residencial Várzea do Carmo, em São Paulo.	24
Figura 2 – Planta baixa do Conjunto Residencial Várzea do Carmo.	24
Figura 3 – Edifício Japurá, em São Paulo.	25
Figura 4 – Planta baixa do Edifício Japurá.	25
Figura 5 – Planta baixa Conjunto Santa Etelvina – COHAB.	29
Figura 6 – Planta baixa Conjunto Brigadeiro Faria Lima – COHAB.	30
Figura 7 – Planta baixa Conjunto Prestes Maia – COHAB.	30
Figura 8 – Planta baixa Conjunto Heliópolis.	32
Figura 9 – Planta baixa tipologia 1 – MCMV.	40
Figura 10 – Planta baixa tipologia 1 – MCMV.	40
Figura 11 – Distância entre o CRNM e o centro da cidade de Muriaé, 2018.	70
Figura 12 – Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.	71
Figura 13 – Residências do Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.	73
Figura 14 – Planta baixa das residências do Condomínio Residencial.	75
Figura 15 – Planta baixa de locação do Condomínio Residencial.	75
Figura 16 – Acesso e limite das residências no Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.	76
Figura 17 – Localização de Muriaé no estado de Minas Gerais.	77
Figura 18 – Localização do Distrito do Vermelho em relação a Muriaé.	77
Figura 19 – Apartamento vazio e depredado, Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.	88
Figura 20 – Apartamento vazio e depredado, Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.	88
Figura 21 – Interior de uma das residências onde a sala é utilizada como dormitório. Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2020.	90
Figura 22 – Pirâmides Etárias, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.	100
Figura 23 – Planta padrão, CRNM, 2018.	114
Figura 24 – Domicílio onde houve adição de moradores por nascimento.	118
Figura 25 – Fotografia de um dos domicílios onde houve adição por nascimento.	118
Figura 26 – Domicílio onde houve adição de moradores por casamento, dep. financeira e nascimento.	120

Figura 27 – Domicílio onde houve subtração de moradores por casamento.	121
Figura 28 – Fotografia de um dos domicílios onde houve subtração por casamento.....	121
Figura 29 – Domicílio onde houve subtração e adição de moradores.....	123
Figura 30 – Fotografia de 2014 de um dos domicílios onde houve subtração e adição por casamento.....	124
Figura 31 – Fotografia de 2020 de um dos domicílios onde houve subtração e adição por casamento.....	124
Figura 32 – Interior das residências do CRNM.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da população brasileira por situação de domicílio (1950 – 2010).	44
Gráfico 2 – Incremento médio anual da população total Brasil (1940 – 2015).	45
Gráfico 3 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares por tipo (1980 e 2010).	51
Gráfico 4 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio por sexo, segundo a presença de cônjuge (1980 e 2010).	52
Gráfico 5 – Razão de sexo total, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.	92
Gráfico 6 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970.	93
Gráfico 7 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1980.	93
Gráfico 8 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1991.	93
Gráfico 9 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 2000.	93
Gráfico 10 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 2010.	94
Gráfico 11 – Responsáveis por domicílios particulares permanentes segundo sexo, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.	95
Gráfico 12 – Alfabetização, Total da População, Condomínio Residencial Nova Muriaé (CRNM), 2018.	97
Gráfico 13 – Responsáveis por domicílios particulares permanentes segundo alfabetização (sabe ler e escrever, não sabe ler e escrever), Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.	98
Gráfico 14 – Arranjos domiciliares, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000,	103
Gráfico 15 – Arranjos domiciliares, CRNM, 2011 a 2018.	105
Gráfico 16 – Idade dos responsáveis pelo domicílio, segundo arranjos domiciliares, CRNM, 2011.	108
Gráfico 17 – Razões para as alterações dos arranjos domiciliares, CRNM, 2011, 2013,	

2015, 2018.	110
Gráfico 18 – Possibilidade de coabitar (parente ou não), Responsáveis por domicílios, CRNM, 2018.....	128
Gráfico 19 – Possibilidade de coabitar (parente ou não) segundo arranjos domiciliares, Responsáveis por domicílios, CRNM, 2018.	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das mulheres de 30 anos ou mais, segundo perfis sexuais e reprodutivos, Brasil – 2006.....	54
Tabela 2 – Distribuição das mulheres de 30 anos ou mais, por perfil sexual e reprodutivo, segundo características sociodemográficas, Brasil – 2006.	55
Tabela 3 – Distribuição relativa da população segundo o tipo de domicílio – Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011.	59
Tabela 4 – Idade segundo responsáveis por domicílios com idade igual ou superior a 10 anos, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos significativos para a política habitacional brasileira a partir de 1964.	35
Quadro 2 – Alternância dos anos de levantamento dos arranjos domiciliares.	78
Quadro 3 – Variáveis do questionário.	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. TEMAS NORTEADORES.....	20
2.1 Panorama das políticas de Habitação de Interesse Social: do contexto europeu às primeiras habitações produzidas no Brasil. O paradigma da universalização e padronização da unidade de residência.....	20
2.1.1 O Programa Minha Casa, Minha Vida. Velhos paradigmas habitacionais.....	36
2.2 Dinâmica demográfica e as transformações na família.....	42
2.3 Arranjos domiciliares.....	48
2.4. O curso de vida como fator de influência na flexibilização residencial	59
3. OBJETIVOS	66
3.1 Objetivo geral	66
3.2 Objetivos específicos	66
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
4.1 Caracterização da pesquisa	67
4.2 Local de estudo	68
4.3 População e amostra	78
4.4. Procedimento de coleta de dados	80
4.5. Procedimento de análise de dados	82
5. RESULTADOS OBTIDOS.....	85
5.1 Contextualização.....	86
5.2 Caracterização dos moradores do Condomínio Residencial Nova Muriaé	90
5.2.1 Sexo	90
5.2.2 Escolaridade	96
5.2.3 Idade.....	99
5.3 Arranjos domiciliares.....	101
5.4. Combinando perfil individual e arranjos domiciliares	107
5.5. Índice de alteração dos arranjos domiciliares presentes no CRNM....	109
5.6. A influência do espaço físico na composição dos arranjos domiciliares	

do CRNM.....	112
5.6.1 Aspectos físicos da moradia. Estudo da planta baixa das residências do CRNM	112
5.6.2 O curso de vida dos arranjos domiciliares ao residirem no CRNM.....	116
6. CONCLUSÕES.....	132
7. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
ANEXOS	145

1. INTRODUÇÃO

O impasse do que seria a área mínima admissível para uma habitação persiste há muito tempo. A questão se tornou ainda mais importante diante da necessidade imediata de se aumentar a oferta de moradias, urgência derivada, num primeiro momento, do que se ficou popularmente conhecido como “explosão demográfica”; crescimento acelerado da população que, por diversos motivos, se combinou com a concentração espacial da população no meio urbano.

Posteriormente, a premência da oferta habitacional voltou à baila provocada pela quase que completa eliminação do estoque habitacional provocada pela Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, questões como industrialização, pré-fabricação, massificação e padronização, mas, também, funcionalidade e espaço mínimo necessário à reprodução da população se tornaram fundamentais. Desde a simples descrição dimensional, com base no layout do mobiliário necessário, até as atuais discussões dentro da psicologia ambiental, atualmente, há as mais variadas concepções de como caracterizar a moradia mínima ideal para se viver.

No entanto, mesmo existindo considerações cuja noção de “mínimo” não pode ser dada somente para atender às exigências físicas das atividades domésticas, exigências psicossomáticas também precisam ser consideradas. Isso equivale dizer que há uma infinidade de subjetividades que repercutiriam na maneira como as unidades residenciais são organizadas.

Desde já parece importante alertar que não desejamos versar sobre essas individualidades, porém, nos parece claro um certo descompasso entre as mudanças de organização das unidades domésticas e a forma que o espaço assume. Isso se torna mais visível se restringimos a análise do espaço físico da moradia, em que o paradigma da massificação da oferta de residências se faz mais presente, isto é, nos objetos finais das políticas de moradia: os conjuntos habitacionais.

Não podemos desconsiderar que a realidade latinoamericana, ao menos quanto à maneira que as unidades domésticas assumem, é singular. Diversos estudos alertam para a predisposição de mais de uma unidade doméstica compondo o mesmo domicílio. As causas são inúmeras, desde razões culturais a estratégias de sobrevivência por meio do compartilhamento de recursos materiais (orçamento) ou imateriais (cuidados, em geral). Assim, há uma provável assincronia entre a forma da

unidade doméstica e o espaço físico do domicílio. Por fim, a pergunta aqui é: a rigidez estrutural do domicílio condiciona de alguma forma a composição da unidade doméstica?

Se por um lado existe a preocupação de alguns pesquisadores em prever superfícies mínimas em função da composição e do tamanho da família, por outro lado, há a dificuldade de distribuição das funções da vida familiar entre as diversas divisões, pelo fato de o modo de habitar poder variar segundo origem, hábitos, princípios etc., mesmo quando famílias diferentes possuem o mesmo nível de renda. Por isso, pesquisadores defendem que não poderia haver um estabelecimento de normas mínimas de aceitação ou rechaço de condições habitacionais, mas, sim, regras flexíveis que permitissem a adaptação à diversidade de situações e à realidade dominante (FOLZ; MATUCCI, 2007).

Quando, então, se fala de habitação mínima para a população de baixa renda, as considerações sobre costumes domésticos são ignoradas e os moradores precisam se adequar às pequenas áreas disponíveis. É importante observarmos também, que há uma tendência, no Brasil, à diminuição do número de integrantes por domicílio e o predomínio por tipos diferenciados de arranjos domiciliares, decorrentes de processos econômicos, sociais e culturais. Essas alterações provocam o aumento da heterogeneidade dos padrões de composição de arranjos domiciliares, com maior incidência de combinações de menor tamanho – como os arranjos unipessoais, monoparentais e de casais sem filho.

É considerável designar que parte da explicação do tamanho dos arranjos domiciliares se deve a uma distribuição que perpassa pelo curso de vida individual (resultado da queda da fecundidade e do envelhecimento populacional), pelo aumento das separações e dos divórcios, e pelas mudanças culturais que propiciam a formatação de novos arranjos. Além disso, destaca-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, logo, sua independência econômico-financeira, o que pode postergar ou impedir o casamento e a reprodução; a disponibilidade de força de trabalho em uma unidade, a qual condiciona a capacidade de ganhos e poupanças intradomiciliares e com isso alterar a fecundidade; e, o divórcio, este último alterando o formato da unidade familiar (GLICK, 1989).

Além disso, há processos macroestruturais que igualmente produziram grande diversidade de arranjos domiciliares e alterações significativas do ciclo vital. Um exemplo é a globalização. Em muitos casos, ela trouxe a precarização e a

instabilidade das relações de trabalho. Assim, fatores econômicos também contribuem para se compreender a gama e a modificação de arranjos domiciliares. No entanto, não se pretende enfatizar que os arranjos são produtos exclusivos de uma racionalidade econômica.

Tais eventos demográficos, econômicos, culturais e de gêneros condicionaram, portanto, a formação de domicílios diferenciados da família nuclear. A família nuclear, embora persistentemente hegemônica, pode ser formada pela união consensual, ser passível de alterações numéricas (pequeno número de filhos) e viver em instabilidade conjugal.

Todas essas alterações populacionais enfatizam a emergência da sociedade industrial de perfil globalizado. O ciclo de vida de uma família ao longo de diferentes gerações é flexível e apresenta necessidades mutáveis, que tem consequências diretas no programa de necessidades das unidades habitacionais. Poderíamos, aqui, fazer uma alusão a um “efeito sanfona”, em que a unidade doméstica cresce ou diminui de acordo com as circunstâncias e as necessidades. A mesma maleabilidade-adaptabilidade é imanente dos domicílios? Decerto, para a grande maioria, a resposta é simplesmente: não.

Para Oliveira (1982), os conceitos de curso de vida e de ciclo vital são constantemente perpassados pela preocupação por métodos de análise da família, que fossem considerados mais eficientes e abrangentes e que, além disso, levassem em conta a dimensão temporal, posto que os processos de constituição, bem como os arranjos domiciliares, são variantes no decorrer dos anos.

Essa variação do ciclo vital ao longo do tempo faz com que os domicílios aumentem ou diminuam o número de moradores. A constatação dos diferentes estágios – nascimento, casamento e morte – faz com que haja uma flexibilidade do arranjo domiciliar e, com isso, demanda necessidades distintas em uma unidade residencial.

Considerando-se essa situação uma lacuna a ser resolvida, nos interessa aquilatar se a inflexibilidade do espaço físico da unidade de residência repercute nos anseios de se agrupar ou, ao contrário, desagrupar, configurando famílias mais ou menos extensas e, logo, padronizando os arranjos domiciliares.

Para tanto, dividimos a presente dissertação essencialmente em três grandes capítulos. No primeiro, nos esforçamos em pesquisar e concatenar diferentes bibliografias sobre as principais acepções que estamos manejando: unidades de

residência, unidades familiares, unidades domésticas, arranjos familiares e ciclo de vida. Aqui, referências sobre as causas e as consequências da Primeira e da Segunda Transição Demográfica nos foram particularmente importante. De igual modo, optamos por versar sobre os paradigmas habitacionais e como eles são o produto de visões sobre o comportamento populacional que, embora ultrapassadas em certo sentido, persistem se reproduzindo.

Destinamos o capítulo dois para descrever os procedimentos metodológicos. Nele, detalhamos a convergência entre as fontes secundárias de dados e o questionário da pesquisa de campo.

No terceiro capítulo, trazemos os resultados que obtivemos. Iniciamos a partir de uma análise descritiva da população do conjunto residencial em função de algumas variáveis muito básicas: idade, sexo e escolaridade. Do mesmo modo, retratamos as participações dos arranjos domiciliares ali, as alterações das unidades domésticas e, por último, as características físicas e espaciais das residências, o curso de vida dos grupos domiciliares ao residirem no CRNM (Condomínio Residencial Nova Muriaé) e os anseios e renúncias dos moradores quanto a aumentar e diversificar seu arranjo domiciliar, estando eles residindo no Condomínio e em outro local.

Por fim, tratamos sobre o diálogo entre ambas as dimensões; de um lado a composição do arranjo domiciliar e, de outro, o espaço físico da unidade de residência.

2. TEMAS NORTEADORES

2.1 Panorama das políticas de Habitação de Interesse Social: do contexto europeu às primeiras habitações produzidas no Brasil. O paradigma da universalização e padronização da unidade de residência.

A necessidade de construir habitações em grandes quantidades está diretamente relacionada com o processo de urbanização das cidades e consequente crescimento populacional. Em muitos países, os processos de urbanização e industrialização se combinam simultaneamente no tempo e no espaço (ROXBOROUGH, 1988). Uma das soluções para o abrupto crescimento da demanda habitacional foi o aumento da oferta de residências (DHONTE, 2000).

A produção de conjuntos habitacionais foi uma das estratégias fornecidas pelo poder público, como também por empreendedores privados, tanto no Brasil como na Europa, para suprir a demanda habitacional (SILVA & MONTE-MOR, 2016). Preceitos como os de massificação, universalização, padronização, serialização, pré-fabricação, funcionalidade, espaço mínimo, etc., se tornaram a tônica do pensamento arquitetônico nesse ambiente (OLIVEIRA, 2005).

A necessidade de rápida provisão habitacional levou à padronização de comportamentos sociais ao menos na escala da unidade doméstica. Em outras palavras, o desafio em construir tantas unidades habitacionais conduziu a uma “estandarização” do formato assumido pela própria família. Não queremos dizer que não houve casos em que os novos projetos residenciais não tomassem, desde o início, a flexibilidade da unidade residencial como um dos preceitos combinados às transformações de formato e de conteúdo a que as famílias experimentarão ao longo do tempo (FRIEDMAN, 1999). Entretanto, se tratavam de casos esparsos, experimentações que não chegaram a se converter em políticas públicas ou programas habitacionais que lograram atingir boa parte do universo dos demandantes por habitação.

A Revolução Industrial foi um processo que se iniciou na Europa, em meados do século XVIII, na Grã Bretanha. A população teve um aumento de 50% no período de 1750 a 1801; alcançando, em 1901, mais de 40 milhões de habitantes. Um fato que contribuiu significativamente foi a migração de grande população rural para as

cidades, população esta que considerava o trabalho nas indústrias uma possibilidade de melhoria nas condições de vida, passando de uma economia agrária para uma economia privada monetária em que todos os membros da família poderiam trabalhar (DHONTE, 2000). Como consequência do processo de concentração espacial da população no ambiente urbano, combinado à inércias em se produzir novas moradias, a população passou a se abrigar em residências sem condições físicas e higiênicas adequadas, surgindo uma nova disposição de habitações, muitas delas agrupadas e concentradas.

Ocorreu uma mudança de unidades unifamiliares para as unidades multifamiliares dentro da mesma unidade de residência, inclusive com edifícios em altura. Já aqui é interessante notar que, mesmo em sociedades do capitalismo central, a perfeita equivalência entre uma unidade de residência para uma unidade doméstica não foi a norma durante boa parte da modernidade (LESTHAEGHE, 2010).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a situação chegou ao limite, pois houve restrições aos créditos, insegurança financeira, escassez de materiais de construção e as preocupações e urgências passaram a estar relacionadas com as questões de sobrevivência da própria guerra (FINEP – GAP, 1983).

Os debates sobre as moradias foram abordados nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs, a partir de 1928. O tema foi inserido nos debates com o intuito de reunir arquitetos preocupados com a qualidade física-espacial das cidades de acordo com a consolidação dos processos industriais, e como estes poderiam ocorrer em relação à construção de edificações. O intuito seria, então, enfatizar que as edificações deveriam satisfazer às necessidades da sociedade atual (AYMONINO, 1973).

A segunda edição do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna aconteceu em Frankfurt, no ano de 1929, e o tema foi “La Vivienda para el Mínimo Nivel de Vida”. Nessa edição, foram abordados os fatores referentes à concentração em massa da população, estando inseridos debates quanto à saúde e as formas de sociabilidade fundamentais para o ser humano viver com qualidade e dignidade, como também assuntos relacionados às questões de ordem financeira, como exemplo, o quanto o indivíduo poderia desembolsar para a habitação, de acordo com seu ganho salarial, para obter qualidade de vida (AYMONINO, 1973).

O tema do 3º CIAM, ocorrido em Bruxelas, no ano de 1930, foi “Métodos Construtivos Racionais - Casas Baixas, Médias e Altas”. Nessa edição, não houve

apenas apresentações teóricas dos assuntos, mas, sobretudo, foram apresentados os métodos de cálculos que auxiliariam na escolha da tipologia habitacional adequada (AYMONINO, 1973).

Os assuntos referentes à habitação que estavam sendo discutidos neste período, na Europa, influenciaram a produção de conjuntos habitacionais no Brasil, pois alguns princípios passaram a ser incorporados, porém, com ressalvas em razão das particularidades brasileiras comparadas às europeias. É importante considerarmos, também, que as bases produtivas brasileiras foram incentivadas pela “necessidade” de absorver um grande contingente de mão de obra não qualificada pelo setor da construção civil.

O debate sobre as Edificações Habitacionais aconteceu na Europa, nos anos de 1920, e o conteúdo das discussões chegou ao Brasil basicamente de três maneiras:

[...] pelos profissionais brasileiros que estudaram ou estagiaram no exterior – como Attílio Corrêa Lima, que cursou urbanismo na França, e Carmem Portinho, que estagiou na Inglaterra logo após a 2ª Guerra, acompanhando o programa de implantação de cidades novas -; pela influência trazida diretamente, com grande destaque para Le Corbusier, que deixou profundas marcas na produção de habitação econômica realizada pelos arquitetos brasileiros e, finalmente, através do estudo do tema através de livros, revistas e publicações, que eram importados com grande atualidade. É evidente, no entanto, que foi a existência de um clima interno favorável às novas idéias - do ponto de vista político, ideológico e econômico -, gerado pela Revolução de 30, que permitiu a difusão destas concepções e sua concretização em obras. (BONDUKI, 1998, p. 145).

No campo da habitação brasileira, a Habitação de Interesse Social surgiu com o advento da Revolução Industrial, no final do século XIX. A mudança dos processos de produção, das práticas artesanais e corporativas, para a produção em série, acarretou grandes alterações na sociedade. Uma dessas alterações foi a intensa utilização de mão de obra na indústria, a qual provocou a migração das populações do meio rural para os centros industriais, modificando, com isso, o perfil da sociedade para características de grande concentração populacional no meio urbano (LARCHER, 2005).

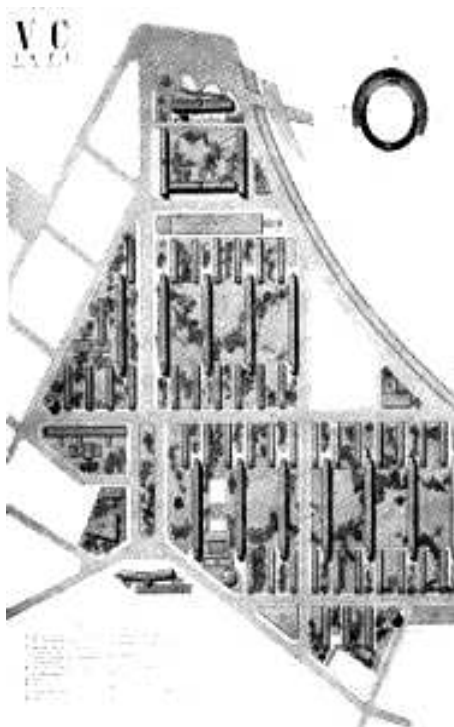
A Revolução de 1930, com o regime de Vargas, marcou uma mudança no ideário vigente e a favor de um Estado regulador da economia e das relações capital/trabalho (BONDUKI, 1994).

Com isso, o governo Vargas concebeu alguns programas de moradia social e, em 1942, decretou a lei de proteção do inquilinato. Esta lei congelou os preços dos aluguéis, que eram regulados pelo mercado. Ainda que o objetivo da lei fosse beneficiar os trabalhadores urbanos, o seu principal efeito econômico foi desestimular os investimentos voltados para a ampliação da oferta de imóveis para locação (BONDUKI, 1994).

A intervenção do Estado, para solucionar a questão da moradia, iniciou-se no ano de 1937, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e, posteriormente, pela Fundação da Casa Popular, em 1946. Esses institutos proporcionaram o financiamento da habitação a seus afiliados, por meio das Carteiras Prediais, gerando, assim, um aumento da produção de unidades habitacionais populares. Os conjuntos construídos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) são um bom exemplo de implantação de novas tipologias de projeto adequadas aos conceitos da arquitetura moderna, que cada vez mais ganhava espaço na época (LARCHER, 2005).

Os projetos dos IAPs foram, em grande parte, edifícios de apartamentos, concebidos por arquitetos modernistas brasileiros que se preocupavam com a racionalidade e a modernidade, em conjunto com a viabilidade econômica e a experimentação de novos tipos de materiais construtivos. Sendo assim, tinham a preocupação com a questão da qualidade arquitetônica das edificações (SOUZA, 1997).

Figura 1 – Conjunto Residencial Várzea do Carmo, em São Paulo.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

O projeto original do Conjunto Residencial previa a construção de 4038 unidades e deveria alojar 22 mil pessoas, porém, foi implantado parcialmente. Os arquitetos buscaram obter o máximo de economia e adensamento utilizando uma disposição paralela e regular de blocos médios e altos.

Figura 2 – Planta baixa do Conjunto Residencial Várzea do Carmo.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

As plantas baixas eram compostas por dois ou três quartos, sala, cozinha,

banheiro e área de serviço, previamente definidos.

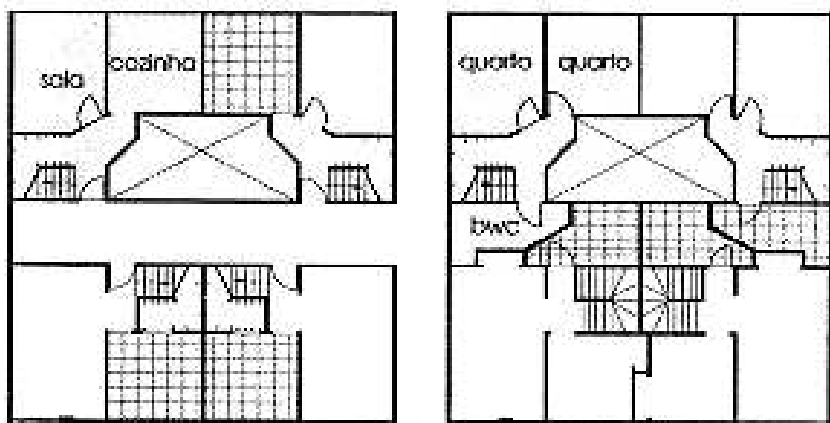
Figura 3 – Edifício Japurá, em São Paulo.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

O Edifício possui 288 apartamentos, distribuídos em 14 andares. O arquiteto Kneese de Mello uniu o conceito de habitação mínima com economia e racionalidade, buscando o melhor aproveitamento do solo e seu uso público. Para tanto, utilizou pilotis para isolar o edifício do chão e, com isso, propiciou uma área de recreação infantil e, no teto, projetou um jardim com instalação de equipamentos coletivos (BONDUKI, 1998).

Figura 4 – Planta baixa do Edifício Japurá.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

Os apartamentos foram compostos por unidades duplex, contendo em um

andar as áreas sociais e de serviço, e em outro, as íntimas. Podemos observar, em ambos os projetos, que os espaços tendem a se assemelhar embasando-se no modelo da habitação burguesa europeia do século XIX, caracterizado pela tripartição em áreas social, íntima e de serviços, ao ideário Moderno da habitação para todos, com sua uniformidade de soluções em nome de uma suposta democratização das características gerais dos espaços baseados no atendimento à família nuclear (BONDUKI, 1998).

O modelo de família nuclear se consolidou no decorrer das décadas seguintes no mundo ocidental e teve sua aceitação fortemente amparada com a vitória dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial. Devido a isso, ocorreu a afirmação da cultura norte-americana, que se legitimou como referência de costumes a toda a sociedade moderna, sendo assim, disseminado por todo o mundo o chamado “American Way of Life”, conforme analisa Bonduki (1998). Com o intuito de expandir o modelo de estrutura familiar nuclearizado, a máquina cinematográfica de Hollywood, a partir dos anos de 1940, começou a transmitir tanto os produtos como também modos de viver da família, seus hábitos, subúrbios, shopping centers e automóveis como ideais de toda uma população (BARON, 2011).

Os projetos dos conjuntos habitacionais dos IAPs eram revolucionários para o período, pois, segundo Bonduki (1998), nos núcleos urbanos onde os edifícios eram inseridos, havia a preocupação em criar um espaço capaz de possibilitar o surgimento de um novo modo de vida operário, moderno e coletivo, compatível ao modelo de desenvolvimento incentivado pelo Estado.

Como consequência dessas várias inovações concebidas pelos IAPs, surgiram obstáculos a serem enfrentados, como dificuldades de aprovação dos projetos nos órgãos públicos devido às restrições que códigos e posturas municipais tinham em relação ao loteamento, gabarito, pé-direito mínimo e à distância das vias de circulação (CARDOSO, 2006).

Em 1946, foi criado o primeiro órgão de âmbito nacional, conhecido como Fundação da Casa Popular, o qual tinha função exclusiva de solucionar o problema da falta de habitação. No mesmo período, surgiram, também, órgãos estaduais e municipais com a mesma preocupação, como a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), em São Paulo, e o Departamento de Habitação Popular, no Rio de Janeiro. No entanto, essa tentativa de melhorar os problemas habitacionais não foi cumprida (CARDOSO, 2006).

A situação se agravou ao considerarmos que, na mesma década, o crescimento populacional em São Paulo atingia a ordem de 1,3 milhões de habitantes e, em 1950, esse número já era de 2,2 milhões de habitantes, segundo o IBGE (2013).

Bonduki (1994) destaca que a Fundação da Casa Popular teria tido poucos resultados devido às limitações orçamentárias e à ausência de critérios sociais mais rigorosos, o que permitiu atividades clientelistas e paternalistas, afetando a atuação da instituição.

Ainda assim, o autor considera que a criação de um órgão nacional exclusivo à provisão de moradias para a população de baixa renda representou o reconhecimento de que era atribuição do Estado responder ao problema da moradia, como também tornou a questão da moradia uma questão social, dando início a hoje denominada habitação de interesse social (MARTINS, 2019).

A Fundação da Casa Popular foi extinta com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. O BNH foi a maior experiência nacional, até então realizada, de uma Política Nacional de Habitação. Seu objetivo era solucionar os problemas crescentes de moradia que o país experimentava devido à acelerada urbanização das cidades (MARTINS, 2019).

O BNH estruturou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) a partir da organização de recursos que financiaram a política. Os recursos tinham como origem a poupança compulsória do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967. Essa poupança era instituída a partir do recolhimento percentual salarial de todos os assalariados brasileiros e dos recursos da poupança voluntária do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Toda a produção habitacional resultava em financiamentos para aquisição de imóveis próprios, havendo poucos casos de aquisição de imóveis usados ou produção para aluguel, como havia nos IAPs (MARTINS, 2019).

Embora tivesse ocorrido a contribuição do BNH para a construção de grande número de moradias (4,3 milhões de unidades habitacionais), a política obteve severas críticas, sendo uma delas, a dificuldade de acesso ao sistema pelas populações de mais baixa renda, a qual se concentra na faixa de renda de zero a três salários mínimos. O acesso à moradia foi ocasionado a partir da adoção de recursos retornáveis (os recursos do FGTS), as exigências do financiamento pelo sistema bancário, e a reduzida disponibilidade de subsídios à população mais pobre (MARTINS, 2019).

Do ponto de vista da execução da política, a ausência de apoio técnico e urbano na construção de moradias, como também, de processos alternativos que estimulasse iniciativas próprias, privadas e comunitárias, fez com que fossem construídos grandes conjuntos habitacionais na periferia das cidades, criando bairros dormitórios, com impactos para o atendimento de serviços públicos, para a mobilidade urbana e na desarticulação entre os projetos habitacionais e uma política urbana (MARTINS, 2019).

O absoluto desprezo pela qualidade do projeto, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico. Indiferente à diversidade existente num país de dimensões continentais, o BNH desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados. (BONDUKI, 2008, p. 74 apud MARTINS, 2019).

De acordo com Folz e Martucci (2007), em um universo de 40 conjuntos com unidades de dois quartos construídos no período de vigência do BNH, 30 eram destinados para uma renda familiar de até seis salários mínimos. Desses 30 conjuntos, 11 eram formados por blocos de apartamentos cuja área variava entre 42,45 m² e 56,91 m². Nos conjuntos formados por unidades unifamiliares, essas áreas variavam de 33,00 m² a 52,50 m², lembrando que a casa isolada no lote possibilitaria a sua posterior ampliação, o que não ocorria com os apartamentos, sendo notado, também, o perpétuo direcionamento construtivo à área útil mínima e a padronização das edificações, deixando aquém as necessidades habitacionais características de cada unidade familiar que iria ocupar a moradia.

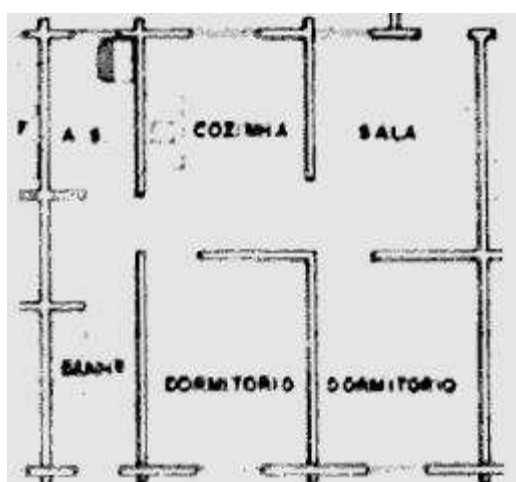
A Companhia de Habitação (COHAB) funcionava como um agente do BNH e desenvolvia programas destinados à classe com poucos recursos financeiros. Os conjuntos produzidos pela COHAB-SP localizavam-se em áreas de baixo valor comercial, em bairros periféricos, sem infraestrutura, transportes, nem equipamentos urbanos suficientes para atender aos moradores (BONDUKI, 1998).

O programa arquitetônico em todos os conjuntos era repetitivo e não considerava o conforto e o tamanho das unidades, além da baixa qualidade construtiva dos blocos. Além da precária situação física das moradias, o sistema de transportes era precário, ao considerarmos a localização dos conjuntos aos centros urbanos.

Ao contrário dos conjuntos habitacionais produzidos pelos IAPs, os espaços coletivos e de lazer não foram preocupação dos projetos desses conjuntos, os quais não possuíam equipamentos coletivos para que os moradores pudessem realizar atividades individuais ou coletivas nos espaços comuns dos conjuntos.

A distribuição interna das unidades reproduzia a tripartição burguesa europeia. As variações das tipologias dos apartamentos produzidos eram mínimos, alguns possuíam área minimamente maior e/ou variação no número de dormitórios.

Figura 5 – Planta baixa Conjunto Santa Etelvina – COHAB.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

A construção do Conjunto Santa Etelvina foi uma obra do Estado, por meio do SFH, na década de 1970, sendo sua maior parte construída nos anos de 1980. O conjunto habitacional abrigou variados tipos de arranjos domiciliares, os quais reclamavam, em grande parte, da mudança de rotina imposta pela distância das habitações ao centro urbano. Devido a isso, a construção se transformou em um bairro-dormitório, que partiu de um modelo de desenvolvimento urbano que segrega a ocupação popular em parcelas do território, mantendo-as isoladas do restante da cidade (BONDUKI, 1998).

Abaixo, são apresentadas as plantas baixas dos apartamentos, onde podemos observar a divisão em zonas social, íntima e de serviços, tipologia que foi adotada em praticamente todos os conjuntos do período.

Figura 6 – Planta baixa Conjunto Brigadeiro Faria Lima – COHAB.

Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998



Figura 7 – Planta baixa Conjunto Prestes Maia – COHAB.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

A crise econômica da década de 1980 afetou o SFH a partir da diminuição da capacidade de investimentos, da redução dos saldos do FGTS e da poupança, e do aumento da inadimplência, principalmente devido à divergência entre o aumento das prestações e a diminuição da capacidade de pagamento dos mutuários. A crise no sistema habitacional teria se somado à oposição ao regime militar, aumentando as críticas ao BNH, o qual acabou sendo extinto em 1986. Autores consideram que com a sua extinção, voltou a inexistir uma política nacional de habitação. A Caixa Econômica Federal tornou-se agente financeiro do SFH, dividindo com o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional algumas atribuições e acervos do BNH (MARTINS, 2019).

Devido à extinção do BNH, também ocorreu uma fragmentação da atuação na área habitacional, com estados e municípios desenvolvendo programas habitacionais próprios, financiados a partir de fontes alternativas e recursos orçamentários locais. Para Bonduki (2008), a Constituição de 1988, de alguma maneira, teria contribuído com esse processo, tornando a habitação uma atribuição concorrente dos três níveis de governo. A mobilização social ampliou a pressão nos municípios na questão da habitação, contribuindo, também, com a descentralização dos programas habitacionais.

A Caixa Econômica Federal substituiu o Banco Nacional de Habitação como órgão financiador de programas habitacionais em nível federal. Embora a Caixa tenha assumido as atribuições do então BNH, a fragmentação institucional e a redução dos recursos disponibilizados para investimento na área habitacional refletiram na baixa atuação desse banco em programas que financiassem a construção de habitações para a população de baixa renda (LARCHER, 2005).

As únicas exigências feitas pela Caixa sobre a unidade habitacional era que ela tivesse, pelo menos, uma área útil mínima de 37 m² para unidades de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As demais exigências tratavam do nível de acabamento que o imóvel precisaria apresentar em sua entrega (FOLZ; MARTUCCI, 2007).

Os conjuntos habitacionais propostos, nesse período, tinham como premissa a adequação a cada situação existente, sendo construídos próximos a regiões de prestígio dos moradores, havendo assim, respeito aos seus modos de vida.

Além disso, o período marcou a tentativa de melhoria da qualidade dos projetos dos conjuntos, pois todas as etapas da produção das habitações começaram a ser pensadas anteriormente à construção, evitando ao máximo os padrões vigentes até então. Segundo Bonduki (1998, p. 13), quase 55.000 unidades foram produzidas, e foi dado início à inovação das moradias por custo equivalente ao custo da moradia convencional.

Figura 8 – Planta baixa Conjunto Heliópolis.



Fonte: Banco de dados Nomads USP apud Bonduki, 1998.

No governo Collor (1990–1992), foi criada a Secretaria Nacional de Habitação, inserida no recém-criado Ministério da Ação Social. Instaurou-se uma parceria com a iniciativa privada, contando com estados e municípios para a concessão de uma política de subsídios à população de baixa renda. Surgiram programas como o Consórcio Habitacional, de 1990, o Programa Ação Imediata de Habitação (PAIH), o Programa de Habitação Popular (PROHAP), o Programa Empresário Popular (PEP) e Cooperativa (TORRES, 2016).

Sendo assim, a partir da década de 1990, podem ser observados vários fatos históricos nos contextos internacional e brasileiro, que influenciaram o desenvolvimento de novas visões sobre todos os aspectos da vida nacional e, por consequência, da questão habitacional e de sua produção (VALENÇA; BONARES, 2010).

Com o governo de Itamar Franco (1993–1994), o fornecimento habitacional criado a partir dos recursos do FGTS encontrou-se em crise. As novas aprovações de financiamento foram canceladas desde o fim de 1991, em razão de as taxas de aprovações terem ultrapassado a capacidade de construção. A aquisição de novos financiamentos e a compra de imóveis também sofreu com as condições econômicas do período, o que impediu o retorno dos investimentos e demonstrou o empobrecimento da população (VALENÇA; BONARES, 2010).

Ainda assim, dois programas foram lançados, o Programa Habitar Brasil e o Morar Município, sob gestão do Ministério do Bem-Estar Social. Os programas tiveram início a partir da aplicação de recursos orçamentários para o financiamento da construção de moradia para segmentos mais pobres da população. A partir deles foi

instaurado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), dando acesso aos recursos dos programas pelos estados e municípios para transferência de recursos, a conselhos locais de controle social e, em consequência, gerando investimentos para as prefeituras (VALENÇA; BONARES, 2010).

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994–2002), houve a continuidade do programa Habitar Brasil, e o Morar Município foi substituído pelo Pró-Moradia. O Pró-Moradia era destinado à construção de moradias para famílias de baixa renda e à urbanização de favelas e assentamentos precários por meio de recursos do FGTS destinados a operadores nos estados e municípios. Em 1998, foi anunciada a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) com enfoque na produção de moradias para a população com renda de três a seis salários mínimos, direcionado às regiões metropolitanas. Ao fim do governo FHC, foi criado o Programa de Subsídio à Habitação (PSH), com o objetivo de construir casas de baixo custo para a população com renda de um a três salários mínimos (VALENÇA; BONARES, 2010).

Valença e Bonares (2010) consideram que o governo FHC teria atribuído parte das ações de acesso à moradia a mecanismo de mercado, assim como seus antecedentes. A atuação com as famílias mais pobres, com renda média de até três salários mínimos, teria sido reduzida devido ao alto nível de subsídios necessários diante de políticas macroeconômicas de ajuste fiscal.

Em 2001, foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Estatuto da Cidade, o qual teve como princípio estipular princípios constantes na Constituição, referentes a novos instrumentos de política urbana, após mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional (BONDUKI, 2008).

Em resumo, podemos considerar que no período entre 1989 e 2004, foram produzidas habitações inovadoras pela crítica arquitetônica nacional. Em grande parte delas é notada a preocupação com a minimização da produção em série e a densidade de ocupação dos edifícios. Foi dado início ao uso da estrutura independente de concreto com vedações de alvenaria, como também dada prioridade à orientação solar e às restrições topográficas.

No governo Lula (2003–2010), foi criado o Ministério das Cidades, o qual integrou as políticas de regularização fundiária com as políticas de habitação, saneamento e mobilidade urbana. O Ministério das Cidades foi o órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e procurou articular os entes federativos para, assim, ser possível elaborar estratégias que solucionassem os

problemas urbanos das cidades (BONDUKI, 2008).

Para a efetivação da política, foi elaborado o Sistema Nacional de Habitação (SNH), que previa a integração de recursos e fundos dos três níveis de governo. Foram estabelecidos, também, dois subsistemas: o de habitação de mercado e o de habitação de interesse social. A divisão dos subsistemas teve como intuito separar as fontes de recursos para as diferentes demandas e perfis do déficit habitacional, garantindo que os recursos públicos pudessem ser utilizados para a população de baixa renda (BONDUKI, 2008).

No ano de 2007, o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), associado ao Ministério do Planejamento, com atuação autônoma ao SNHIS. Bonduki (2008) considerou como uma estratégia do governo para estimular o crescimento econômico do país, para tanto, liberou recursos para melhorias em infraestrutura nas áreas de saneamento, habitação, planejamento urbano e de transporte (rodovias, ferrovias e portos) (BONDUKI, 2008).

Contudo, no ano de 2008, houve uma crise econômica iniciada nos Estados Unidos afetando todo o mundo. Devido a isso, o governo brasileiro adotou medidas de expansão de crédito dos bancos públicos e manteve os investimentos do PAC. Em conjunto com essas medidas, criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o intuito de gerar impacto na economia por meio da construção civil. O **Quadro 1** resume os principais fatos relacionados à política habitacional, do BNH ao PMCMV (MELCHIORS, 2016).

Quadro 1 – Eventos significativos para a política habitacional brasileira a partir de 1964.

Ano	Fato Relevante
1964	• Criação do BNH e do SERFHAU (<i>governo militar</i>).
1986	• Extinção do BNH.
1986-2003	• Período de instabilidade da política habitacional brasileira.
1997	• Criação o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).
2000	• Lançamento do Projeto Moradia – <i>Instituto da Cidadania</i> .
2003	• Criação Ministério das Cidades – <i>responsável pela gestão da Política habitacional</i> , • Primeira Conferência Nacional das Cidades – <i>aprovou princípios gerais da política urbana e propôs a criação do Conselho Nacional das Cidades, ampliando a proposta original do Projeto Moradia para todas as políticas urbanas</i> .
2004	• Instalação do Conselho Nacional das Cidades, • Criação Programa Crédito Solidário – <i>recursos para construção pela autogestão</i> , • Aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH) – <i>principal normativa de orientação das estratégias e ações a serem implementadas pelo Governo Federal na área habitacional</i> .
2005	• Criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – <i>momento inovador na política habitacional</i> .
2007	• Lançado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).
2008	• Crise econômica iniciada nos EUA.
2009	• Lançado (março) Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).
2011	• Lançado PMCMV 2.

Fonte: Melchiors (2016).

Os relatos encontrados na literatura colocam como desafio entender a estrutura social de aglomerados urbanos que são resultados de políticas habitacionais específicas. É evidente considerarmos como hipótese inicial que os conjuntos habitacionais populares, em sua origem, tendem a formar espaços urbanos segregados que, devido aos próprios critérios de seleção de beneficiários, já pressupõe a homogeneidade social.

Há a repetição dos problemas ao longo dos anos, o que nos faz considerar que as informações e as sugestões de melhorias não são devidamente consideradas na realização de novos empreendimentos de habitação de interesse social. Por conseguinte, a falta de sincronia entre o projeto e as necessidades dos usuários acabam por comprometer a relação ambiente-usuário e, em decorrência, o morador

tende naturalmente a modificar o ambiente, adaptando-o a sua proposta, o que, na maioria das vezes, impacta negativamente na funcionalidade e na habitabilidade das construções.

Conforme retratamos, o desenho interno da atual habitação brasileira tem suas origens no apartamento burguês parisiense do século XIX, onde afirma-se, como modelo moderno da família, o formato nuclear, composto por pai, mãe e filhos. A habitação possui sua divisão compartimentada, privilegiando espaços monofuncionais e estanques. Se o cotidiano doméstico, hoje, dissociou-se gradualmente das regras sociais rígidas, aceitando cada vez mais o imprevisível, não seria hora para uma revisão dos espaços que o abrigam?

A configuração familiar nuclear ainda é a dominante no Brasil, porém, outras classes de arranjos domiciliares vêm ganhando importância relativa mais recentemente. Por exemplo, as frações de famílias estendidas, ao menos no cenário latino-americano, sempre foram relativamente superiores à realidade europeia (GONZALES DE LA ROCHA & GANTT, 1995). No entanto, vimos que o modelo da habitação permanece praticamente o mesmo, reproduzindo a configuração haussmaniana e sua clássica tripartição em social, íntimo e de serviços.

Dessa forma, analisar os novos hábitos surgidos nas últimas décadas, tanto no Brasil como no mundo, deveria ser parte indispensável no estudo sobre a habitação, principalmente destinadas às classes populares, na atualidade. Individualismo, autorealização, inserção da mulher no mercado de trabalho, postergação do casamento e geração de filhos são exemplos de tais transformações.

2.1.1 O Programa Minha Casa, Minha Vida. Velhos paradigmas habitacionais.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado por meio da Medida Provisória 459, de 25 de março de 2009, tendo como princípio construir moradias por todo o país para reduzir o déficit habitacional. Esperava-se, como consequência, o enfrentamento da crise econômica dos subprimes americanos, iniciada em 2008 e agravada com a sequência de quebra de bancos e impactos na economia financeira mundial (MARTINS, 2019).

O Programa teve como meta inicial, a construção de um milhão de unidades a partir do investimento de 34 bilhões de reais provenientes do orçamento da União e do FGTS. Contava-se, ainda, com valores para o financiamento de infraestrutura e do

Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) para recursos à cadeia produtiva, que abrangia o setor da construção civil e demais setores associados, como a indústria extrativista, moveleira e de eletrodomésticos (SANTO AMORE, 2015).

Outra meta estabelecida no lançamento do programa definia o destino de 40% da produção de unidades habitacionais a famílias com renda de até três salários mínimos. Os outros 60% da produção habitacional seriam destinados a famílias com até dez salários mínimos. Além disso, o programa teria uma distribuição regional, concentrando a produção nos estados das regiões Sudeste e Nordeste, com prioridade para municípios com mais de 100 mil habitantes e excluindo aqueles com menos de 50 mil – acompanhando a distribuição do déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Sendo assim, o programa foi lançado e cumpriu não só com as metas iniciais, mas direcionou o lançamento de outras fases. No ano de 2011, foi iniciada a Fase II do programa com a meta de contratação de mais 2 milhões de unidades, com revisão dos limites das faixas de renda, aumento dos custos máximos das unidades e a priorização de 60% das contratações para as famílias com renda de até três salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Em 2016, foi iniciada a Fase III, estabelecendo meta de entregar 2 milhões de moradias até 2018 e incluindo uma nova faixa de renda intermediária além das existentes. No final de 2018, foram definidos ajustes nas faixas de renda e nos subsídios oferecidos pelo programa (MARTINS, 2019).

A organização do programa foi definida de acordo com a faixa de renda do usuário, o fundo de origem dos recursos e o local de implantação do empreendimento habitacional. Nesse sentido, o PMCMV pode ser dividido em dois segmentos distintos: um segmento público que subsidia a produção habitacional voltado à população de baixa renda (até três salários mínimos); e outro segmento de mercado ou econômico, destinado às demais faixas de renda, composto por descontos e facilidades no financiamento da moradia.

O MCMV possui ainda modalidades diferentes a depender do município de destino do empreendimento. O Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU - “MCMV Urbano”) foi criado para moradores de centros urbanos em municípios com mais de 50 mil habitantes e utiliza recursos do FAR. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR - “MCMV Rural”) é a modalidade do MCMV voltado a agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais, com

grupos de renda específicos. Essa modalidade de atendimento permite a construção de novas casas ou da reforma de unidades já existentes.

O MCMV – Oferta Pública de Recursos é destinado a municípios com menos de 50 mil habitantes (“MCMV – Cidades até 50 mil habitantes”). Há ainda o MCMV Entidades (“MCMV Faixa 1 Entidades”), com recursos do FDS, direcionado ao financiamento de famílias de baixa renda organizadas por entidades sem fins lucrativos (cooperativas, associações etc.), e se disponham a fazer a gestão direta ou indireta dos empreendimentos (SANTO AMORE, 2015).

Para a Faixa 1, são utilizados fundos de recursos que não exigem retorno e não se aplicam juros, considerando o subsídio quase integral para famílias com renda mais baixa. As operações financeiras são garantidas pelo Fundo Garantidor, proveniente de recursos da União e sem o uso de seguros no custo do financiamento. O FAR é utilizado em operações diretas com prefeituras e com construtoras. Ambos podem apresentar ao órgão financiador (Caixa) a operação completa da contratação, como a definição de terrenos, projeto, licenciamento, orçamentos e cronogramas. A prefeitura quem disponibiliza os terrenos e realiza convites para que construtoras apresentem o pacote completo da produção: projetos, licenciamentos e obras (SANTO AMORE, 2015).

Em síntese, o PMCMV foi um braço da Política Nacional de Habitação, no entanto, acabou por eclipsá-la. Não nos cabe um estudo em profundidade sobre a PNH, porém, nos parece importante recordar que ela apresentava um leque muito mais variado de estratégias e produtos habitacionais do que aqueles do PMCMV. Por exemplo, destacamos que as soluções da PNH eram dadas por diversas clivagens, quais sejam: por tamanho populacional dos municípios, por salários, por regiões e, inclusive, por tipos de família. Todas essas preocupações inexistiam ou eram tangencialmente abordadas no PMCMV.

Nesse sentido, não nos parece exagerado afirmar que o objetivo principal do PMCMV era, de fato, aquecer a economia, tendo como um dos fins a produção de moradias. No entanto, a abordagem da produção habitacional do PMCMV não conseguiu se livrar de antigos paradigmas massificantes e padronizadores, tanto da residência, quanto do perfil dos beneficiários, sobretudo, das famílias (CIUFFOLINI, SHIMBO, 2013; KRAUSE, BALBIM, NETO, 2013).

A seleção das famílias beneficiárias é feita pela prefeitura e deve respeitar os critérios definidos para cada recorte de renda do programa. Para a Faixa 1, a família

deve obter:

- Limite de renda máxima da Faixa 1 do programa;
- Não ser proprietária de outro imóvel ou ter financiamento de imóvel residencial;
- Não ter sido atendida em outro programa habitacional;
- Não possuir cadastro no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT); e
- Não ter restrições cadastrais ou débitos com o governo federal.

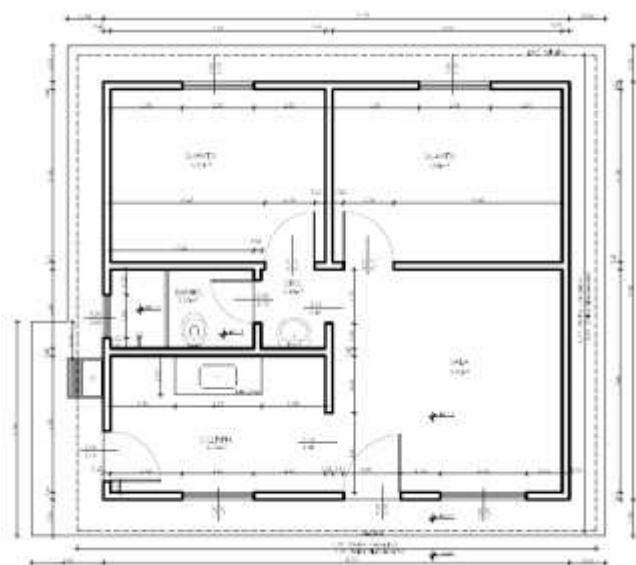
De acordo com a Portaria nº 412, de 6 de agosto de 2015, que aprovou o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do PMCMV, as famílias candidatas aos cadastros habitacionais em estados, municípios e no Distrito Federal devem pontuar ainda em critérios nacionais de priorização (MARTINS, 2019), sendo elas:

- Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público;
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e
- Famílias com pessoas com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico.

As especificações mínimas para a construção de unidades habitacionais são estabelecidas por meio de Portaria pelo Ministério das Cidades. A primeira portaria com esse conteúdo foi a de número 168, de 12 de abril de 2013, que estabeleceu duas tipologias de imóveis (BRASIL, 2013):

- Tipologia 1, área útil mínima de 36 m² – casa térrea com sala, um dormitório para casal e um dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço (externa), circulação e banheiro.

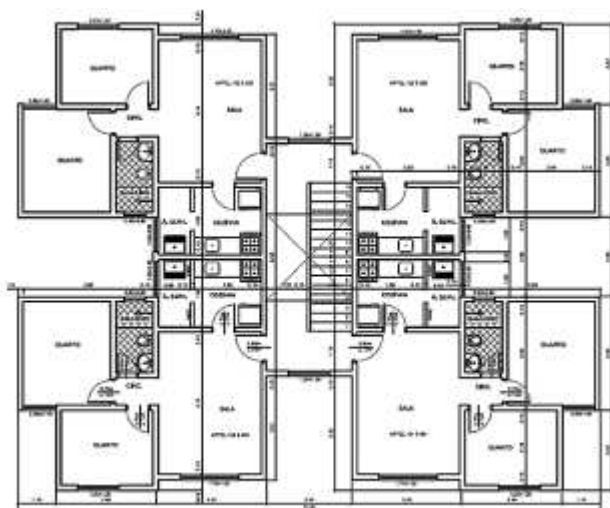
Figura 9 – Planta baixa tipologia 1 – MCMV.



Fonte: Martins, 2019.

- Tipologia 2, área útil mínima de 39 m² – apartamento/casa sobreposta/sobrado, contemplando sala, um dormitório para casal e um dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço (externa), circulação e banheiro.

Figura 10 – Planta baixa tipologia 1 – MCMV.



Fonte: Martins, 2019.

Para a tipologia 1, foi estabelecida a necessidade de serem previstas no projeto possibilidades de ampliação das casas, permitindo as famílias beneficiárias modificações nos imóveis originais a depender da necessidade ou mesmo a ampliação da família.

- Casa – área útil mínima de 36 m², com área de serviço externa, e 38 m² com área de serviço interna, composta por sala, um dormitório para casal e um dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro;
- Apartamento e Casa Sobreposta – área útil mínima de 39 m², composta por sala, um dormitório para casal e um dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro.

As especificações mínimas estabelecidas surgiram a partir da segunda fase do programa, no sentido de ampliar a qualidade arquitetônica das edificações e de seu entorno. Críticas ao longo desse processo foram feitas apontando para a não garantia da boa inserção urbana dos empreendimentos construídos, a sua qualidade arquitetônica e a ausência de propostas para os possíveis impactos urbanos da produção habitacional (FERREIRA, 2012).

Para Ferreira (2012), a produção habitacional pública teria herdado o padrão de construção de unidades habitacionais do regime militar, no período do BNH, havendo poucos casos isolados de experiências alternativas baseadas no período de redemocratização do país.

Ainda que as normas visassem estabelecer melhorias nesse processo, haveria, segundo o autor, certo descompasso entre a quantidade de normas e a baixa qualidade arquitetônica e urbanística da produção que ocorre pelo país. As especificações mínimas garantiriam um padrão mínimo de moradia, mas, por outro lado, diante da lógica de produção massificada, não impediriam a reprodução padronizada de projetos mínimos para a redução de custos e garantia de retornos financeiros (FERREIRA, 2012).

As grandes construtoras se utilizam de sistemas de gestão que permitem reproduzir à exaustão o mesmo projeto “carimbo” das poucas tipologias existentes. Como consequência, verifica-se a reprodução em escala nacional de um projeto padrão que não corresponde à diversidade regional e nem sempre responde às necessidades das famílias atendidas. (ROLNIK et. al., 2015, p. 403).

Além disso, a valorização fundiária impulsionada, ainda que indiretamente pelo

MCMV, acabaria drenando os subsídios públicos disponíveis para a compra de terrenos, levando a implantação de empreendimentos habitacionais em áreas cada vez mais distantes, carentes de serviços públicos e com inserção urbana ruim (ROLNIK et. al., 2015).

Como dito, a única menção ao tipo de família decorre dos critérios de seletividade do programa. Ali, é dada prioridade às unidades familiares encabeçadas por mulheres. Além disso, a única possibilidade de expansão físico-espacial da unidade habitacional só é possível na tipologia 1, ou seja, nas casas de 36 metros quadrados. Decerto, há, então, inúmeros obstáculos físico-espaciais a fim de propiciar a adaptação entre unidade de habitacional e arranjo domiciliar. Em outras palavras – e nos limitando ao atual problema de pesquisa – o PMCMV reiterou antigos paradigmas habitacionais.

Podemos destacar um (que, ao menos para a presente pesquisa, é fundamental): o de uma unidade de residência para cada unidade familiar. Nesse sentido, o programa reproduziu imprecisões do passado ao não ser sensível, por exemplo, as elevadas frações de coabitação, tampouco ao desejo de muitas unidades domésticas em compartilhar o mesmo teto. Da mesma forma, o PMCMV tampouco tentou solucionar a questão de que as unidades de residência são também unidades de produção especialmente entre os mais economicamente carentes: a costureira, o salão de beleza, a fábrica de coxinhas etc.

2.2 Dinâmica demográfica e as transformações na família

A situação demográfica mundial demonstra que as regiões do planeta vivem momentos diferenciados quanto as suas transições demográficas. Enquanto a Europa se encontra em uma fase extremamente avançada, a América e a Oceania se encontram em fases consideráveis distantes da realidade europeia. Ásia, América Latina e Caribe estão em fases consideradas intermediárias, enquanto a África se caracteriza por elevadas taxas de fecundidade e mortalidade (BRITO, 2007).

As diferenças se acentuam ao compararmos alguns países. Tanto a França, quanto a Itália possuem ritmos de crescimento que ultrapassa 1,0% ao ano, sendo constatado, após o ano de 1970, taxas abaixo de 0,5% ao ano, tangenciando o valor zero. Ao compararmos os dois países europeus com o Brasil, as diferenças entre as taxas de crescimento demográfico são grandes, consequência, principalmente, da

distância entre seus níveis de fecundidade (BRITO, 2007).

O intenso crescimento populacional tornou-se fundamental na agenda política internacional após a Segunda Guerra Mundial. Os países considerados desenvolvidos, em sua maioria, já tinham avançado na transição em direção a um desacelerado ritmo de crescimento, enquanto os países então considerados subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, ainda vivenciavam o declínio das taxas de mortalidade, combinado com altas taxas de fecundidade (CARVALHO; BRITO, 2005).

Poderíamos resumir o comportamento demográfico de sociedades pré-transicionais como sendo aquele em que há, simultaneamente, altas taxas de mortalidade e de natalidade, esta última, destinada a equilibrar as perdas populacionais provocadas pela primeira, ocasionando crescimento populacional praticamente nulo (CARVALHO; BRITO, 2005).

Por sua vez, podemos entender a Primeira Transição Demográfica como momento de inflexão do comportamento populacional das sociedades pré-transicionais. A transformação é desencadeada pela rápida e intensa queda da mortalidade, enquanto que as taxas de fecundidade só seguirão a mesma tendência de diminuição apresentada pela mortalidade mais tardiamente. Dessa diferença entre velocidades, intensidades e tempos, há um determinado período de rápido crescimento demográfico. A última fase da Primeira Transição Demográfica se caracteriza pelo equilíbrio entre taxas de mortalidade e fecundidade, provocando incipiente crescimento demográfico, muitas vezes com fecundidade abaixo das taxas de reposição demográfica, isto é, provocando, inclusive, diminuição do tamanho da população em longo prazo (CARVALHO; BRITO, 2005).

No caso brasileiro, mas também latino-americano em geral, a transição da mortalidade – a passagem de altos para baixos níveis de mortalidade – foi conquistada mesmo em contextos de baixo grau de modernização e desenvolvimento econômico, por meio, principalmente, da importação de tecnologia médica e da adoção de algumas medidas de saúde pública (por exemplo, a vacinação em larga escala).

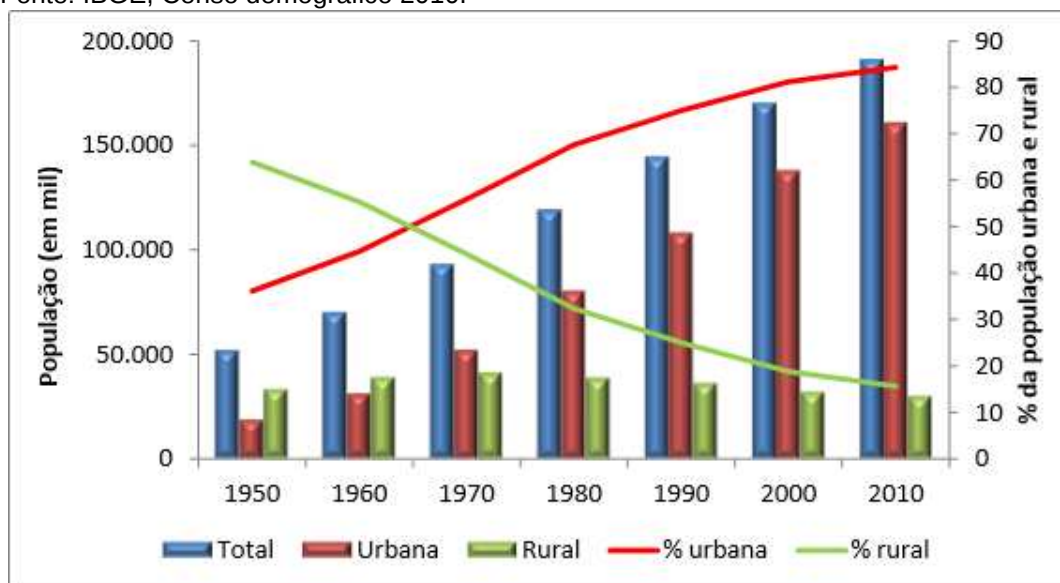
No Brasil, o rápido crescimento populacional, combinado à estagnação em grande parte das áreas rurais, e à modernização agrícola patrocinada pelas políticas públicas, nos anos de 1970, propiciaram uma transferência maciça de população para as cidades, principalmente para os maiores centros urbanos, acentuando o processo de urbanização a taxas inéditas (BALSADI, 2001).

Ambos os fatores fizeram com que a população urbana crescesse 8,5 vezes,

enquanto a população rural diminuiu 10% entre os anos de 1950 e 1970. O Gráfico 1 demonstra a demanda por habitação por situação de domicílio, em que se pode observar a inversão dessa demanda da década de 1950 para a década de 1970 (ALVES; CAVENAGHI, 2006).

Gráfico 1 – Distribuição da população brasileira por situação de domicílio (1950 – 2010).

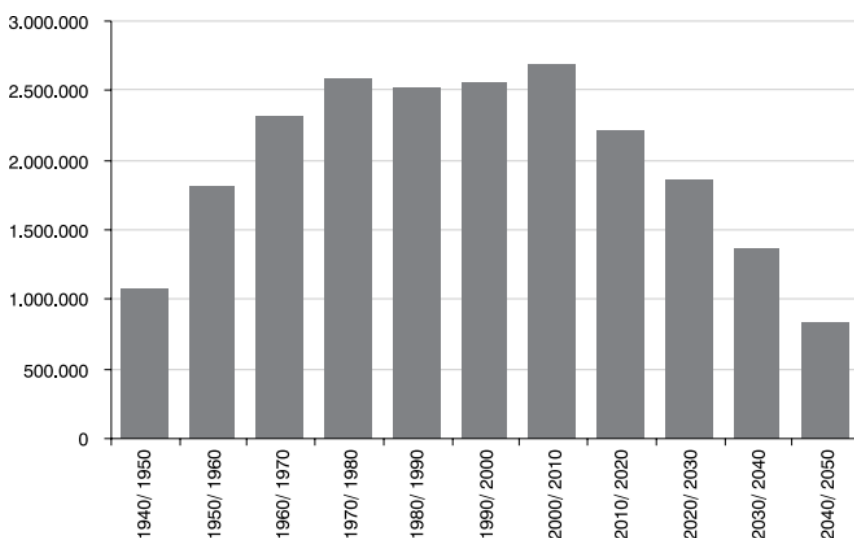
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.



No entanto, seu agravamento, entre as décadas de 1950 a 1960, foi resultante da combinação com a manutenção de níveis elevados de natalidade e de fecundidade, sendo registrados acima de 40 nascimentos por mil habitantes e mais de seis filhos por mulher ao fim da vida reprodutiva, resultando nas taxas de crescimento populacional mais elevadas na história do país: 3,1% e 2,9% ao ano, respectivamente (ALVES; CAVENAGHI, 2006).

O início da diminuição desse ritmo de crescimento acelerado da população ocorre a partir da década de 1970. Nesse período, é notada a diminuição da mortalidade, mas, também, da fecundidade, havendo com isso crescimento vegetativo pouco acentuado da década de 1970 até os anos 2000, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Incremento médio anual da população total Brasil (1940 – 2015).



Fonte: IBGE, 2004 apud BRITO, 2007.

Esse processo vem sendo observado ao redor do mundo e em diferentes momentos históricos, ritmos e intensidades. Nessa perspectiva, como enfatiza Martins (2019), a continuidade da redução da mortalidade seria o resultado do aprimoramento na produção de alimentos, do melhor controle de doenças e dos avanços médicos e farmacêuticos alcançados, enquanto que as mudanças sociais e econômicas associadas ao advento da sociedade urbano industrial estariam relacionadas ao declínio da fecundidade. Nas sociedades urbano-industriais, a racionalização da vida aparece como contraponto a constrangimentos originados de doutrinas religiosas, códigos morais, costumes e tradições familiares, fator que teria colaborado para o controle reprodutivo (NOTESTEIN, 1945 apud MARTINS, 2019).

Um contraponto é apresentado por Caldwell (1976) apud Martins (2019), ao ponderar que a racionalização da vida compreende a escolha econômica racional dos indivíduos sobre a reprodução, a qual está presente em todas as sociedades e em diferentes momentos históricos, e, portanto, não exclusiva das sociedades modernas industriais. Assim, a transição demográfica consistiria, na visão do autor, na passagem de um momento em que limitar o número de filhos e prever o intervalo entre os nascimentos não representavam ganhos econômicos, para outro momento, em que essas escolhas trazem consequências às condições socioeconômicas dos indivíduos e das famílias.

Como a transição demográfica no Brasil tem sido mais acelerada, nesses seus primeiros momentos, mais do que foi nos países desenvolvidos, os seus reflexos já estão sendo percebidos pela sociedade brasileira. Há um aumento do peso relativo

dos idosos, as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados, a longevidade da população tem aumentado significativamente e a população em idade ativa continuará crescendo nas próximas décadas. Em decorrência, as bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado quanto às políticas públicas fundamentais (BRITO et al, 2008).

No entanto, ainda que a transição demográfica seja acelerada e razoavelmente generalizada no Brasil, não se pode deixar de considerar que ela, em realidade, não se dissemina de modo totalmente uniforme, seja no espaço, no tempo ou segundo perfis de população (raça/cor, renda, escolaridade, situação de domicílio etc.). Em outras palavras, estados e regiões, ou grupos sociais, se situam em momentos e fases distintos da Transição Demográfica (BRITO et al, 2008).

Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar per capita mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a “desigualdades demográficas” maiores do que aquelas observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, claramente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando esse fato fundamental em consideração, que as políticas públicas, com o objetivo de justiça social, poderão aproveitar o bônus e os benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados pela transição demográfica (BRITO et al, 2008).

Uma das causas dessa distinção demográfica entre regiões são as mudanças sociais que marcaram as sociedades no século XIX e XX. A passagem de sociedades agrárias para sociedades urbano-industriais alterou a organização das famílias, com maior ou menor grau, de acordo com extratos econômicos das regiões (PINNELLI, 2004).

Os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 determinaram mudanças em curso nos valores predominantes e a ascensão de um ideário individualista das sociedades ocidentais. Tensões entre os temas sexo e reprodução, família e trabalho, comportamento e relações interpessoais e expectativas sociais e desenvolvimento pessoal pautaram algumas das discussões dos movimentos feministas, de contracultura, entre outros. Essas alterações sociais provocaram uma maior difusão

dos métodos contraceptivos, a postergação da reprodução, o declínio ainda mais acentuado da fecundidade, e modificações na nupcialidade, com a ampliação dos divórcios, da união consensual e da coabitação (PINNELLI, 2004). Transformações que contribuíram para que os filhos deixassem de ser o centro da atenção das famílias e perdessem espaço em relação às questões galgadas no indivíduo (ARIÈS, 1980).

BRITO et al, (2008) argumentam que, antes, uma família numerosa e com um maior número de filhos era valorizada, pois era tida como uma maior força de trabalho disponível para as atividades no campo, na produção de alimentos e insumos. Nas sociedades urbano-industriais, cada filho a mais representaria aumento dos custos para a criação no meio urbano, o que cobraria uma melhor condição econômica para as famílias. Haveria assim, como denominado pelo autor, uma inversão do fluxo intergeracional de riquezas, quando os filhos deixam de gerar riqueza para os pais com a produção no campo e passam a representar mais custos no orçamento familiar.

Esse conjunto de fenômenos levou os autores Ron Lesthaeghe (1995) e Dirk van de Kaa (2004) apud Martins (2019), a considerarem uma segunda transição demográfica. Esse novo momento se distinguiria da Primeira Transição Demográfica, devido aos impactos produzidos na fecundidade e nupcialidade, a partir do aprofundamento dos fenômenos sociais observados desde a década 1960. A proposta de uma segunda transição demográfica implica, portanto, em consequências diretas na formação e composição das famílias.

No entanto, essa proposição foi recebida com reservas na América Latina. Algumas das mudanças de comportamento apontadas e que caracterizariam a Segunda Transição Demográfica já eram práticas adotadas no continente latino americano, associadas a costumes locais e às desiguais condições sociais e econômicas da região.

As uniões consensuais, a coabitação e a reprodução fora do casamento seriam fenômenos observados há mais tempo no continente, decorrentes das dificuldades socioeconômicas locais que afetariam a legitimação do matrimônio e não necessariamente relacionadas a novas formas de união ou de relacionamentos interpessoais. A monoparentalidade feminina estaria relacionada também à desigual relação de gênero nas famílias e não apenas a modificações no estilo de vida ou à emancipação feminina. A desigualdade social e a instabilidade dos ciclos econômicos induziriam a permanência de relações assimétricas de gênero, pobreza e violência nas famílias latino-americanas. A Segunda Transição Demográfica, portanto, não

traria explicações suficientes para fatores ligados a constrangimentos de diversas ordens (econômicos, sociais e culturais), dificultando a adaptação dos valores ocidentais em diversos países (OLIVEIRA, 2015).

Para Oliveira (2015), os principais fatores da Segunda Transição Demográfica estão relacionados ao declínio do patriarcado, ou seja, à diminuição do poder masculino sobre a família, às mudanças comportamentais sobre o sexo e o casamento, e nas alterações no padrão reprodutivo. Essas mudanças contribuíram para uma heterogeneidade de configurações familiares, com sentidos, composições e tamanhos diferentes daqueles representados pelo tradicional tipo nuclear.

A família nuclear, principal representação ocidental de família, estaria reduzindo sua predominância pela ascensão de modelos anteriormente mais raros, como o monoparental, casal sem filhos, famílias reconstituídas e/ou ampliadas e indivíduos só (OLIVEIRA, 2015).

2.3 Arranjos domiciliares

Para abordarmos as mudanças nas famílias em uma escala abrangente como o Brasil, ou de qualquer unidade da federação ou município, é necessário definirmos algumas acepções. Para tanto, apresentamos no Quadro 2, alguns dos conceitos que norteiam as acepções de família, unidade de domicílio e unidade de residência, tratados no decorrer do estudo. No quadro, há a definição por pesquisadores e o IBGE, com o intuito de esclarecer a definição dos conceitos que melhor se enquadram no presente estudo.

Quadro 2 – Definição de família, unidade de domicílio e unidade de residência

CONCEITOS	Cavenaghi e Alves (2011)	Wajnman (2012)	Lopes (1976)	IBGE
Família	Unidade na qual as pessoas, ou uma única pessoa, formam um grupo para satisfazer suas necessidades de alimentos e outros itens essenciais para a vida. Em nossa sociedade, as pessoas se reúnem em relações reprodutivas, que podem ser baseadas em consanguinidade ou adoção, ou na relação conjugal.	É entendida como sendo, desde o núcleo mais próximo, até uma rede mais ampla de parentesco e que, para muitos propósitos, pode ser complementada por outros membros da rede de apoio, dependendo do alcance das trocas que se quer captar.	Inclui os membros do domicílio relacionados entre si por algum laço de parentesco, seja sangue, adoção ou casamento.	Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar.
Unidade de residência	Local de residência limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um telhado e que permite a pessoa ou pessoas se isolarem dos outros.	Moradia estruturalmente independente, com um ou mais cômodos, com entrada privativa.	Espaço físico voltado a reprodução simbólica e física seja das unidades domésticas, como das unidades familiares residenciais	Local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.
Unidade de domicílio/ Unidade doméstica	A definição inclui um critério que se aproxima da definição de casa, mas o critério de diferenciação é de que os residentes devem ser total ou parcialmente responsáveis pelas despesas com alimentação ou habitação.	Conjunto de pessoas que vivem em uma unidade residencial e compartilham bens públicos, além de, realizarem outras trocas, facilitadas pela proximidade física, independentemente de terem ou não laços de parentesco.	Pessoas que ocupem a totalidade ou parte de uma habitação em comum e compartilhem as principais refeições.	Para o IBGE o conceito de unidade doméstica é equivalente ao conceito de família.

Fonte: Cavenaghi e Alves (2011); Wajnman (2012); Lopes (1976); IBGE.

Decerto, o significado da família não se limita as quatro paredes da residência, como abordado por Cavenaghi e Alves (2011), Wajnman (2012), Lopes (1976) e o IBGE. Os laços familiares mantidos por consanguinidade, parentesco, aliança ou adoção extrapolam a habitação. Ademais, assim como lembrado por Lopes (1976), as unidades de residência não são compostas exclusivamente por unidades familiares, mas podem comportar unidades sem quaisquer relações familiares.

Dessa forma, o autor tipifica as relações sociais que caracterizam as unidades

de residência, por aquelas embasadas em laços de familiaridade (unidades familiares) ou não (unidades domésticas). Além disso, e de forma muito simplória, as unidades familiares seriam voltadas à reprodução da família, enquanto as unidades domésticas se caracterizariam por serem unidades de consumo a partir do compartilhamento de recursos e orçamentos (LOPES, 1976).

De acordo com Wajman (2012), a família é entendida como sendo, desde o núcleo mais próximo, até uma rede mais ampla de parentesco e que, para muitos propósitos, pode ser complementada por outros membros da rede de apoio, dependendo do alcance das trocas que se quer captar.

Assim, a família que as pesquisas domiciliares conseguem identificar e descrever é a família domiciliar, a qual é considerada como o conjunto de pessoas que vivem juntas em um domicílio, ligadas por alguma relação de parentesco ou não. No domicílio, há um núcleo com uma pessoa de referência, denominada comumente como responsável, e com a qual são identificados vínculos com os demais moradores (WAJNMAN, 2012).

A compreensão da família domiciliar nos ajuda a analisar as mudanças nos arranjos domiciliares, e é a principal forma de obtenção de informações sobre famílias em larga escala que se tem disponível (WAJNMAN, 2012). Além disso, a família domiciliar é aquela que os programas habitacionais debruçam seu olhar, destinando soluções como política pública.

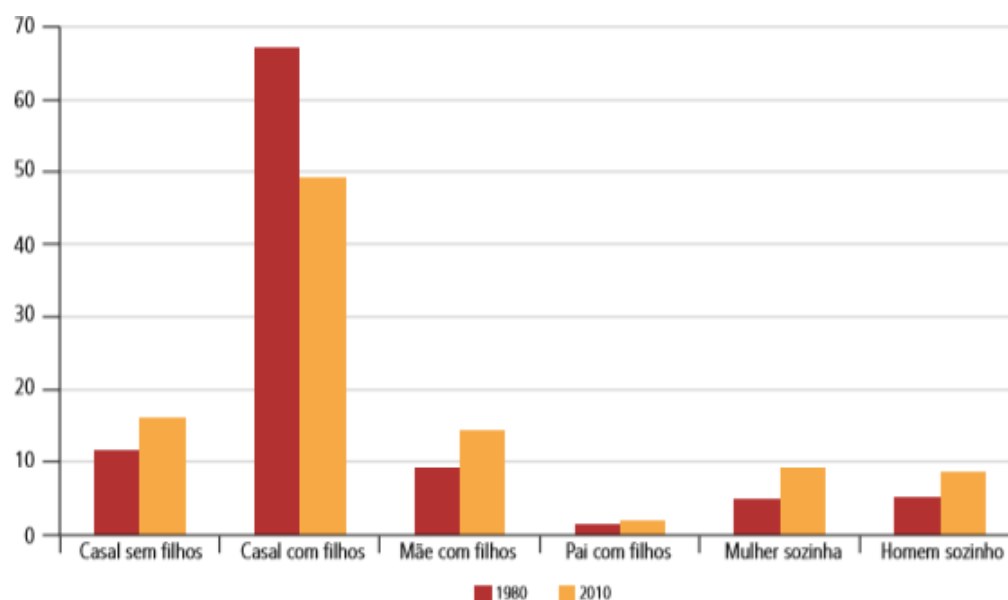
Particularmente, na presente investigação, estamos adotando o conceito de domicílio e unidade doméstica, abordada por Wajman (2012), a qual define como o conjunto de pessoas que vivem em uma unidade residencial e compartilham bens públicos, além de, realizarem outras trocas, facilitadas pela proximidade física, independentemente de terem ou não laços de parentesco; inclusive, essa acepção é a característica das fontes de dados secundários dos quais manejamos.

Desse modo, aqui, os arranjos domiciliares, a composição assumida pelas unidades domésticas de uma determinada unidade de residência são classificados em: a) unipessoal – domicílio com apenas um indivíduo; b) casal sem filhos – núcleo familiar formado por apenas um casal; c) casal com filhos – núcleo formado por um casal e filhos; d) monoparental - domicílios com um dos pais e a presença de um ou mais filhos; e, por último, e) domicílio composto, quando há a coabitação de mais de uma unidade doméstica podendo elas manterem relações de parentesco ou não. Ocasionalmente, dividimos essa última classe, detalhando as frações de unidades

domésticas com relações de parentesco e aquelas sem.

Podemos observar, no gráfico a seguir, que os arranjos do tipo casal com filhos, embora declinantes, ainda são os predominantes. Em 2010, aproximadamente a metade dos domicílios encontrava-se nessa categoria, mas em 1980, esse percentual fora de 67,3%. Já todas as demais formas de arranjos aumentaram a sua importância. Relativamente falando, o maior aumento percentual foi verificado para os domicílios formados por mulheres vivendo sozinhas, que passou de 4,9% para 9,3%, seguido dos domicílios formados por homens sozinhos e por mães com filhos (CAMARANO; FERNANDES, 2014).

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares por tipo (1980 e 2010).



Fonte: IBGE, 1980 e 2010, apud CAMARANO; FERNANDES, 2014.

Consideramos, também, aumento da proporção de domicílios compostos por mulheres sozinhas e por mães com filhos. De acordo com Camarano e Fernandes (2014), esse aumento é resultado das mudanças no papel social da mulher e é reforçado pelo envelhecimento da população. As mudanças na estrutura etária acarretam em um aumento da proporção de mulheres viúvas, que podem estar optando por viverem sozinhas em vez de morarem com os filhos, assim como o aumento dos divórcios.

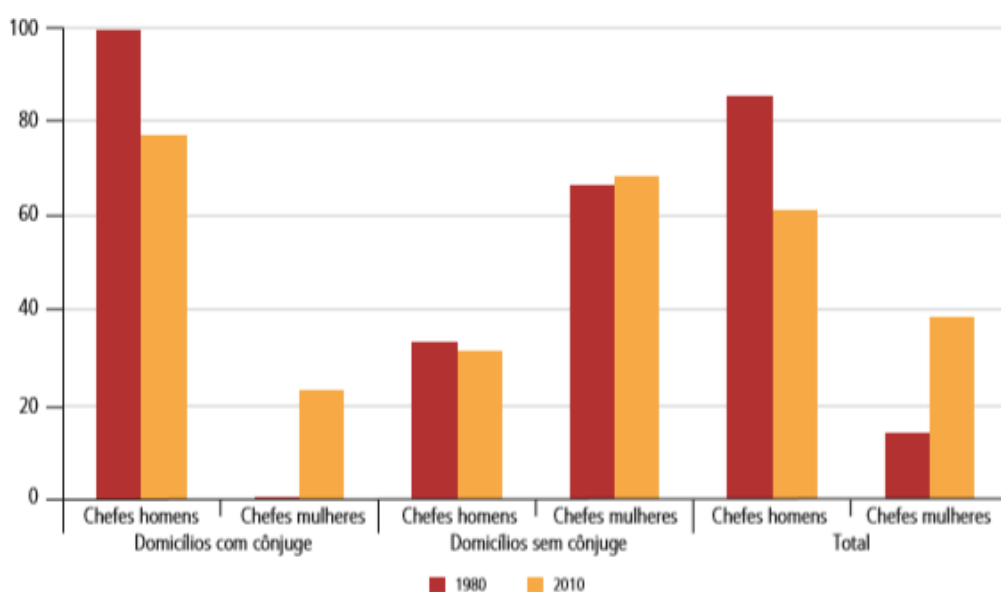
Há que se considerar as mudanças no papel social da mulher se expressando, também, no crescimento da proporção daquelas consideradas chefes de domicílio, principalmente, no caso das com cônjuges. O percentual do total de domicílios

chefiados por mulheres aumentou de 14,3%, em 1980, para 38,7% em 2010, quase três vezes. No caso de mulheres com cônjuges, estas chefiavam 0,3% dos domicílios em 1980 e passaram a chefiar 22,9% em 2010, segundo mostra o Gráfico 4 (CAMARANO; FERNANDES, 2014).

No entanto, é importante nos atentar que a partir do Censo de 2000, o termo chefe (de família ou de domicílio), em geral, esteve associado à autoridade exercida sobre os demais membros do grupo e/ou à pessoa que se constituía em sua principal fonte de sustento. No Censo de 2000, o termo “chefe” foi substituído pelo termo “responsável”. A razão pela substituição estaria ligada, por um lado, às mudanças observadas no que se refere à estrutura familiar brasileira e à participação crescente de outros membros da família no sustento e nas decisões tomadas em âmbito familiar/domiciliar, tornando as responsabilidades cada vez mais compartilhadas. Buscou-se, além disso, com a alteração do termo, atenuar a ideia de “comando” que, inevitavelmente, a palavra “chefe” contém (OLIVEIRA; SABOIA; COBO, 2002; apud CAVENAGUI; ALVES, 2011).

Dessa maneira, o aumento da proporção de chefia feminina não necessariamente significa, por si só, aumento de autonomia e empoderamento das mulheres em relação aos homens.

Gráfico 4 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio por sexo, segundo a presença de cônjuge (1980 e 2010).



Fonte: IBGE, 1980 e 2010, apud CAMARANO; FERNANDES, 2014.

Ressalta-se, ainda, que a STD não considera outros impactos da queda da

mortalidade e da fecundidade nas famílias, que são o aumento do número de gerações convivendo em uma mesma família e a redução no número de pessoas em uma mesma geração. Em outras palavras, a família cresce na vertical e diminui na horizontal, o que acaba por colocar desafios para a rede de apoio à população idosa.

Sakamoto (2014) mostrou que mesmo que a redução da mortalidade, principalmente a infantil, leve a um aumento dos filhos sobreviventes, pode-se esperar uma redução ao longo do tempo no número médio de filhas e netas sobreviventes das mulheres de 70 a 74 anos. Acredita-se que o mesmo fenômeno possa acontecer com o número de sobrinhos.

Os arranjos nucleados por casais com idades de 35 a 49 anos, com filhos e/ou parentes também apresentam redução, porém, mais gradual. Verifica-se que no ano de 1991, esse tipo de arranjo representava 22,9% dos arranjos domiciliares no país, para 21,6% em 2000 e 18,5% em 2010. Igualmente, os arranjos domiciliares constituídos por casais com idades de 50 anos e mais, com filhos e/ou parentes, apresentam-se com proporções semelhantes no período; aproximadamente 12% dos arranjos domiciliares em 1991 e em 2000, e 11% em 2010 (SAKAMOTO, 2014).

Outra alteração, segundo Sakamoto (2014), é a constante diminuição do número médio de moradores por domicílio. De acordo com dados do Censo 2010, o domicílio no Brasil era formado, em média, por 4,3 moradores no ano de 1970, alterando-se no ano de 1991 para 4,2, 3,8 em 2000 e 3,3 em 2010. No entanto, a população cresceu, em média, 1,77% entre 1980 e 2010, demonstrando um crescimento inverso entre população e domicílios, ou seja, o crescimento dos domicílios cresce mais do que a própria população.

As mudanças de composição e tamanho dos arranjos domiciliares ocorrem, também, em conjunto à progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho e, especialmente, da mulher cônjuge. O fenômeno da postergação da vida reprodutiva vem sendo registrado, nas últimas décadas, com maior amplitude nos países desenvolvidos. Ao analisarem a idade da mulher ao ter o primeiro filho, Berquó e Garcia (2015) encontraram aumento de até cinco anos, entre os anos de 1970 e 2005, considerando dados dos Estados Unidos e demais países europeus. A literatura, seja de orientação econômica ou sociocultural, traz evidências de que o nível educacional, a orientação para a construção de uma carreira profissional, as normas sociais de gênero, com também a qualidade da relação com o parceiro, afetam as intenções e o comportamento reprodutivo (LESTHAEGHE, 1995 apud BERQUÓ; GARCIA, 2015).

No Brasil, embora ainda não existam estudos demográficos detalhados sobre a reprodução tardia, há indícios de que ela começa a mostrar sinais mais acentuados entre as mulheres das classes econômicas mais elevadas e com maior escolaridade.

A Tabela 1 apresenta a classificação do total da amostra de mulheres de 30 anos ou mais de idade, segundo os perfis sexuais e reprodutivos. Ainda que prevaleça a proporção de mulheres que iniciaram a atividade sexual e a reprodução antes dos 30 anos, outros perfis também estão presentes, demonstrando a postergação temporária ou definitiva da reprodução.

Tabela 1 – Distribuição das mulheres de 30 anos ou mais, segundo perfis sexuais e reprodutivos, Brasil – 2006.

Perfis sexuais e reprodutivos	%
Grupo 1 – Mulheres que iniciaram atividade sexual antes dos 30 anos e nunca engravidaram	8,4
Grupo 2 – Mulheres que iniciaram a vida sexual antes dos 30 anos e engravidaram com 30 anos ou mais	6,9
Grupo 3 – Mulheres que iniciaram atividade sexual antes dos 30 anos e engravidaram antes dos 30 anos	81,0
Grupo 4 – Mulheres que não iniciaram a atividade sexual	2,0
Grupo 5 – Mulheres que iniciaram a vida sexual com 30 anos ou mais e não engravidaram	0,7
Grupo 6 – Mulheres que iniciaram a vida sexual com 30 anos ou mais e engravidaram	1,1
Total	100,0
N. abs. (1)	8.055

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – 2006 apud Berquó e Garcia (2015).

A Tabela 2 demonstra que, de acordo com o perfil sociodemográfico, os sinais de adiamento são mais acentuados entre as mulheres que possuem maior escolarização, das classes econômicas A e B (classes econômicas mais elevadas), e entre as mulheres de cor branca.

Tabela 2 – Distribuição das mulheres de 30 anos ou mais, por perfil sexual e reprodutivo, segundo características sociodemográficas, Brasil – 2006.

Em porcentagem			
Características sociodemográficas	G 1	G 2	G 3
Anos de estudo			
0 – 4	12,9	13,3	31,2
5 – 8	12,3	15,7	31,1
9 ou mais	74,8	71,0	37,7
Classe econômica			
D e E	16,7	13,2	29,3
C	43,2	36,1	46,0
A e B	40,0	50,7	24,7
Situação conjugal			
Nunca se casou/uniu	44,9	5,0	2,3
Atualmente casada/unida	44,1	84,5	82,9
Atualmente não casada/unida	11,0	10,5	14,8
Cor			
Negras	45,9	50,6	56,1
Branças	54,1	49,4	43,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – 2006, apud Berquó e Garcia (2015).

Ao analisarmos as tabelas, constatamos que a entrada tardia na maternidade ou o adiamento circunstancial desta, é fruto não só do desejo de prolongar um período de formação educacional e profissional, em função de objetivos mais urgentes, mas também de uma dada condição da juventude que se coloca em oposição à condição de ser mãe e assumir responsabilidades irreversíveis.

As evidências demonstram, também, que a trajetória da postergação da fecundidade não é linear, mas envolve múltiplas transições. Os dados indicam que mulheres da elite foram as pioneiras da mudança da fecundidade, como apontam os resultados da primeira pesquisa na maior cidade brasileira: São Paulo. Trabalhos recentes confirmam a convicção de que as elites educadas comandaram o processo de declínio da fecundidade no Brasil e em outros contextos, como o europeu.

As autoras Berquó e Cavenaghi (2016) realizaram uma pesquisa a partir dos dados levantados nos Censos de 1991 e 2000, com o intuito de analisar os níveis de fecundidade em vários segmentos da população. Sendo assim, constataram que a proporção reduzida de mulheres com alta fecundidade (média de cinco filhos ou mais) correspondia àquelas que combinavam os mais baixos níveis de escolaridade (até três anos de estudo) e de renda domiciliar per capita (até $\frac{1}{2}$ salário mínimo). Argumentam ainda que o alto padrão de fecundidade analisado nessas camadas faz com que persistam e acentuem as desigualdades sociais no Brasil.

Outra mudança nas configurações familiares que se observa com grande intensidade, segundo Fontes (2014), é o maior número de idosos, causado pela queda da mortalidade. Com isso, as pessoas têm cada vez mais oportunidades de vivenciarem várias gerações de famílias e um maior número de gerações vivendo ao mesmo tempo. Em outras palavras, enfatiza que as famílias se tornam mais verticalizadas e menos colaterais.

Essa estrutura implica também um menor número de crianças na família e uma maior probabilidade de não ter filhos, o que pode fazer com que os pais, na velhice, tenham estrutura precária de apoio familiar, uma vez que as mulheres continuam a assumir tais posturas. No entanto, há também evidências de que a verticalização das famílias permite maior disponibilidade e tempo de convivência entre avós e netos, além de reforçar os laços entre eles, sobretudo, quando os pais se tornam indisponíveis (FONTES, 2014).

Bengston (2001) salienta que as taxas de fecundidade, embora tenham apresentado expressiva redução e conduzam a um número reduzido de parentes,

esse fenômeno vem sendo compensado pela expansão dos recasamentos, pois amplia o fluxo familiar e permite que se tenha uma rede alargada de parentes, os quais são, muitas vezes, as potenciais fontes de sustento e apoio para os membros da família nos momentos de necessidades.

Outro tipo de arranjo domiciliar em evidência é o do tipo de famílias representadas por casais sem filhos, o qual também apresentou crescimento no período, avançando de 7,9%, em 1970, para 13,8%, em 2010, no Brasil. A literatura ressalta que o aumento da participação proporcional desse tipo de arranjo domiciliar também está associado ao envelhecimento da população, com a expansão de casais de idosos que vivem sozinhos, após a saída dos filhos da casa dos pais. Argumenta-se também quanto ao surgimento de casais de dupla renda (ingresso) e nenhuma criança (DINC). Esses casais teriam decidido por não ter filhos ou por não poderem – por problemas de fertilidade, falta de oportunidade ou, ainda, pela expansão de casais homossexuais (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

A expressão em inglês DINC significa casais com dupla renda e nenhuma criança e o estudo dessa modalidade é relativamente novo no Brasil. O levantamento desses casais é aproximado, pois o fato de os casais responderem não ter filhos no momento da entrevista não significa que não o terão ao longo de suas vidas. Da mesma forma, a informação sobre filhos tidos refere-se apenas às mulheres. Não existem dados disponíveis sobre os filhos tidos pelos homens (LENOIR, 2005).

A proporção, aparentemente elevada, dos casais sem filhos se deve, também, à etapa do ciclo de vida conhecida como “ninho vazio”, pois muitos filhos já saíram de casa, restando no domicílio apenas o casal progenitor. Os casais DINC, pelo fato de contar com duas rendas e não ter custo com filhos ou outros moradores, tendem a apresentar melhores níveis de educação, renda, cobertura previdenciária e consumo (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

Observamos, portanto, aumento nos domicílios com casais DINC entre 1980 e 2010, tanto em relação ao total de casais quanto em relação ao total de casais com dupla renda. Constituíam em 2010, 4,5% do total de arranjos domiciliares brasileiros e, aproximadamente, 11% dos casais com dupla renda (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

Embora o casal DINC tenha, em geral, maior renda, maiores níveis educacionais, melhores condições de moradia, maior nível de consumo e carreiras mais promissoras no mercado de trabalho, existe certa discriminação social na medida

em que esses casais não deixam descendentes, herdeiros e não garantem a perpetuação da linhagem da família. Isso acontece tanto no Brasil como em outras partes do mundo, inclusive na China (ABOUT, 2007).

Em termos de escolaridade da pessoa de referência da família DINC, constatamos que o grau de instrução se mostra muito acima da média, mesmo se comparados aos chefes dos demais casais de dupla renda. Tanto na faixa de 11 a 14 quanto em 15 ou mais anos de estudo a família DINC fica, percentualmente, bem acima das demais (LENOIR, 2005).

A literatura mostra que homens e mulheres (ou casais) com níveis baixos de instrução apresentam menor rendimento e, em geral, um maior número de filhos. Consequentemente, podemos esperar encontrar poucos casais analfabetos ou com pouca instrução que se enquadrem nos quesitos de classificação dos DINC's, como de fato ficou evidenciado nos dados da PNAD 2006. Na ausência de filhos, o casal DINC pode investir mais na sua própria educação, se qualificando para conseguir uma melhor posição no mercado de trabalho. Nesses casos, os filhos deixam de ser fonte de seguro em caso de adversidades momentâneas ou na velhice dos pais (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

Camarano e Fernandes (2014) observam, também, os jovens que optam em prolongar a convivência familiar, denominada como geração-canguru. Esses jovens optam, por vontade própria, por residir por longo tempo na casa dos pais, mesmo em casos que possuem condições financeiras para sustento próprio. Justificam, em grande parte, o conforto e o padrão de vida usufruídos por eles no âmbito familiar, além do fortalecimento dos laços familiares que tornam os vínculos mais estreitos.

Essas e outras mudanças estão acontecendo em maior ou menor grau em diversos países. Porém, embora a família nuclear, baseada no casal, prevaleça ainda hoje, ela cede lugar para configurações mais diversas e dissocia-se cada vez mais do elo entre casamento e reprodução, tornando frequentes as múltiplas entradas e saídas nas uniões, com e sem reprodução (FONTES, 2014).

A Tabela 3 apresenta os resultados da composição domiciliar, em que se verifica que, embora predomine no Brasil o tipo de arranjo constituído por casal com filhos, esse arranjo vem sofrendo queda ao longo do tempo. Além disso, nota-se o incremento de arranjos que se constituem em menores tamanhos e em complexidade – como o monoparental, o unipessoal e o casal sem filhos.

Os seis tipos de arranjos domiciliares presente na tabela – unipessoal, casal

sem filhos, casal com filhos, monoparental, família estendida e domicílio composto – englobam quaisquer tipos de aglomerações domiciliares existentes na atualidade, sendo estes os considerados no presente estudo.

Tabela 3 – Distribuição relativa da população segundo o tipo de domicílio – Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011.

	1996	2001	2006	2011
Unipessoal	2,14	2,62	3,23	4,00
Casal sem filhos	5,22	5,87	7,11	9,33
Casal com filhos	55,74	53,69	51,61	48,85
Monoparental	7,59	8,53	9,02	9,79
Família estendida	25,90	26,46	26,70	25,31
Domicílio composto	3,40	2,82	2,34	2,71
Sem classificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Total de pessoas	154.360.589	170.821.274	186.022.641	195.242.800

Fonte: IBGE – PNAD 1996, 2001, 2006 e 2011 apud FONTES, 2014.

Acreditamos que conhecer os comportamentos reprodutivos dos diversos estratos populacionais e as desigualdades sócio-demográficas que tornam distintos padrões de fecundidade, coabitações, recasamentos e etc. sejam uma necessidade indispensável para a definição das políticas públicas e para o planejamento social e econômico do país.

Tal prerrogativa se reforça ao analisarmos as políticas públicas habitacionais no Brasil, as quais, como mencionadas, tendem a uniformizar os grupos domiciliares, a partir de soluções espaciais estanques, para grupos domiciliares de notada pluralidade quanto ao número de integrantes e a acepções conjugais.

2.4. O curso de vida como fator de influência na flexibilização residencial

O curso de vida de um indivíduo ocorre dentro do ciclo de vida familiar, em que é o contexto primário do desenvolvimento humano e suas intersecções que vão constituir a trama da vida familiar. Com isso, não há um ponto de partida predeterminado para compreender o ciclo familiar, é necessário, portanto, considerar que a família é como um sistema, movendo-se pelo tempo, de forma não linear (CARTER, 1995).

Ao longo do tempo, é possível reconhecer várias formas de relacionamento

entre os membros, como nascimentos, casamentos, divórcios etc., isto é, em que fenômenos físico-biológicos se misturam a ritos sociais. Essas características semelhantes são consideradas as Fases do Ciclo de Vida das Famílias. Ter conhecimento dessas fases, segundo Carter (1995), permite compreender o modo como as famílias lutam e superam cada fase, colaborando no entendimento e na busca de ações que contribuam para o seu desenvolvimento.

Nas famílias, predominam, também, características que determinam direitos e obrigações a seus membros, como os laços de parentesco e as normas de relacionamento. A intensidade de convivência sofre variações, ocasionando formas diferentes de composição e organização. A intensidade de convivência entre seus membros é fortemente dependente da forma como a constituição familiar está estabelecida socialmente e culturalmente, orientando a divisão de trabalho e de recursos entre seus membros (KIRK, 1996).

O número de pessoas (crianças e adultos), as idades e o número de adultos que trabalham fora são fatores que interferem diretamente nos gastos e nas necessidades das famílias (KIRK, 1996). O tamanho desses grupos depende de alguns fatores como o nível educacional, a disponibilidade de controle de natalidade e a religião. Esses fatores influem fortemente na eventual inadequação do ambiente construído aos requerimentos da família.

Com a gradual mudança observada na composição das unidades familiares, começam a surgir novas maneiras das unidades domésticas se organizarem dentro das unidades de residência, provocando, também, modificações na visão tradicional do ciclo de vida familiar. A crescente ocorrência de divórcios, nascimentos fora do casamento ou a perda de um membro da família estendida, com filhos morando sozinhos em busca de oportunidades profissionais ou, ainda, progressão social, contribuem para a modificação, ao longo do tempo, das necessidades dos usuários da habitação (SZÜCS et al., 1999).

Essas necessidades, por consequência, são naturalmente mutáveis e influem decisivamente na forma e no grau de expansão das habitações. Montali (2014) também se refere à emergência de novos modos de vida, sobretudo, nas sociedades metropolitanas como indutora de novas maneiras de morar. Segundo o autor, a crescente flexibilidade observada no ciclo de vida das famílias exige, também, projetos adaptáveis para a habitação dessas novas famílias.

A flexibilidade no ciclo de vida das famílias se refere aos estágios os quais

direcionam a sua composição (grande, pequena, unipessoal, biparental, monoparental, composta etc.) e, dessa forma, representam alterações de conteúdo familiar, sobretudo, recursos e oportunidades imateriais de apoio. Dessa maneira, pertencer a um arranjo unipessoal, em estágios iniciais do ciclo vital familiar, é realmente distinto de um mesmo domicílio unipessoal em momentos anteriores desse mesmo ciclo vital. As demandas, as necessidades, as redes de relações e suportes etc., diferem imensamente. Do ponto de vista arquitetônico, o conceito de ciclo vital certamente influencia na definição do programa de necessidades, e em suma, no espaço físico da habitação.

O conhecimento das Fases do Ciclo Vital (FCV) de uma família é uma das formas para a compreensão do sistema familiar e de sua rede social para, então, poder ser apontadas as dificuldades e/ou déficits para uma futura compreensão que permita a reorganização e as soluções de seus próprios desafios.

Fortes (1958), metaforicamente, compara o conceito de ciclo de vida à evolução dos organismos vivos. Sendo assim, um grupo familiar, seguindo a sequência típica dos seres vivos, tende, após a reprodução (dar origem ao outro grupo), a desaparecer. Essa ideia é recorrente em todos os autores que se debruçam sobre o ciclo de vida, variando de um para outro a denominação das fases e o recorte temporal de transição entre elas.

Conforme os momentos em que uma família se encontra no ciclo familiar, surgem necessidades de conformação e ocupação da moradia, com compartimentos que se alteram com o passar do tempo para o atendimento das novas demandas buscadas pelos moradores conforme sua quantidade, idade e seu sexo, tornando-se relevante para o estabelecimento da quantidade necessária de cômodos, mobiliários e equipamentos (GLICK, 1989).

Existem vários estudos que utilizam diferentes índices para mensurar a densidade habitacional adequada para cada unidade habitacional: número de pessoas por domicílio, metro quadrado por pessoa ou pessoas por cômodo. O mais usual é analisar esses índices conjuntamente para não incorrer em distorções que possam mascarar situações impróprias, como no caso da superfície por habitante que pode não estar oferecendo privacidade necessária, embora a área seja suficiente. Portanto, nesse caso, é interessante observar, também, o número de pessoas por cômodo. Outro aspecto importante de se destacar é que a densidade, por si só, não demonstra o modo como as pessoas usam o espaço ou como percebem o espaço

(FOLZ; MARTUCCI, 2007).

Sobre essa realidade reducionista de densidade (número de moradores por área ou por cômodo), Folz e Martucci (2007) chamam também especial atenção para que essa não seja a única forma de definição do espaço necessário para habitação, ignorando como a população percebe, usa e avalia os espaços, suas necessidades e prioridades nesse uso da moradia.

Ao analisarmos a Habitação de Interesse Social, é notório que o governo federal vise à redução do déficit habitacional por meio da execução de um número grande de unidades. No entanto, devido aos poucos recursos financeiros, a área da unidade habitacional tem sido reduzida, comprometendo a qualidade do uso da edificação.

Não são necessárias profundas análises para se constatar que a redução de área prejudica a funcionalidade das moradias sociais, verificando-se que o tamanho reduzido da área da habitação de interesse social traz consequências à funcionalidade e compromete o desempenho das atividades essenciais, da acessibilidade e do conforto (BASCELOS et al; 2009).

Bascelos et al. (2009) enfatiza que a discussão acerca da área mínima recomendável para uma edificação se estende há quase um século. Os estudos partem das definições espaciais, das disposições do mobiliário até as atuais discussões sobre a psicologia ambiental. O autor acrescenta que, mesmo tendo em vista as exigências psicossomáticas e as exigências quanto às dimensões para a execução das tarefas domésticas, vários estudiosos têm adotado normas que não consideram as especificidades regionais e não propiciam a adequação às novas configurações familiares.

O espaço físico para Szücs et al. (1999) depende das atividades a serem desenvolvidas e estas são influenciadas pelas características antropométricas e mecânicas das ações, não sendo o espaço mínimo apenas a somatória das áreas necessárias para cada função. Além disso, a habitação tem para os moradores um valor que está ligado ao condicionamento sociocultural e a questões emocionais mais complexas.

No que tange ao espaço físico das habitações de interesse social, Palermo (2007) selecionou alguns atributos para avaliação do desempenho das edificações na fase de projeto, sendo elas, a funcionalidade, a flexibilidade e a compacidade. A funcionalidade se refere às condições satisfatórias de realizar as tarefas domésticas por meio da utilização do mobiliário e dos equipamentos com espaço e mobilidade

suficientes.

Por essa abordagem, há a ideia de flexibilidade que poderá ser empregada no projeto arquitetônico da habitação popular, a qual deve ser entendida como a capacidade do edifício de se adequar a necessidades específicas, além das básicas como abrigo, descanso, convívio etc. Essa adequação passa pela possibilidade de transformação da edificação que, a partir do surgimento da necessidade e na presença de condições financeiras favoráveis, pode ser modificada ou ampliada sem prejuízo da parte pronta, durante ou após a obra (SZÜCS et al., 1999).

O quadro 2 apresenta algumas abordagens quanto ao uso e definição do conceito de flexibilidade de acordo com a etapa e potencial da construção.

Quadro 2: Soluções de flexibilidade

SOLUÇÕES DE FLEXIBILIDADE	
Flexibilidade quanto ao dimensionamento do espaço arquitetônico	Possibilidade de realização, pelos usuários, de modificações internas e externas sem que isto represente uma agressão à concepção arquitetônica original.
Flexibilidade quanto à utilização ou função do espaço	Coexistência ou compartilhamento de dois ou mais tipos de usos no mesmo ambiente.
Flexibilidade quanto ao processo construtivo empregado	É a facilidade para a troca de componentes construtivos no interior de uma unidade habitacional, que normalmente é de execução difícil e dispendiosa. Visa facilitar e baratear a realização de reformas ou ampliações no decorrer de seu uso.

Fonte: Folz e Martucci (2007); Larcher (2005).

Avaliações pós-ocupação em conjuntos habitacionais populares revelam, com frequência, a insatisfação quanto ao tamanho da casa e à adequação dos cômodos, deixando aquém conceitos de flexibilidade e funcionalidade. Há, portanto, em grande parte, modificações feitas pelos próprios moradores, que não seguem uma regra geral. Essas ampliações são referentes ao aumento no tamanho de cozinhas e criação de novas dependências, como edículas, onde o morador expressa o desejo de fornecer a sua residência, dentro do que é possível, uma característica individual tanto dentro quanto fora dela (SZÜCS et al, 1999).

De acordo com Brandão (2006), a flexibilidade é um dos objetivos da modernidade, pois funciona como um mecanismo eficaz para compensar a lacuna na conexão entre o arquiteto e o ocupante desconhecido. Na definição desse autor,

flexibilidade é o grau de liberdade que torna possível a diversidade de modos de vida. Vários autores defendem a importância da flexibilidade, tanto na ocupação inicial dos espaços quanto ao longo de sua utilização.

A respeito da carência de novos desenhos e novas possibilidades, a importância de promover diversidade e flexibilidade tem sido evidenciada no Brasil em vários estudos recentes realizados sobre a construção civil brasileira. Alguns exemplos são: Brandão (2002), Campanholo (1999), Círico (2001), Digiacomio (2004), Carvalho (2004), e Finkelstein (2009).

Curioso é tratar a demanda como “desconhecida”. Em realidade, pouco se domina as técnicas de projeção da demanda segundo perfis específicos. Ademais, como discutimos até o momento, a volatilidade e a efemeridade dos fenômenos gera certa insegurança quanto à definição da demanda: pluralidade de arranjos domiciliares, não linearidade do ciclo vital familiar etc.

A importância da flexibilidade em uma habitação de interesse social leva em consideração, em suma, que a organização do espaço e o projeto devem ser compatíveis com os diferentes padrões de vida no decorrer do tempo, ou seja, com a multiplicidade de usos, estando o conceito de habitação evolutiva previstos na projeção do projeto.

Brandão (2006) enfatiza, ainda, que a casa deve ser projetada para ser adaptável, ao mercado de usuários desconhecidos, da seguinte forma: no estágio de pré-ocupação o construtor deve modificar a moradia às necessidades de diferentes tipos de famílias e; no estágio de pós-ocupação, a casa também deve responder às necessidades de alterações estruturais, além de ser facilmente adaptável às necessidades dos usuários.

A demanda por habitações mais flexíveis se faz necessária com base em fatores sociodemográficos, a partir da percepção de que nos últimos anos há uma maior diversificação demográfica e dos modos de vida por meio do surgimento de novas composições familiares (BRANDÃO, 2006). Palermo et al. (2007) acrescenta como fatores a diversidade cultural, a redução das áreas úteis das habitações e a própria necessidade de inovar.

No entanto, as habitações de interesse social, independente da forma de promoção, pública ou privada, são oferecidas, em sua grande parte, com projetos arquitetônicos recorrentes por muitos anos. Mesmo em habitações de pequena área, o que se observa são plantas com excessiva compartimentação e tripartição de

setores (BASCELOS, 2009).

De acordo com Palermo (2007), o mercado imobiliário tem que adequar a moradia à realidade em que vivem os futuros usuários. Nenhuma nação tem a capacidade de criar o projeto ideal, aquele que atenderia a totalidade de necessidades presentes e futuras da família moradora, mas os projetos devem, ao menos, seguir duas estratégias, sendo elas: a flexibilidade de execução, que permite a construção em etapas, e a flexibilidade de uso, que facilite a adequação dos espaços às necessidades físicas específicas da família moradora, incluindo eventuais necessidades especiais.

Conforme as análises dos citados autores e a partir do conhecimento dos projetos para habitação de interesse social, é facilmente notado que as habitações não consideram fatores de flexibilidade e adaptabilidade, não considerando, assim, as especificidades dos arranjos domiciliares existentes e futuros. Tal falha conceitual se desdobra em inflexibilidades construtivas que inferimos que condicionam a composição dos arranjos domiciliares.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Investigar a relação entre o espaço físico das habitações e a composição de arranjos domiciliares no Condomínio Residencial Nova Muriaé.

3.2 Objetivos específicos

- Retratar e/ou mapear a composição dos arranjos domiciliares do Conjunto Residencial Nova Muriaé no ano de 2011, 2013, 2015 e 2018;
- Traçar um perfil sociodemográfico dos integrantes dos diferentes arranjos domiciliares identificados no conjunto Residencial Nova Muriaé;
- Identificar os marcadores importantes do curso de vida dos indivíduos ao residirem no CRNM;
- Captar os anseios dos moradores do Conjunto Residencial quanto à coabitação familiar;
- Determinar incompatibilidades perenes e momentâneas entre espaço arquitetônico e formato do arranjo domiciliar.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, detalharemos os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho. Para melhor compreensão, optamos por dividi-la em cinco subseções, correspondendo a caracterização desde o objeto de pesquisa à interpretação dos dados coletados. Presumimos que, dessa forma, há maior esclarecimento quanto às etapas do estudo.

A ideia em se fazer uma seção exclusiva para a seção metodológica está ligada à preocupação em descrever minuciosamente os procedimentos executados, a fim de possibilitar que novos trabalhos dessa natureza sejam construídos no futuro.

O primeiro tópico tratará do recorte espaço-temporal da pesquisa. Posteriormente, será descrito o modo como os dados foram coletados, seguido da descrição do processo dos trabalhos de campo e do tratamento dos dados levantados.

4.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo almejou verificar a relação entre o fator físico – espaço da unidade residencial – e a composição dos arranjos domiciliares.

Desse modo, desde já, devemos alertar a leitor deste estudo que inexistem dados sobre o assunto em quaisquer outras fontes secundárias. Isso significa que fomos, desde o início, impelidos ao campo e, logo, à investigação qualitativa. Tomar como inexorável a pesquisa qualitativa tampouco significa que abdicamos de abordagens quantitativas. Em outras palavras, desejamos cruzar os dados coletados em campo com outros provenientes das clássicas fontes secundárias, tais como Censos Demográficos. O cruzamento entre dados quali e quanti permitiriam, no futuro, estimar projeções de comportamento por meio, por exemplo, de regressões multivariadas. Alertamos, no entanto, que este não é um dos objetivos da presente pesquisa. Encaramo-lo mais como desdobramentos futuros, possibilidades que retomaremos mais à frente na dissertação.

Os dados quantitativos foram levantados a partir da aplicação de questionário (Anexo A), tomando como exemplo os questionários do Censo Demográfico. Essa similaridade não foi de forma alguma aleatória, pois, como dito anteriormente, a comparabilidade ocorreu desde o início. Nesse sentido, poderíamos expandir os dados do conjunto habitacional para, talvez, todo o setor censitário. Por último, a

comparabilidade de informações seria benéfica em si. É dizer, sem antever projeções, que ela permitiria generalizações ou, ao contrário, deduções pela simples comparação entre as populações. Por último, por meio de dados quantitativos, foi possível gerar proporções e, com isso, cruzar e analisar variáveis importantes para o estudo.

Os dados qualitativos foram gerados a partir da pesquisa semiestruturada (Anexo B), a qual possui perguntas abertas e foi estruturada a partir do curso de vida característico da maior parte dos moradores do CRNM. Essa alternância de métodos foi escolhida, pois por meio do diálogo há a possibilidade de averiguar distintos motivos que influenciaram no formato domiciliar de cada unidade residencial, ao considerar que cada arranjo possui ciclo vital com fases características.

4.2 Local de estudo

O objetivo desta seção é delimitar os recortes espacial e temporal e, dessa forma, justificar a escolha de ambos. A priori, é importante que seja feita uma contextualização do atual momento do Condomínio Residencial Nova Muriaé, objeto de pesquisa e, portanto, recorte espacial. As informações aqui contidas não têm objetivo de promover um relato completo sobre a cidade de Muriaé, e seu desenvolvimento, sendo apresentadas informações apenas para melhor contextualização do objeto de pesquisa no espaço urbano.

Muriaé é uma cidade média não metropolitana, situada na região de planejamento chamada Zona da Mata Mineira. Sua população urbana obteve maior acréscimo, a partir da década de 1960, devido ao êxodo rural. Segundo Hastenreites (1987), no ano de 1970, o município já contava com aproximadamente 58.153 habitantes, atualmente, a cidade possui uma população estimada em 107.916 habitantes (IBGE, 2018). Por último, destaca-se por possuir importante papel no cenário político, concentrando serviços especializados (públicos e privados) e articulando os territórios da microrregião.

Em consonância com o aumento demográfico, começou a surgir uma economia voltada para o ramo têxtil, influenciada principalmente pelos fluxos viários entre a cidade e o estado do Rio de Janeiro. Devido à disponibilidade de mão de obra e ao contexto de flutuação financeira que o país atravessava na década de 1980, a cidade obteve, ainda, maior atração de pessoas da região em busca de trabalho e qualidade de vida (VEGGI, 2005).

Sendo assim, em consequência desse efeito de atração das cidades, surgem no município as primeiras necessidades de se pensar sobre planejamento urbano e políticas de habitação. Nesse contexto de urgência sobre as questões de moradia, alguns modelos de políticas públicas foram implantados na cidade, com a premissa (ao menos em seu início) de oferta acessível. Dessa forma, a primeira prática de habitação popular surge com as diretrizes do BNH – Banco Nacional de Habitação, em meados de 1970 e, posteriormente, continua com a COHAB – Companhia Estadual de Habitação (CIRINO, 2012).

Durante aquele momento de crescimento demográfico e maiores investimentos em indústrias, a cidade passou por um grande período de crescente desenvolvimento, englobando tantos setores sociais quanto privados. Observou-se, também, que o acesso ao crédito e a solidificação do consumo permitiram o surgimento de empresas em diversas áreas, assim como na ampliação e na efetivação de empreendimentos (CIRINO, 2012).

Surgiram, então, nos centros urbanos, como consequência desse período de desenvolvimento econômico, uma nova demanda por políticas de moradia. Com o governo Lula (2003 – 2006) e a criação do “Ministério das Cidades”, se iniciaram as primeiras discussões referentes ao programa “Minha Casa Minha Vida”. Porém, sua implantação foi iniciada no segundo mandato do seu governo, no ano de 2009, quando foi criada a Lei Federal nº 11.977, instituindo o “Minha Casa Minha Vida” – MCMV, o qual trazia importantes reflexões acerca do acesso à moradia. O programa teve como intuito revolucionar o acesso à moradia, facilitando-a segundo várias faixas de atendimento e as especificidades econômicas de cada setor (CIRINO, 2012).

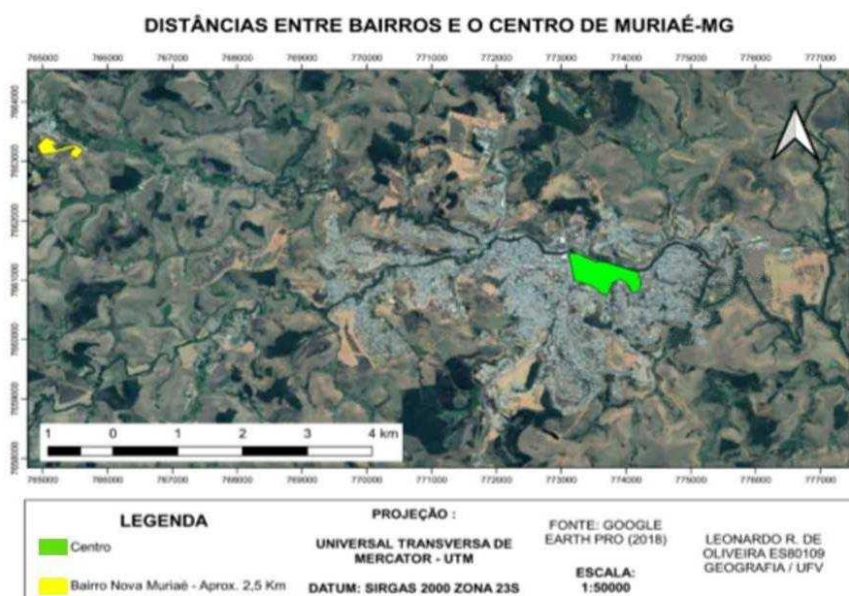
O objetivo principal do programa foi o de atender a uma demanda social, que foi, por anos, sufocada: famílias que possuíam renda geral de um a três salários mínimos. Sendo assim, o MCMV foi considerado como a primeira grande iniciativa federal a dar visibilidade para as famílias em estado de vulnerabilidade social.

O que observamos ao longo dos anos é que o Minha Casa Minha Vida encontrou certo êxito quanto à oferta de moradia e no cumprimento de uma função estritamente social, embora Cunha e Silva (2018) relativizem o real atendimento da demanda particularmente segundo a localização dos empreendimentos. Nessa perspectiva, a política foi relativamente eficaz e, de fato, positiva, porém, ela falha em alguns pontos essenciais, principalmente quando se trata da restrição do direito à cidade.

Assim sendo, quando analisamos os projetos direcionados para a faixa inicial e principal do programa MCMV, ou seja, os fragilizados em decorrência de sua vulnerabilidade social (moradores de área de risco, famílias em extrema pobreza e aquelas vivendo com um salário mínimo, percebemos um caso único na cidade de Muriaé: a forte manutenção da periferização, a negligência de urgências sociais para além da moradia e a omissão do município perante a essas ocorrências (MARQUES, RODRIGUES, 2013; ROLNIK, 2017; ROLNIK, CYMBALISTA, NAKANO, 2011; KRAUSE, BALBIM, NETO, 2013).

O principal local onde essas relações ocorreram foi na construção do “Condomínio Residencial Nova Muriaé”, projeto habitacional financiado pelo MCMV construído em 2011. Os beneficiários prioritários seriam os moradores “atingidos” pela barragem do minério da bauxita e pelos “desastres ambientais”. O projeto habitacional foi construído nas imediações do distrito de Vermelho, pertencente ao município de Muriaé, distanciando-se cerca de 10 km em relação ao centro da cidade, como mostra imagem a seguir:

Figura 11 – Distância entre o CRNM e o centro da cidade de Muriaé, 2018.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Porém, os “atingidos” pelo acidente da bauxita se recusaram a morar no conjunto, pontuando problemas graves como a fraca estrutura física dos apartamentos, pouco espaço residencial e a distância até o centro urbano. Diante dessa recusa, os planejadores e executores do programa se basearam em outras famílias atingidas por desastres ambientais e/ou residentes em áreas de risco, como também, os de situações de vulnerabilidades sociais. Com isso, consideraram prioritários os beneficiários do programa Bolsa Família (PBF), dos alugueis sociais, mulheres chefe de família, idosos e pessoas deficientes.

Diante disso, podemos considerar que o processo seletivo realizado por meio de sorteio, pela Caixa Econômica Federal, cumpriu sua função social no sentido de incluir a moradia enquanto interesse de relevância social. No entanto, nota-se que ao longo dos anos diversas circunstâncias, relacionadas principalmente à sociabilidade entre os moradores, à insatisfação quanto à estrutura dos apartamentos e à falta de atuação do município, trouxeram vários prejuízos para a imagem do conjunto, além de marcar, também, um território em constante expansão do domínio do tráfico de drogas e em um alto índice de evasão por parte de moradores que se sentem inseguros (FERREIRA, 2015).

Figura 12 – Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A distância do conjunto habitacional em relação à cidade, ao centro urbano desenvolvido, revela diversos problemas da formulação de políticas públicas para as

parcelas vulneráveis. De certo, podemos perceber uma fundamentação que visa, desde o início, à manutenção da paisagem urbana, no sentido de torná-la “limpa”, tratando esse segmento social como indesejável, por ora, perigoso (FERREIRA, 2015).

Nessas condições, os moradores do Condomínio, na medida em que se tornam distantes das ações do município e do estado, redefinem seu território para uma frente de resistência. Há, portanto, o aumento das apropriações feitas pelo tráfico e a explosão de conflitos diversos, dificultando possíveis relações entre moradores e o poder público (FERREIRA, 2015).

Outro determinante à insatisfação dos moradores, diz respeito ao acesso a escolas, transporte urbano, hospitais, postos de saúde, supermercados, bancos e todo o aparelhamento que a cidade oferece. Ainda que morassem em locais de risco e vulnerabilidade anteriormente, possuíam acesso próximo a tais serviços essenciais. Dessa forma, o cenário em que o condomínio foi construído acaba por determinar uma periferização para distâncias sociais ainda maiores do que já se encontravam anteriormente. Segundo Cirino (2012, p.72):

As políticas implantadas no município [...] têm-se mostrado ineficazes no sentido de trazer à população o direito pleno à cidade. O que se viu até agora foi a segregação, o aumento da especulação e políticas que tinham como objetivo manter o status dos agentes que conceberam aquele espaço. Talvez o número de moradias, ou até mesmo as estratégias, podem estar camuflando as racionalidades dos agentes sociais produtores do espaço urbano.

Dito isso, notamos que a premissa desse tipo de segmento do MCMV, destinado às classes vulneráveis, instaurado a propiciar dignidade e qualidade de vida a esses indivíduos, acabou por potencializar a fragilidade destes diante de um estado e de um município, na maioria das vezes, omissos a resolverem os problemas da população. Mesmo com experiências de insucesso até então, o conjunto concebido pelo programa na cidade de Muriaé continua a repetir velhas falhas. Como podemos analisar nas imagens a seguir, as casas se encontram em estado de depredação e as famílias não possuem condições financeiras propícias para sua manutenção e/ou reforma.

Figura 13 – Residências do Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em suma, a precariedade e o isolamento geográfico do conjunto residencial ajudam a explicar a alta taxa de desistência, a rotatividade residencial, a vacância e, inferimos, o perfil da população local, afinal, só permanecem ali, provavelmente, aqueles altamente vulneráveis que não têm outra opção de moradia. Isso significa que somos sensíveis ao fato de que a composição dos arranjos domiciliares, tal como se encontra hoje, é o resultado de um efeito combinado entre diversos fatores, inclusive da localização geográfica do empreendimento e, logo, não exclusivamente do espaço físico da unidade de residência.

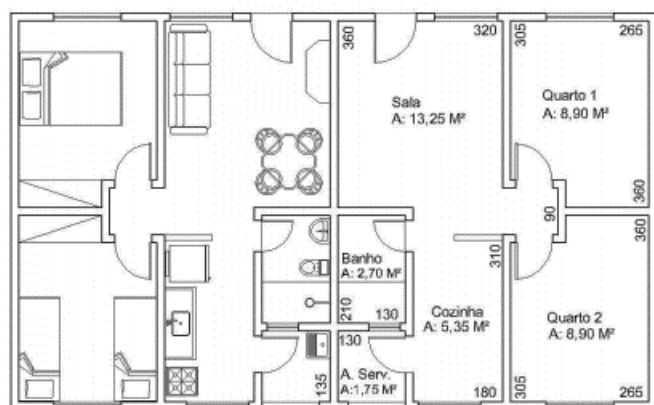
Definimos como estudo de caso o Condomínio Residencial Nova Muriaé, ao ser constatado que nele há residências com o mesmo programa de necessidades, de composição física reduzida, impossibilitando alterações estruturais quanto à dimensão e ao número de cômodos.

Optamos por uma pesquisa de campo, pois consideramos que por meio da análise do local e contato direto com os moradores do Condomínio, poderemos apreender, de forma mais visceral, a realidade local, isto é, com maior acurácia e sensibilidade. Entretanto, a pesquisa de campo não se trata de uma etnografia, dada às limitações impostas pelo tempo para desenvolver a dissertação.

O Condomínio é composto por 304 casas geminadas sobrepostas, divididas em 76 blocos com quatro apartamentos, sendo duas por andar, possuindo cada uma delas área total de 42 m². As residências são compostas por dois quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala e uma área de serviço.

A planta baixa a seguir apresenta um dos andares do bloco, onde foram construídas duas unidades residenciais, sendo de importância salientar que todas as 304 residências possuem o mesmo formato.

Figura 14 – Planta baixa das residências do Condomínio Residencial.

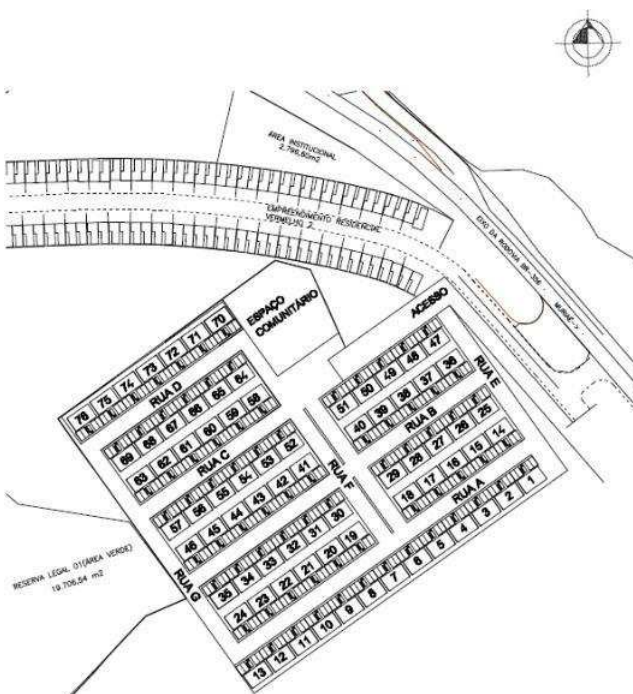


PLANTA BAIXA DE LAYOUT - PAVIMENTO TÉRREO
SEM ESCALA

Fonte: Prefeitura de Muriaé, 2018.

O terreno onde estão locados os blocos é apresentado na imagem a seguir. Nota-se que possui limite na extremidade dos blocos, sendo considerado um fator que dificulta a ampliação das unidades residenciais.

Figura 15 – Planta baixa de locação do Condomínio Residencial.



Fonte: Prefeitura de Muriaé, 2018.

As construções possuem limite similar, sendo de acesso privativo apenas a extremidade residencial. Os andares superiores são acessados por meio de escada

única projetada na parte frontal da residência.

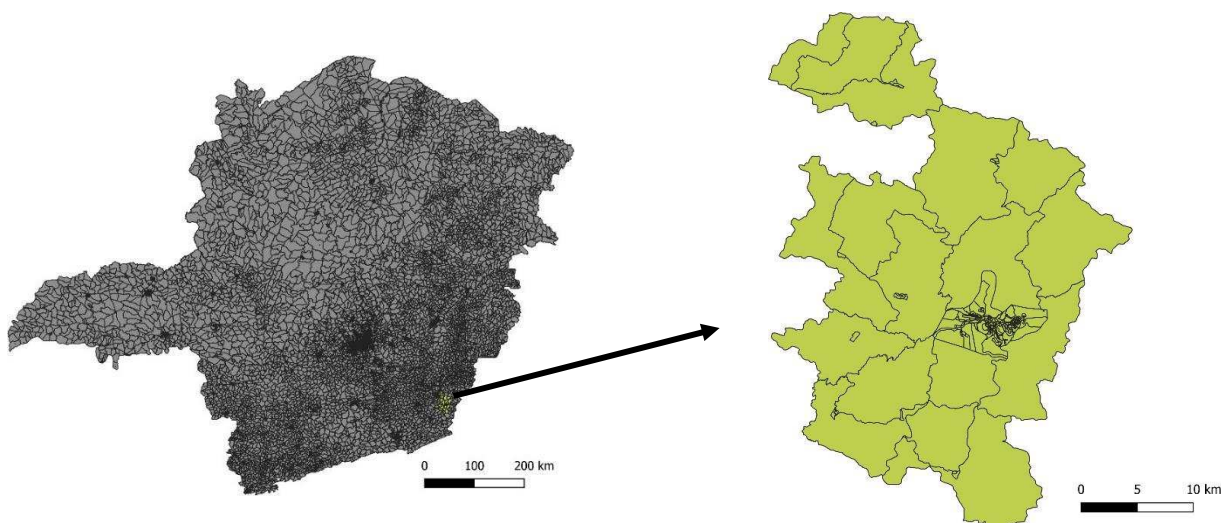
Figura 16 – Acesso e limite das residências no Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

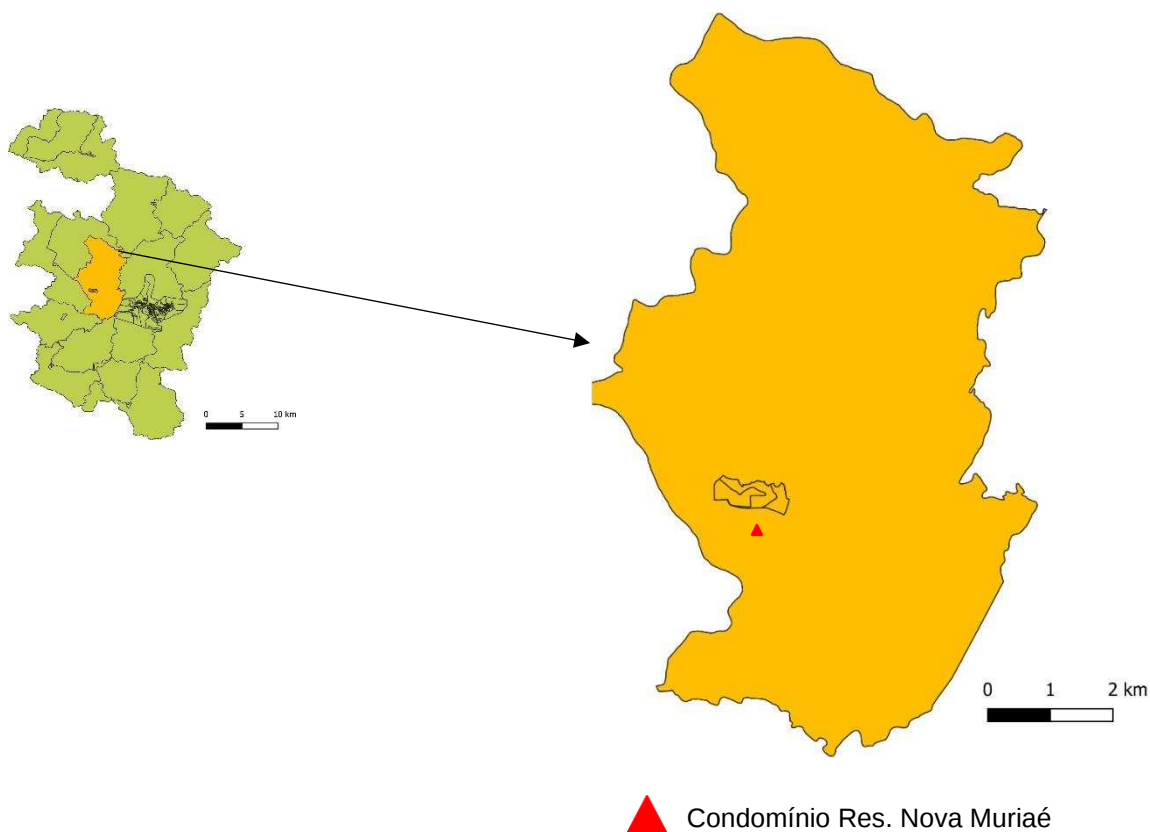
Os mapas a seguir discriminam a cidade de Muriaé e sua subdivisão por setores censitários, nos quais houve recenseamento no ano de 2010. É de importância conhecê-los, pois será feita comparação dos dados recenseados na presente pesquisa, com os dados recenseados pelo IBGE no censo do ano de 2010, para uma melhor qualidade das informações.

Figura 17 – Localização de Muriaé no estado de Minas Gerais.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 18 – Localização do Distrito do Vermelho em relação a Muriaé.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Podemos notar que não há sequer setor censitário englobando o Condomínio Residencial Nova Muriaé. Esse fato confirma que sua primeira ocupação iniciou-se a partir do ano de 2011, sendo assim, a presente pesquisa de campo será o primeiro

recenseamento realizado no local. Os dados coletados serão posteriormente comparados aos demais recenseamentos realizados em regiões globais – Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Muriaé.

4.3 População e amostra

Um dos fatores de grande relevância na escolha do Condomínio Residencial Nova Muriaé foi a grande quantidade de residências (304 unidades residenciais). Foi definida a composição caracterizadora dos arranjos domiciliares, de todas as residências ocupadas, durante os anos de 2011, 2013, 2015 e 2018. Esse recorte temporal foi definido a partir do ano de entrega das unidades residenciais aos moradores – no ano de 2011 – e a partir desse ano, coletei os dados respectivamente de dois e três anos até o ano em que foi realizada a pesquisa, de acordo com Quadro 2:

Quadro 2 – Alternância dos anos de levantamento dos arranjos domiciliares.

2011	2013	2015	2018
Entrega da residência aos moradores	Período de alteração ou manutenção do arranjo domiciliar, ou seja, entrada, saída ou manutenção dos moradores na residência.		Ano de realização da pesquisa, em que será averiguado se houve alteração/manutenção do arranjo domiciliar, como também os motivos para tal.

Fonte: Autoria própria, 2018.

Em realidade, optamos por subdividir o período em intervalos de dois anos para tentar captar com mais detalhe quaisquer alterações nas composições dos arranjos domiciliares. Consideramos que a uniformidade dos intervalos permitiria comparações entre as distintas unidades domésticas. Em outras palavras, não estamos captando toda a diversidade de histórias familiares de cada unidade doméstica. É bem verdade que, ao optarmos por essa estratégia, também perdemos informação, pois determinada unidade doméstica pode ter alterado sua composição no meio do

período, por exemplo, em 2012, para logo, em seguida, retornar ao formato de 2011 ou assumir outro ainda em 2013. Enfim, estamos cientes de que incorremos nas mesmas limitações das fontes secundárias de dados clássicos (Censos, por exemplo), embora tenhamos conseguido detalhar mais o processo de transformação dos arranjos.

Acreditamos que o exemplo que acatamos de alto dinamismo dos arranjos (modificado a cada ano) é pontual. Além disso, estamos mais preocupados, neste momento da pesquisa e segundo nossos objetivos, com as alterações de formatos mais perenes, ou melhor, aquelas que vão se manter por períodos mais longos de tempo. Isso significa que aquelas que, de fato, demandariam novos espaços e funções da unidade residencial para além de soluções remediadoras temporárias. Por último, imaginamos que a uniformização dos intervalos pode evidenciar eventos circunstanciais.

O questionário foi aplicado a cada responsável pelo domicílio (autodeclarado) e não a todos os integrantes. Presumimos que ainda que a decisão do responsável pelo domicílio não seja tão hegemônica como outrora, ele ainda apresenta um peso hierárquico distinto em relação aos demais integrantes da unidade residencial. Assim, sua decisão direciona, em alguma medida, às demais decisões individuais do arranjo domiciliar.

Por último, é preciso lembrar que se trata de 304 residências e isso pareceu ser um trabalho infundável entrevistar todos os indivíduos de um universo tão significativo. Em suma, não se trata de uma amostra dos domicílios do conjunto habitacional e, sim, do seu universo.

Vale lembrar que pretendíamos comparar – e, assim, controlar as respostas – a partir de um grupo de controle. Para tanto, seria necessário aplicar o mesmo questionário, impregnado com os mesmos pressupostos, hipóteses etc., aos grupos que residissem em moradias cujas dimensões arquitetônicas pudessem ser alteradas. Com isso, poderíamos, de fato, nos aproximar da sua real influência do espaço físico da unidade de residência no formato dos arranjos domiciliares.

Infelizmente, não realizamos tal exercício, sequer encontramos uma localidade que permitisse comparações, em função, sobretudo, do estrato social que versamos. Nesse sentido, esse é um grande limite para a nossa pesquisa.

4.4. Procedimento de coleta de dados

Anterior ao emprego do questionário, este foi enviado ao Comitê de Ética, da Universidade Federal de Viçosa, em que foi comprovada a manutenção dos princípios éticos dos entrevistados. Em seguida, foi, então, realizado levantamento da quantidade de residências devidamente ocupadas no Condomínio, como também o dia da semana e o horário em que pudesse ser encontrado o maior número de famílias. Essas informações, como também a autorização para a realização da pesquisa no Condomínio, foram adquiridas pela autora da pesquisa, Samara Laviola, por meio do contato com Assistentes Sociais responsáveis, sendo o CRAS Vermelho, localizado no Distrito de Vermelho, o responsável pelo setor.

Após a autorização e posterior caracterização das residências e dos responsáveis pelos domicílios, pôde ser realizado o recenseamento com emprego do questionário.

O questionário, computadorizado e impresso em folha de ofício, possui como fundamento questões objetivas e subjetivas (dos itens 5.00 a 5.02) relacionadas aos aspectos de composição domiciliar e sociodemográficos. A premissa foi o levantamento acerca das alterações familiares da unidade domiciliar durante o tempo de moradia no Condomínio.

Sendo assim, foram utilizadas do questionário básico do IBGE as seguintes variáveis: 2.1 Este domicílio é; 5.1 Nome do morador; 5.2 Qual é a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio?; 6.00 Nome da pessoa; 6.01 Sexo; 6.02 Qual é o mês e o ano do seu nascimento; 6.11 Sabe ler e escrever; e do questionário da amostra do IBGE, o item 6.48 Nesse trabalho era. O Quadro 3 justifica a importância da inserção destas variáveis no questionário.

Quadro 3 – Variáveis do questionário.

VARIÁVEL	PROPÓSITO
Sexo	Investigar a relação entre sexo do responsável pelo domicílio e tipo de arranjo domiciliar;

(Continua)

(Continuação)

Data de nascimento	Analisar a idade do responsável do domicílio e seu diálogo com o formato assumido momentaneamente pelo arranjo domiciliar;
Situação do domicílio	Analisar a atual situação legal da residência;
Nome de cada morador e relação de parentesco com o responsável do domicílio	Obter o tipo de arranjo domiciliar que reside atualmente na moradia, comparando essa informação aos dados das fontes secundárias mais usuais (nesse caso, aos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010);
Levantamento dos moradores nos recortes temporais entre 2011 e 2018	Averiguar as alterações de forma e número dos arranjos domiciliares, bem como as causas das modificações e, por fim, os “momentos” (idades, sobretudo) em que se transformaram.

Fonte: Autoria própria, 2018.

As demais questões objetivas são referentes a aspectos sociodemográficos, sendo elas: alfabetização – se cada integrante do domicílio sabe ler e escrever – e profissão. Tais variáveis foram levantadas objetivando averiguar as situações e condições de vulnerabilidade dos residentes.

Num primeiro momento, achamos desnecessário inquerir os residentes sobre suas rendas, já que a seleção do programa habitacional se dava já por esse critério. Com outras palavras, sabíamos de antemão que a renda domiciliar não ultrapassava três salários mínimos.

Além das questões retiradas dos questionários básico e de amostra do IBGE, foi inserida uma questão relacionada aos motivos de adição e subtração dos moradores, pois ao ser levantado os moradores do domicílio entre os de anos 2011 e 2018, consideramos importante conhecer os motivos pelos quais houve ou não alteração do formato domiciliar, para que, posteriormente, pudéssemos correlacionar esses motivos ao programa de necessidades arquitetônico.

No momento do recenseamento, o responsável pelo domicílio foi questionado pela autora da pesquisa, que marcou a opção respondida. Dessa forma, foi otimizado o tempo da entrevista, como também houve maior clareza quanto ao entendimento de cada pergunta pelo entrevistado.

No questionário, além de perguntas objetivas, incentivando o diálogo durante a entrevista, o responsável pelo domicílio foi interrogado quanto à mudança para outra residência, se habitando outro local, com maior dimensão estrutural e possibilidades de alterações arquitetônicas, aumentaria o número de integrantes do seu domicílio. A importância dessa indagação está na possibilidade de ser analisada a influência do programa de necessidades arquitetônico no formato de arranjo domiciliar.

Posterior ao emprego do questionário e da confecção do curso de vida de alguns domicílios representativos, de grande parte dos moradores do Condomínio, foi realizada a pesquisa semiestruturada, com perguntas distintas, de acordo com o curso de vida, referentes à manutenção, ampliação e/ou redução do grupo domiciliar e suas devidas motivações para tal. Essa ação teve o intuito de averiguar a influência do espaço físico da residência nas nuances do curso de vida.

Optamos pela utilização desse método, pois se acredita que durante o diálogo “informal”, o entrevistado pode explicitar livremente a relação da família com a residência. A alternância entre perguntas fechadas e abertas possibilitou maior clareza para o entendimento da correlação do formato do arranjo domiciliar e os motivos pelos quais houve ou não alterações ao longo dos anos de moradia no Condomínio.

4.5. Procedimento de análise de dados

Após realizadas as entrevistas com todos os responsáveis dos domicílios ocupados do Condomínio Residencial Nova Muriaé, os dados quantitativos foram inseridos em uma planilha Excel ([BANCO DE DADOS - CRNM](#)), em que cada item do questionário se tornou uma variável a ser analisada por meio da utilização do programa estatístico Stata.

Com a utilização desse programa, foi possível construir gráficos e tabelas para análise, sob a forma qualitativa de cada item presente no questionário.

Os dados foram tabulados no programa para geração de médias, frequências, correlações e construção dos arranjos domiciliares de cada unidade residencial no recorte temporal entre 2011 e 2018, como também das justificativas da adição e/ou subtração do número de integrantes que compõem os arranjos domiciliares.

Os itens referentes ao sexo, à escolaridade e à profissão foram também associados aos anos de moradia no Condomínio para possíveis inferências acerca da

relação entre sexo do responsável pelo domicílio, baixa/alta escolaridade, profissão e morada em um Condomínio Popular.

Para fazermos tais análises, comparamos os dados levantados no CRNM, com microdados de extratos maiores de população (Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Muriaé), obtidas a partir dos Censos Demográficos nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Os microdados foram processados com a utilização do programa SPSS. Utilizamos o método comparativo, pois, somente dessa forma é possível avaliar a realidade dos moradores do Condomínio. Melhor dizendo, achamos melhor ser prudentes, evitando falácias entre deduções e induções. Assim, desejamos entender o comportamento e as tendências dos arranjos domiciliares ao longo do tempo e segundo outros recortes territoriais, comparando-os à realidade muriaense. Inferimos que dadas as singularidades de Muriaé (município médio – no contexto mineiro –, porém, interiorano), poderia haver iguais particularidades de composição dos arranjos domiciliares.

Os arranjos domiciliares foram construídos com base nas relações que se estabelece entre os membros moradores dos domicílios, sendo elas:

1. Pessoa de referência: Responsável pela unidade domiciliar ou que assim possa ser considerada pelos demais moradores.
2. Cônjuge: Pessoal que vive conjugalmente com a pessoa de referência na unidade domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial.
3. Filho: Pessoa que é filho, enteado, adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge.
4. Outro parente: Pessoa que tenha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com seu cônjuge.
5. Não parente: Pessoa que não tem parentesco com a pessoa de referência ou com seu cônjuge. Pode ser agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico.

Com base nessas relações, foi possível estabelecer as possibilidades de arranjos domiciliares.

1. Unipessoal: Pessoa de referência
2. Casal sem filhos: Pessoa de referência + cônjuge
3. Casal com filhos: Pessoa de referência + cônjuge + filhos
4. Monoparental: Pessoa de referência + filho
5. Família estendida: Pessoa de referência + outros parentes

6. Domicílio composto: Pessoa de referência + não parentes.

Após a elaboração dos gráficos e tabelas, houve, então, análises qualitativas e convergências com os itens 5.00 a 5.02 do questionário, os quais tiveram como fundamento o estabelecimento do diálogo com o entrevistado, com o intuito de conhecer as motivações que podem ter ocasionado a alteração ou manutenção do arranjo domiciliar, mediante morada no Condomínio.

Com isso, foi possível verificar o objetivo específico, relacionado à reflexão sobre os anseios dos moradores do Conjunto Residencial quanto a terem ou não filhos e à coabitação familiar. Também foi possível determinar as incompatibilidades perenes e momentâneas entre programa arquitetônico e formato do arranjo domiciliar.

5. RESULTADOS OBTIDOS

Optamos pela compartimentação da análise dos dados em quatro partes. Na primeira, nos esforçamos por caracterizar o CRNM a partir de algumas variáveis básicas da sua população como: sexo, escolaridade e idade. Desejamos, assim, nos aproximar do perfil populacional do conjunto habitacional, comparando-o com o Brasil, a Região Sudeste, Minas Gerais e Muriaé. Acreditamos que há particularidades de perfil de acordo, inclusive, com os critérios de seletividade do próprio programa habitacional que o originou. Dessa maneira, compreender os atributos dos indivíduos e dos grupos pode, de antemão, contribuir para esclarecer as causas que conduzem a determinadas prevalências dos arranjos e sua relação com o espaço físico da moradia.

Em suma, o objetivo é evidente: não há maneira de discutirmos as assincronias entre espaço físico arquitetônico e arranjos domiciliares desconhecendo a composição das famílias e dos domicílios. Da mesma forma, seria temerário generalizá-lo. Para evitar deduções precipitadas, estamos comparando-o ao perfil populacional dos demais recortes territoriais. Por último, pretendíamos, também, esclarecer se há tendências muito singulares ligadas a Muriaé. Por fim, é inviável qualquer interpretação do conceito de ciclo vital sem esclarecermos, por exemplo, a estrutura etária dos residentes do CRNM. Por fim, desconhecê-las (características) significa incompreender as razões sociais que podem estimular a formação de determinados arranjos, melhor dizendo, se as variáveis guardam algum grau de correspondência com a maneira como as famílias se organizam no conjunto habitacional.

Na seção seguinte, discorreremos sobre os próprios arranjos domiciliares, novamente parametrizando-os de acordo com os demais recortes territoriais. Lançamos mão de algumas classes de arranjos domiciliares. Tipologias muito simples a fim de acompanhar seu comportamento ao longo do tempo, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, além, é claro, da pesquisa de campo realizada no conjunto residencial.

Posteriormente, versamos sobre as temporalidades dos arranjos, mostrando como eles foram se alterando entre 2011, 2013, 2015 e 2018. Infelizmente, não acompanhamos as modificações por meio de uma pesquisa painel, senão remontando

os arranjos a partir da memória dos responsáveis pelos domicílios. Evidentemente, há, nesse caso, efeitos de memória, ainda que o horizonte temporal não seja tão longo assim. Esperávamos cruzar as composições dos arranjos a outras características individuais, aproximando-nos do conceito de ciclo de vida, embora com ressalvas.

Deixando de lado a natureza dos indivíduos e dos arranjos, a próxima seção é voltada à descrição da tipologia do CRNM. Adotamos um ponto de vista arquitetônico para discuti-la, retomando, para tanto, um levantamento bibliográfico sobre a rigidez e a escassez de área e a massificação da tipologia à revelia da emergente diversidade de famílias.

Na sequência, esmiuçamos os momentos de transformação dos arranjos domiciliares durante os anos de residência no CRNM, constatamos as principais motivações quanto à ampliação e redução dos grupos domiciliares e relacionamos ao espaço físico da moradia, para que fosse possível compreendermos a formação e dissolução de determinados arranjos domiciliares presentes no Condomínio e o quanto o espaço físico direciona a determinadas atitudes a depender da etapa do curso de vida.

Por último, discutimos a combinação entre desejos e aspirações quanto ao formato de famílias e a realidade física da habitação por meio de alguns quesitos específicos da pesquisa de campo. Tratam-se das correlações acerca dos desejos e das renúncias dos moradores quanto à alteração do seu arranjo domiciliar, ao serem considerados a residência e o seu restrito espaço físico.

5.1 Contextualização

O Condomínio Residencial Nova Muriaé (CRNM) foi construído pela Prefeitura Municipal de Muriaé e entregue aos moradores em 2011, um ano após algumas das fontes secundárias de dados mais utilizadas na presente investigação. No entanto, acreditamos que, mesmo assim, seja possível comparar os resultados, embora não haja sobreposição temporal perfeita.

Os beneficiários foram famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, especialmente mulheres chefes de família, idosos e pessoas deficientes. Logo, nos parece importante lembrar que houve, desde a implantação do conjunto habitacional, critérios de seletividade relacionados ao perfil populacional que contribuíram para a maior frequência e participação de determinados arranjos domiciliares em relação aos

demais. Essa parece ser uma interessante incoerência, dada de antemão, entre oferta habitacional e demanda. É dizer que o programa arquitetônico segue, ainda hoje, os moldes de família nuclear, embora, efetivamente, o que se constata é que boa parte das famílias selecionadas pelo programa habitacional apresenta, provavelmente, outras composições, outros perfis e, logo, outras necessidades e demandas de ambientes, usos, atividades e espaços físicos.

Desde logo, é de se esperar, portanto, inadequações entre moradia e moradores. Mas como reforçamos a todo o momento: e se subvertermos essa lógica? Melhor dizendo, partindo desse pressuposto – espaço físico reduzido é inadequado à heterogeneidade de arranjos domiciliares e suas necessidades –, ele, espaço físico, pode condicionar a própria composição do arranjo, especialmente impedindo que determinadas conformações atinjam maiores participações?

O pagamento das residências seguiu o padrão de financiamento Minha Casa Minha Vida (MCMV), ou seja, os moradores pagam uma taxa fixa à Prefeitura, que varia entre 7 a 10% do salário mínimo, durante anos estabelecidos pelo órgão financiador.

Sendo assim, os moradores, ao serem questionados acerca da situação do domicílio, 82,87% declararam possuir a casa em seu nome, e estes pagam a taxa à Prefeitura. Já 5,57%, disseram estar em situação irregular, pois o imóvel está em nome de outra pessoa, e como essa pessoa teve condições de morar em outro local, cedeu a casa para eles, os quais passaram a ter o compromisso com o pagamento da taxa. Por último, 11,56% dos moradores não quiseram declarar a condição do seu domicílio. Presumimos que uma fração expressiva desses últimos também se encontra em situação irregular.

Ainda, supomos que uma fração dos 82,87% dos moradores que se dizem proprietários igualmente se encontram irregulares, isto é, são proprietários por “contratos de gaveta”. Trazemos esse dado sem qualquer juízo de valor sobre o mérito da propriedade, tão apenas ele nos parece importante para elucidar que parcela considerável dos atuais moradores do conjunto não é o primeiro residente. Cabe, então, se aproximar das explicações que impelem alguns a sair, outros a permanecer e, por último, outros a vir morar no bairro.

No Condomínio, há 304 unidades residenciais, no entanto, 180 casas foram abandonadas com o passar dos anos. A pesquisa de campo apontou, sobretudo, questões relacionadas à locação do Condomínio, o qual foi construído, como

mentionado, a 10 km da cidade de Muriaé. Isso dificultou o acesso a equipamentos básicos de subsistência, como postos de saúde, escolas, mercados, farmácias etc. Além disso, há indícios de outros fatores, como vandalismo, violência e uso de drogas. A combinação desses elementos pode ter contribuído, em parte, para a vacância de aproximadamente 40% do total de unidades residenciais.

Decerto, todos esses fatores ajudam a explicar a prevalência de determinadas composições de arranjos domiciliares na área. Enfim, estamos cientes de que é impossível isolar o fator explicativo de todos os condicionantes já mencionados. Porém, ainda nos dispomos, com todo o zelo possível, a investigar a relação entre o espaço físico da habitação e a formação dos arranjos domiciliares, mas, também, inferir quanto à possível influência do espaço residencial e as decisões relacionadas a permanecer ou não no Condomínio.

De maneira puramente visual, a Figura 20 nos traz um ponto que desejamos destacar: são inviáveis quaisquer expansões físico-arquitetônicas em direção ao exterior nas unidades residenciais, especialmente aquelas no primeiro pavimento, pela sua própria condição de apartamentos.

Figura 19 – Apartamento vazio e depredado, Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Figura 20 – Apartamento vazio e depredado, Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.



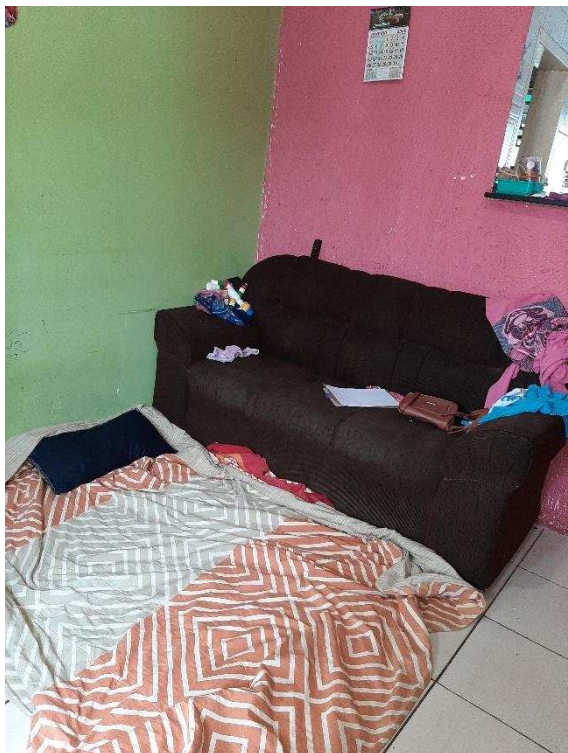
Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como reforçado em diversas passagens da dissertação, supomos que a rigidez arquitetônica e sua incompatibilidade às especificidades do perfil sociodemográfico produziram três cenários: a) a naturalização da inadequação habitacional (principalmente entre famílias estendidas), e/ou b) o estímulo à fragmentação das unidades domiciliares de maneira a se adequarem à escassez de área da moradia e/ou c) para aqueles que dispõem de recursos financeiros, procurar residências harmonizadas às suas demandas. Em outras palavras, unidades familiares podem estar sendo condicionadas a buscarem novos domicílios em função da restrição de área das moradias.

Nesse sentido, a vacância pode ser um efeito indireto da incompatibilidade entre necessidade de associativismo entre os núcleos familiares (famílias estendidas, por exemplo) e a sua inadequação ao espaço físico da residência. Porém, estamos cientes que, até o momento, essas questões se tratam de conjecturas. Optamos por ventilar a questão nesse momento, embora ela será aprofundada em seções mais à frente.

Por meio das imagens e a partir de um olhar arquitetônico, também é possível notar que praticamente não há adendos à moradia. Ainda desconhecemos as causas para a falta de anexos tão característicos em outros contextos. Diversos estudos, especialmente aqueles voltados à Avaliação Pós-Ocupação (ABIKO, ORNSTEIN, 2002; ROMERO, ORNSTEIN, 2003) apontam para a apropriação da moradia segundo às necessidades das famílias, singularizando o lar em função das suas urgências. Não é o que se constata no conjunto. A ausência de anexos não significa, no entanto, que não há adaptações (especialmente intradomiciliares). Ela exprime apenas que elas ocorrem para dentro e não de um modo físico, senão por meio de alterações funcionais dos espaços, ou melhor dizendo, pela polivalência-versatilidade de usos dos ambientes (salas que são, ademais, dormitórios), como podemos analisar na Figura 21, uma das residências em que a sala é utilizada, também, como dormitório.

Figura 21 – Interior de uma das residências onde a sala é utilizada como dormitório. Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Novamente, dado os objetivos da atual pesquisa, não ultrapassamos os limites das suposições quanto às causas para as poucas transformações do espaço físico dos apartamentos. Interessa dizer que as modificações foram mais sutis – talvez, devido à falta de recursos financeiros – para alguns grupos, ou que sequer ocorreram para outros. A busca por outros apartamentos mais adequados às necessidades das famílias pode explicar, por um lado, as poucas alterações físicas nos apartamentos e, por outro, a vacância imobiliária.

A divergência relacionada às políticas habitacionais se encontra no pensamento de que as residências adquiridas servirão para usufruto das famílias durante toda a vida, no entanto, não lhes dão suporte físico para adequar a moradia de acordo com suas necessidades mutantes durante o tempo.

5.2 Caracterização dos moradores do Condomínio Residencial Nova Muriaé

Análises Univariadas

5.2.1 Sexo

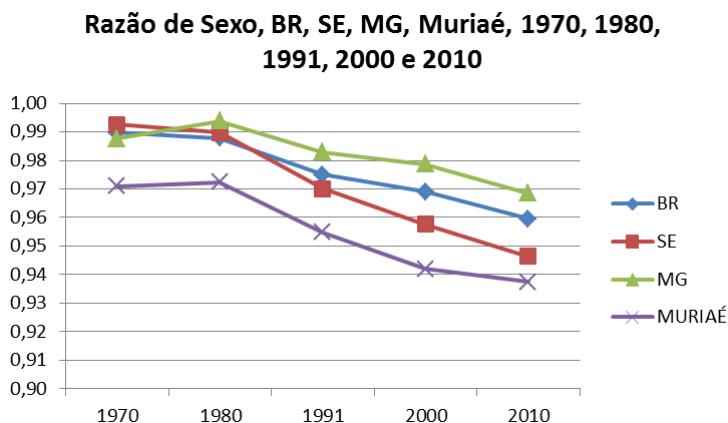
Deixando o terreno das elocubrações de lado, levantamos, portanto, o perfil sóciodemográfico de todos os moradores das 124 residências, o que totalizou 467 pessoas e uma média de 3,7 pessoas por domicílio, um pouco acima da média atual brasileira, que gira entre 2,99 e 3,06 pessoas por domicílio (IBGE, 2010). No entanto, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ipea no ano de 2014, referente à satisfação dos usuários do programa Minha Casa Minha Vida, foi constatado número de 3,8 pessoas por domicílio nos empreendimentos do MCMV, um dado interessante, que nos faz considerar a precária vulnerabilidade social desse extrato da população como condicionante ao agrupamento de pessoas na residência de acordo com suas necessidades, independente se haverá ou não qualidade de vida.

Sugere também, de antemão, que embora a quantidade de residentes por domicílio venha diminuindo ali (no CRNM), o dado já ilustra a incoerência que viemos apontando, escassez e rigidez física da habitação versus composição familiar; especialmente se recordarmos de que se trata de apartamentos de aproximadamente 42 m².

Ainda que tenhamos mapeado o universo dos domicílios e, logo, dos moradores, do conjunto habitacional, é importante ponderar que se trata de uma população muito pequena. Dado o pequeno denominador, quaisquer variações nos eventos provocam significativas modificações nos produtos finais das taxas, indicadores etc.. Uma forma de minimizar o viés seria padronizar a população. Contudo, ao menos neste momento, optamos por nos aproximar, embora superficialmente, do problema, cientes das limitações dos dados.

Em linhas gerais, a razão de sexo total segue a mesma tendência de diminuição, (Gráfico 5) indiferente do recorte territorial, apesar de Muriaé apresentar valores ligeiramente menores de população masculina em comparação à feminina.

Gráfico 5 – Razão de sexo total, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

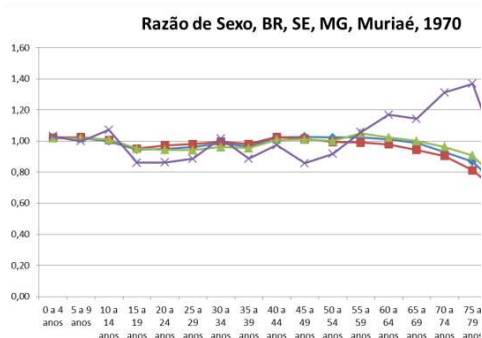


Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2018.

São inúmeras as explicações de acordo com os componentes da dinâmica demográfica: natalidade (fecundidade), mortalidade e migração. Entretanto, a tendência geral de diminuição da população masculina em relação à feminina parece girar em torno dos diferenciais físico-biológicos e sociais de mortalidade entre ambos os sexos. Todavia, é possível, também, alguma influência de fluxos emigratórios, especialmente de populações masculinas, no passado. A saída da população masculina pode explicar os patamares inferiores da razão de sexo muriaense desde o início da série histórica.

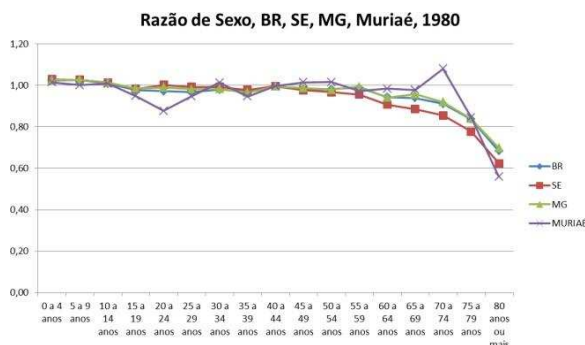
As razões de sexo desagrupadas por grupos etários quinquenais detalham e podem ajudar a indiciar as razões demográficas para as composições populacionais segundo sexo (Gráfico 6, Gráfico 7, Gráfico 8, Gráfico 9 e Gráfico 10).

Gráfico 6 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970.



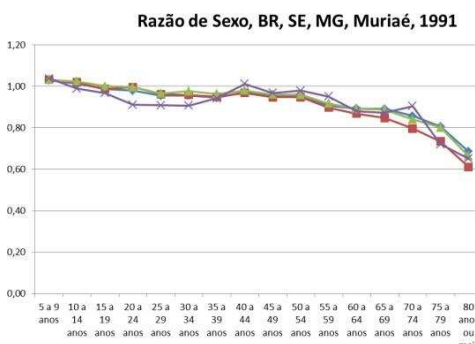
Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Gráfico 7 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1980.



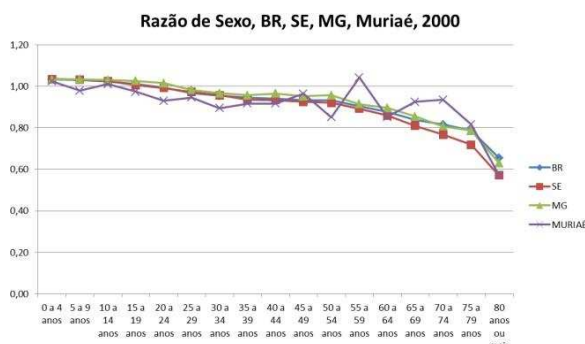
Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Gráfico 8 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1991.



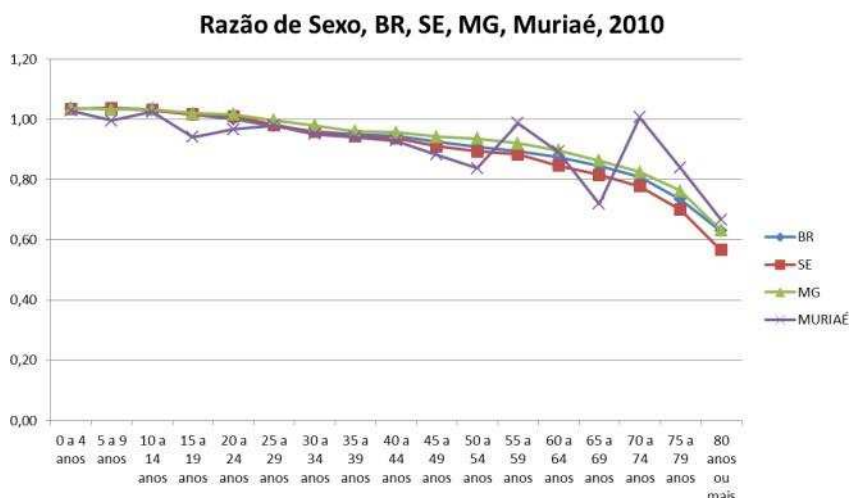
Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Gráfico 9 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 2000.



Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Gráfico 10 – Razão de sexo por grupos etários quinquenais, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 2010.



Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

É possível notar, particularmente nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, pequenas concavidades concentradas nos grupos etários em idade produtiva, especialmente aqueles entre 15-19 até 25-29 anos. Embora, como alertado por Berquó (1980), sobretudo, tendo-se em vista o Censo Demográfico 1970, a diferença entre população masculina e feminina nesse momento pode ser o produto de subnumerações pretéritas de acordo com o sexo dos indivíduos.

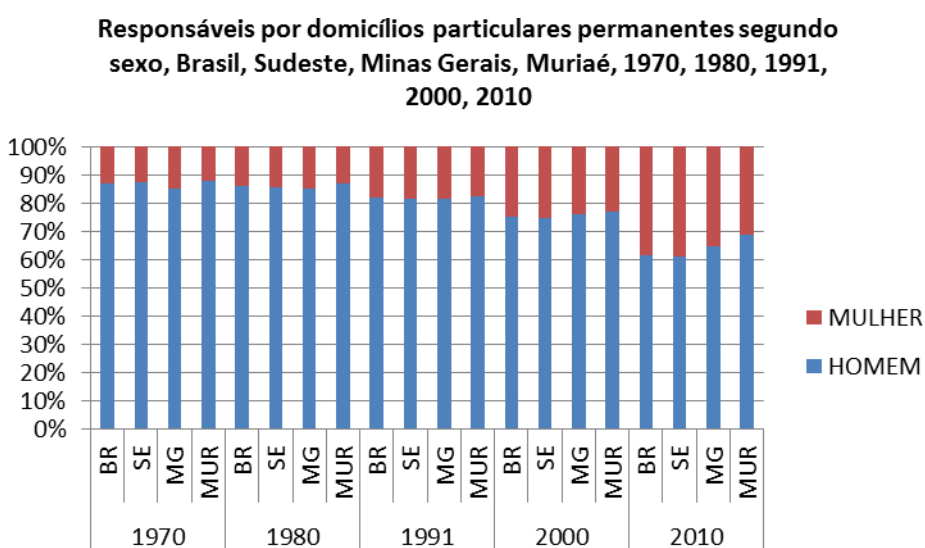
Feita a ressalva, a explicação mais plausível para os diferenciais nos anos subsequentes provavelmente ainda se refira a movimentos migratórios de outrora, alterando a balança entre população masculina e feminina ao subtrair especialmente homens do total de residentes muriaenses, isto é, emigração masculina. Afinal, seria pouco razoável imigração feminina em direção a Muriaé. Do mesmo modo, não é esperado diferencial de mortalidade nessa faixa etária em função do sexo dos indivíduos, ainda que circunstanciais ou conjunturais. E, por último, também seriam atípicas desigualdades de nascimento ou mortalidades infantis que atingiram coortes anteriores de maneira a produzir desequilíbrios segundo sexo.

Por sua vez, a razão de sexo total do CRNM é da ordem de 0,875 em 2018, enquanto que em 2010, a razão de sexo total de Muriaé era de aproximadamente 94 homens para cada 100 mulheres. Já aqui, antevemos diferenças consideráveis na composição, por sexo, da população do conjunto residencial em comparação à população dos demais recortes territoriais. Nesse sentido, 52,25% dos residentes do CRNM é do sexo feminino. Acreditamos que a maior presença feminina pode ser o resultado da maior quantidade de mulheres responsáveis por domicílios e não

necessariamente de maior concentração de dependentes do sexo feminino, principalmente ao considerarmos que um dos critérios para adquirir a residência pelo MCMV seja a titularidade de responsáveis por domicílios feminino, o que faz consequentemente que haja maior população de responsáveis femininos nesse estrato da população.

No Gráfico 11, temos a composição, de acordo com o sexo, dos responsáveis pelos domicílios.

Gráfico 11 – Responsáveis por domicílios particulares permanentes segundo sexo, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

De modo inequívoco, a participação feminina vem aumentando diante do total de responsáveis por domicílios, em todos os recortes territoriais, independente da situação socioeconômica. O crescimento das responsáveis por domicílios mulheres pode ser um indício de alterações nas composições dos arranjos domiciliares; certamente é uma mudança das relações de poder intradomicílios, que sugere o despontar de algumas composições familiares e domiciliares em relação a outras.

No CRNM, aproximadamente 76% dos domicílios são chefiados por mulheres. É inegável que os critérios de seletividade do programa habitacional influenciem o resultado final das proporções de chefia segundo sexo. De qualquer maneira, as singularidades em função do sexo já sugerem comportamentos igualmente particulares na forma da organização dos arranjos domiciliares, dada a correspondência entre as variáveis “chefia”, “sexo” e os próprios arranjos

domiciliares. Possivelmente, a maior presença feminina como responsável por domicílios é diretamente proporcional a maior participação de alguns arranjos. Presumimos, assim, que, provavelmente, há maior frequência de famílias e domicílios monoparentais, ou ainda, de famílias estendidas, em que chefes mulheres de diferentes gerações coabitam o mesmo lar. Em suma, acreditamos que os critérios de seletividade do programa explicam a maior presença de domicílios chefiados por mulheres no conjunto habitacional. E, dadas as tendências de crescimento da participação de chefes de domicílio mulheres, igualmente nos parece correto esse critério de seletividade, de modo a abrandar as desigualdades de gênero em nossa sociedade garantindo, a elas, o acesso à moradia.

5.2.2 Escolaridade

Talvez devamos iniciar a seção com algumas explicações sobre os pressupostos que a norteiam. Acreditamos que a escolaridade repercute – direta e indiretamente – na renda de indivíduos e famílias. Presumimos que se trata de ativo que asseguraria maior independência em relação à questão habitacional, produzindo maiores ou menores probabilidades de agrupamentos familiares, uma vez que repercute diretamente sobre a condição financeira de indivíduos e grupos.

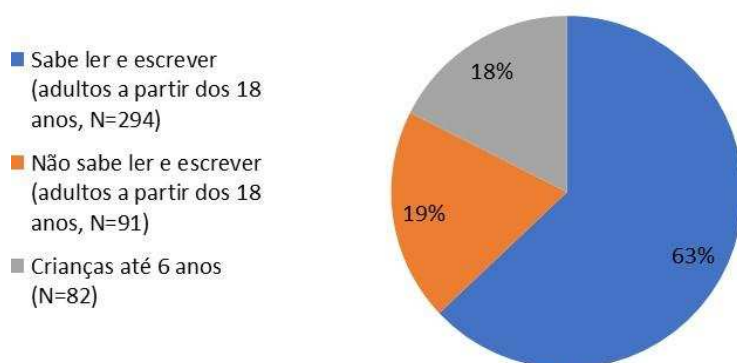
Ademais, supomos que a escolaridade guarda correspondência com o adiamento da união e, sobretudo, do primeiro filho. É dizer que a escolaridade pode condicionar o estágio do ciclo vital em que as famílias se encontram ao postergar, por exemplo, o matrimônio e/ou o primeiro filho. Em resumo, por um lado, é uma feição que ilustra a vulnerabilidade dos residentes, por outro, é componente de fenômenos sociais que esclarecem o diálogo entre temporalidades e arranjos domiciliares. Embora valha lembrar que o intuito da presente pesquisa não é se debruçar sobre a descrição univariada dos responsáveis pelos domicílios do CRNM, tampouco elucubrar as razões que os conduziram a maiores ou menores graus de vulnerabilidade social.

Gostaríamos de recordar que optamos por um questionário de pesquisa de campo sintético. Dessa maneira, apenas captamos se os indivíduos sabiam ou não ler e escrever, assim como consta no questionário básico (do universo) dos Censos Demográficos. Foi, igualmente, um modo de garantir o mínimo de comparabilidade entre as fontes e, logo, os recortes temporais ao longo do período.

Nesse sentido, o Gráfico 12 ilustra as frações de alfabetizados para o total da população do CRNM.

Gráfico 12 – Alfabetização, Total da População, Condomínio Residencial Nova Muriaé (CRNM), 2018.

Alfabetização, CRNM, 2018



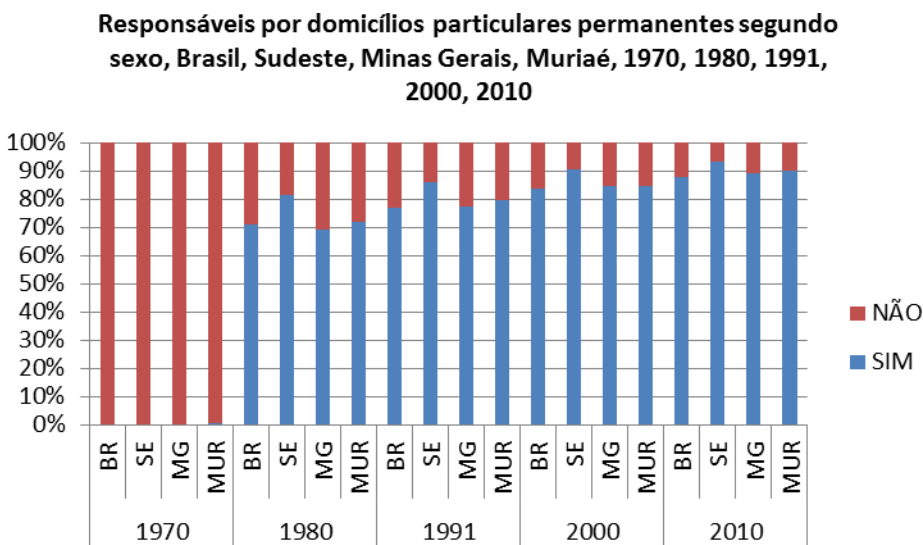
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Podemos depreender que parcela considerável da população do conjunto sequer sabe ler e escrever, o que a expõe a riscos, precariedades, instabilidades e informalidade, particularmente laborais, significativos.

Se isolarmos somente os responsáveis pelos domicílios, a fração deles que sabe ler e escrever é da ordem de 76,4%, enquanto que os demais, 23,6%, são analfabetos.

Os valores, depois da exclusão das crianças, são preocupantes se comparados aos demais contextos (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Responsáveis por domicílios particulares permanentes segundo alfabetização (sabe ler e escrever, não sabe ler e escrever), Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

A diferença nas cifras de alfabetização entre adultos é notável. Enquanto aproximadamente 90% dos responsáveis por domicílios muriaenses sabiam ler e escrever, no CRNM, esse total se limita a 76,4%; uma diferença de 13,6%. Em síntese, é uma população que dispõe de menos capital humano, o que pode expô-la a maiores inseguranças, sendo que formas de reagrupamento familiar (coabitação e uniões-casamento) podem ser alternativas de enfrentamento de adversidades por meio da fusão de orçamentos e compartilhamento de recursos.

Se a tendência das composições dos arranjos domiciliares seguir os comportamentos nacionais e regionais segundo sexo, inferimos que há frações dignas de nota de domicílios unipessoais e monoparentais no CRNM, dada a correspondência entre sexo e arranjo domiciliar. Aliás, possivelmente a estrutura etária da população do CRNM deve ser singular de acordo com os critérios de seletividade.

Ao cruzarmos as dimensões sexo e alfabetização, nos deparamos com populações femininas de baixa escolaridade. Possivelmente, estamos diante de arranjos familiares que ainda acumularão a experiência de passarem por outros formatos em decorrência, inclusive, das fragilidades de ativos que dispõem.

5.2.3 Idade

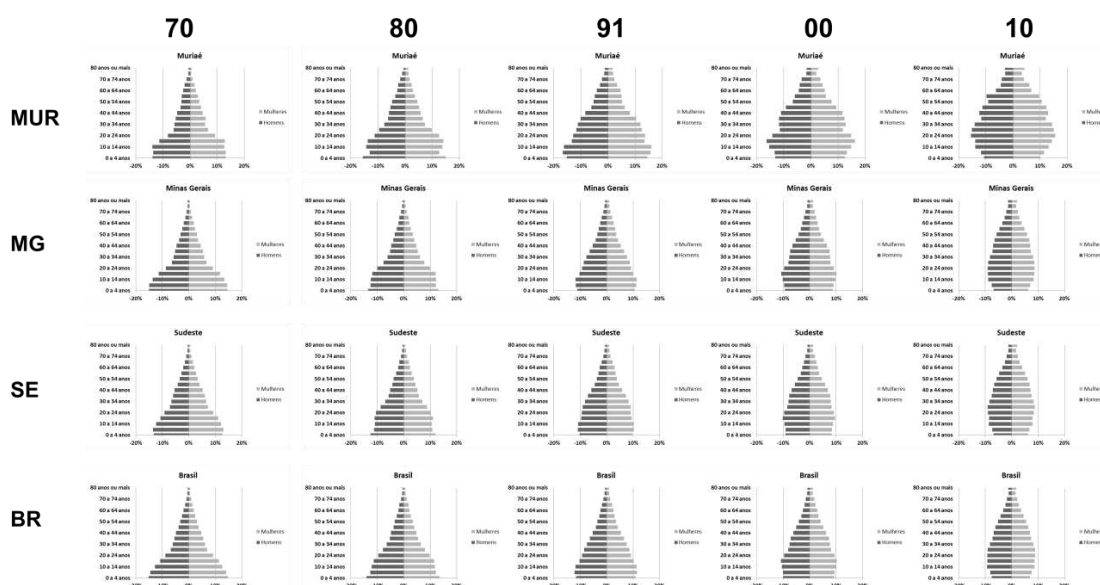
Optamos por descrever a variável idade como última característica individual por entendê-la como uma espécie de aproximação para a discussão futura sobre o curso de vida dos arranjos.

É interessante notar que o comportamento geral da estrutura etária da população muriaense é consideravelmente distinta à tendência brasileira, regional e estadual. Notamos a partir da análise das pirâmides etárias apresentadas na Figura 22, que Muriaé, no ano de 2010, ainda carregava características de uma estrutura etária de pré-transição, em que a base da pirâmide apresentava tamanho considerável, comparado às demais regiões, o que demonstra que a taxa de natalidade era alta na cidade até recentemente. Algo semelhante acontecia com a população jovem. Ainda assim, já era possível notar tendências demográficas atuais, como o aumento do número de idosos, resultante da (tardia, se comparada aos demais territórios) queda da natalidade decorrente da diminuição da fecundidade.

Tais fatores nos fazem conjecturar que no ano de 2010, a cidade se encontrava em um padrão de alta demanda por políticas públicas assistenciais (grande número de idosos e crianças), mas também, em um momento propício a tirar proveito das oportunidades criadas pela grande parte de população economicamente ativa. Recordemos que o CRNM foi entregue aos moradores no ano de 2011, e que, portanto, ainda que de maneira prévia, podemos cogitar a possibilidade de terem sido atendidas um maior número de famílias relativamente jovens e com filhos.

Não obstante, parece importante reforçar que se tratam de populações com tamanhos completamente diferentes. O ideal seria, portanto, padronizá-las. Desse modo, consideramos arriscado afirmar que algumas concavidades (especialmente aquelas em idades produtivas) são manifestações de algum componente específico da dinâmica demográfica. Embora concatenando as interpretações visuais das pirâmides às razões de sexo de seções anteriores, talvez seja possível afirmar que Muriaé, assim como diversas cidades mineiras, experimentou importantes fluxos emigratórios no passado. Dessa forma, o processo de envelhecimento populacional ali pode ser o produto da combinação entre queda da fecundidade aliada a efeitos diretos e indiretos da emigração.

Figura 22 – Pirâmides Etárias, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Com relação à idade dos responsáveis pelos domicílios, optamos por apresentar as idades mínima, média e máxima dos responsáveis, pois acreditamos que a idade do responsável guarda alguma correspondência com o arranjo domiciliar do qual faz parte (Tabela 4).

Tabela 4 – Idade segundo responsáveis por domicílios com idade igual ou superior a 10 anos, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

		1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Min	15	15	10	10	10
	Máx	99	130	130	130	135
	Média	42,7969	43,48	44,23	45,51	46,53
Sudeste	Min	15	15	10	10	10
	Máx	99	129	130	130	132
	Média	43,2709	43,46	44,54	45,94	47,35
Minas Gerais	Min	15	15	10	10	10
	Máx	99	129	119	127	111
	Média	43,6	44,43	45,29	46,56	47,89
Muriaé	Min	15	16	17	12	15
	Máx	95	99	95	95	99
	Média	43,8869	44,91	45,59	47,01	48,43

Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Podemos perceber que a idade média tem crescido ao longo do período em todos os recortes territoriais. Interessantemente, a idade média dos responsáveis por domicílio em Muriaé já era, em 1970, a maior entre todas as regiões. Não acreditamos que esse seja um indício que o envelhecimento populacional clássico tenha se

manifestado primeiro em Muriaé. Tampouco achamos verossímil que a expectativa de vida ali seja igualmente maior do que nas demais regiões. cremos que o envelhecimento populacional de Muriaé é, em realidade, efeito indireto da migração, como ventilado em parágrafos anteriores. Em outras palavras, a parcela dos responsáveis por domicílios, particularmente os jovens ou aqueles em idades produtivas, emigraram de Muriaé em décadas anteriores a 1970. Agora sim, a partir deste dado consideramos que as concavidades nas razões de sexo concentradas em idades produtivas sejam realmente os resultados de emigrações, especialmente de homens em direção a outras regiões de destino.

Por sua vez, em 2010, a idade média dos responsáveis pelos domicílios do CRNM é de 43 anos, ou seja, razoavelmente inferior à idade média de Muriaé, segundo o Censo 2010. Como dito, esse pode ser um indício de que as famílias do CRNM se encontram em estágios mais iniciais do ciclo vital. Assim, supomos que a menor idade conciliada às prováveis vulnerabilidades dos arranjos domiciliares do conjunto em função dos atributos individuais dos chefes pelo domicílio (escolaridade, no caso) ocasionarão transformações dinâmicas nos arranjos domiciliares tais como hoje se encontram. Possivelmente, no curto ou médio prazo, parcela das famílias experimentará formas de reagrupamento e fusões familiares.

5.3 Arranjos domiciliares

A partir de 1970, importantes mudanças comportamentais e culturais ocorreram no Brasil, causas e consequências de alterações demográficas. Anteriormente, essas alterações se fizeram notar com maior clareza com o declínio da mortalidade, devido aos avanços na medicina e se intensificaram em função da consolidação de um padrão restrito de número de filhos por mulher, ou seja, da queda da fecundidade (BRITO, 2007).

Nesse corolário de mudanças sociais, enfatizamos a mudança no papel social da mulher, a qual fez surgir uma proporção elevada de mulheres na condição de separadas, divorciadas e viúvas, bem como uma maior aceitação de filhos fora do casamento (BRITO, 2007). Outros importantes componentes foram o aumento da escolaridade feminina, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da participação feminina na renda familiar (CARTER, 1995). Decerto, como nos esforçamos por demonstrar nas seções anteriores, as garantias de acesso a

serviços e equipamentos públicos que objetivassem o desenvolvimento das qualidades individuais não foi homogênea no espaço, tampouco se deu de forma igual entre os sexos, sequer foi decisiva para a diminuição das desigualdades de gênero e, por último, o avanço nos indicadores tem sido muito paulatino ao longo do tempo. Em resumo, não estamos buscando por padrões de comportamento demográfico esperados, senão estamos conscientes de que, talvez, eles se manifestem no caso brasileiro com inúmeras singularidades, particularidades estas que engendram significativos diferenciais nas formas que os arranjos domiciliares se assumem.

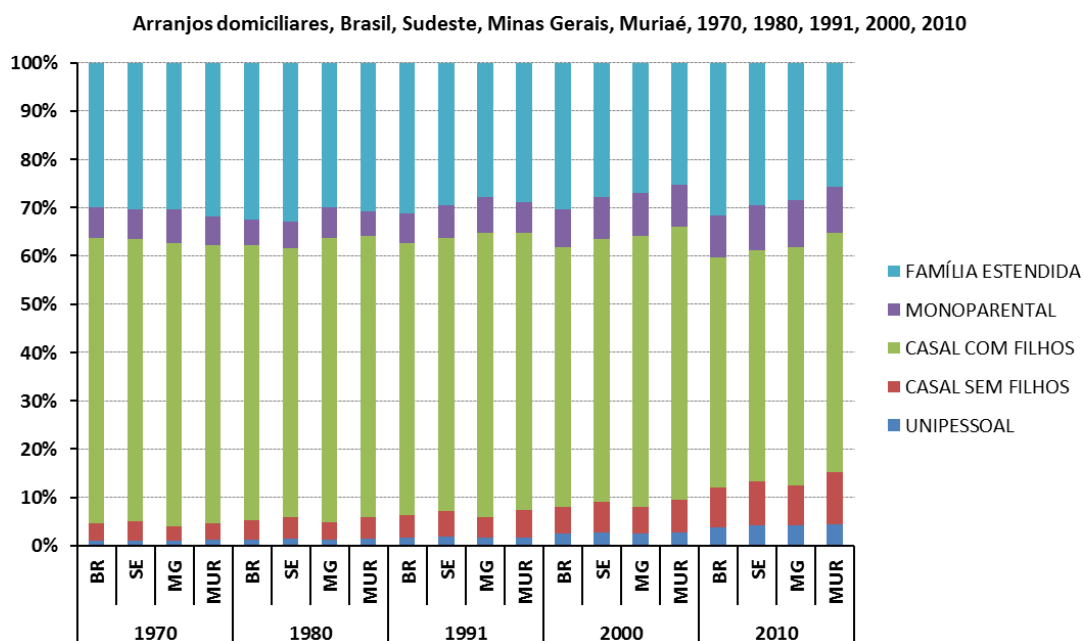
Aliado às alterações do papel da mulher, há o aumento das uniões consensuais, as quais representam não só uma maior aceitação da sociedade da não oficialização do casamento, mas, também, em um maior controle dos indivíduos sobre o seu destino, em que a dissolução do casamento deixou de ser, em sua maioria, devido à morte, e passou a depender da vontade dos indivíduos (CARTER, 1995).

Essas transformações de comportamentos individuais refletem a dinâmica interna das famílias (bem como a condicionam), alterando o número de seus integrantes e, logo, sua composição. Nesta seção, objetivamos analisar as mudanças nos formatos das famílias. Em suma, se as alterações demográficas brasileiras manifestam-se de modo homogêneo ou diferencial de acordo com o território e com características dos estratos sociais em jogo.

No Gráfico 14, é possível avaliar a frequência dos arranjos domiciliares existentes no Brasil do ano de 1970 ao ano de 2010. Os números obtidos são produtos do grupo de pesquisa Território & Desigualdades¹, e do projeto de pesquisa Natureza dos Arranjos Domiciliares, cadastrado na UFV.

¹ Disponível em: <http://www.territorioedesigualdades.ufv.br/>.

Gráfico 14 – Arranjos domiciliares, Brasil, Sudeste, Minas Gerais, Muriaé, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.



Fonte: Microdados. Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

Há de se observar, no gráfico, que a forma de convivência mais comum no Brasil, ao longo do século XX – o arranjo casal com filhos –, vem perdendo importância em função das demais formas de composição das famílias nos domicílios.

A diminuição da proporção de pessoas vivendo sob esse tipo de arranjo é uma das principais transformações ocorridas nas famílias brasileiras entre 1970 e 2010. Dessa maneira, em 1970, aproximadamente 59,5% dos brasileiros compunham essa tipologia familiar, passando, em 2010, para 48,7%, isto é, uma diminuição de aproximadamente 9%.

Em contrapartida, o número de domicílios com homens e mulheres sem cônjuges (mas com filhos) aumentou, os denominados monoparentais, assim como o de pessoas morando sozinhas, os arranjos unipessoais, e, por último, os casais sem filhos. Essas alterações podem ser resultado do aumento das taxas de divórcio, da dessecularização dos matrimônios, do aumento da idade ao casar como reflexo do crescimento da livre escolha do parceiro e da autonomia das mulheres e dos recasamentos e não casamentos.

Na Região Sudeste, podemos notar que os arranjos se alteram com similar magnitude em comparação aos dados gerais. Há, portanto, diminuição do arranjo domiciliar casal com filhos, que deixa de representar a maioria das conformações

familiares em 2010, e crescimento dos demais tipos de arranjos domiciliares, com exceção do arranjo domiciliar família estendida, que passa por pequenas oscilações no decorrer dos anos. A mesma coisa pode ser dita para Minas Gerais.

A tendência de diminuição da participação dos casais com filhos e, conseqüentemente, o crescimento das demais formas de arranjos domiciliares, persiste a mesma, embora consideramos interessante destacar a variação, especialmente, da classe casal sem filhos entre 2000 e 2010.

Um caso à parte se dá quanto à família estendida. Ela diminuiu tanto na Região Sudeste quanto na cidade de Muriaé. No entanto, podemos observar que, mesmo havendo a diminuição desse tipo de arranjo, esse é o tipo de maior destaque, depois do casal sem filhos, havendo evidência de que ainda há expressivo número de gerações convivendo em uma mesma residência, seja por dependência financeira, por cuidados diversos ou desejos individuais dos moradores.

Assim, as frações de famílias estendidas, independentemente do recorte territorial e do período, são deveras distintas se comparadas a contextos europeus, por exemplo. Curiosamente, ao menos em relação aos casos de países apontados no estudo de Ogden e Hall (2005), as frações de famílias estendidas permanecem relativamente altas durante as cinco décadas de análise, girando em torno dos 25-30% do total de arranjos (enquanto lá, os domicílios unipessoais atingiam 50% do total de arranjos domiciliares). Como dissemos no início desta seção, as razões para essas particularidades escapam às explicações clássicas relacionadas à Segunda Transição Demográfica.

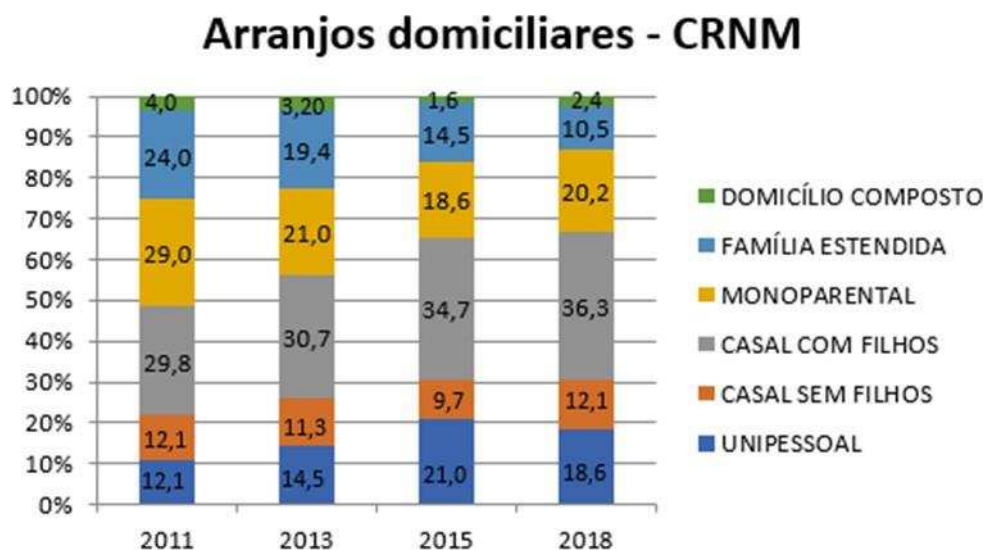
Embora desconheçamos as razões para tanto – dado o objetivo da presente pesquisa –, nos parece que além das questões histórico-culturais ventiladas por Lopez-Gay e Palós (2014), estamos diante de impedimentos conjunturais e estruturais (já que persistem se reproduzindo no tempo e no espaço) que dialogam, inclusive, com um mercado habitacional desigual. Em outros termos, além da parcela da população que efetivamente deseja coabitar o mesmo domicílio com outra unidade familiar, há também aqueles que são incapazes de adquirir uma nova habitação e, assim, são obrigados a conviver sob o mesmo teto.

Seguramente, outros fatores sociais, além da dificuldade de acesso à moradia, incentivam a coabitação, entre eles as redes de suporte social que objetivam a difusão de ajudas, por exemplo, cuidados com filhos e idosos.

A frequência de arranjos domiciliares no Condomínio Residencial Nova Muriaé

se encontra no Gráfico 15 É importante enfatizar que o primeiro ano no gráfico é o de 2011, pois é o ano em que a ocupação no Condomínio foi iniciada, e como o último Censo foi realizado no ano de 2010, os períodos não se sincronizam perfeitamente.

Gráfico 15 – Arranjos domiciliares, CRNM, 2011 a 2018.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Optamos por construir uma nova classe de análise de arranjo domiciliar, o domicílio composto. Ele é formado pelo responsável pelo domicílio e não familiares. Nos gráficos anteriores, esse tipo de arranjo foi inserido com as famílias estendidas, pois não há essa distinção, bastando somar as formas familiares e não familiares de coabitação para obtermos o total de famílias estendidas como conceituada nos gráficos anteriores, permitindo, assim, comparações territoriais e temporais. Vale ressaltar que consideramos as residências que possuem indivíduos de diferentes gerações, estando inclusas aí, as famílias multigeracionais – como descritas por Motta (2010) –, igualmente como famílias estendidas (PAIVA; WAJNMAN, 2005).

O arranjo domiciliar unipessoal é o que apresenta maior semelhança aos contextos de Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Muriaé. Esse tipo de arranjo tem aumentado sua dimensão na caracterização dos domicílios, com o passar dos anos. Isso demonstra, decerto, que os indivíduos estão tendo maior controle sobre suas vidas e destino, e em segmentos de idades avançadas, os quais detêm a segurança financeira mantida pelas aposentadorias e pensões, optam pela manutenção de seus próprios domicílios sem a companhia de familiares e terceiro estendidos (PAIVA; WAJNMAN, 2004).

A partir dos dados coletados, constatamos algumas diferenças quanto à frequência dos arranjos domiciliares no Condomínio, em comparação com as análises realizadas – Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Muriaé.

A primeira delas é quanto ao arranjo domiciliar casal com filhos. Nas demais regiões, esse tipo de arranjo está diminuindo com o passar dos anos, já no CRNM, houve aumento de aproximadamente 7%. Devemos nos alertar, contudo, que estamos analisando populações com severas desigualdades de classes, e que a população do Condomínio representa a classe econômica e social considerada baixa, apresentando, portanto, singularidades a serem consideradas ao compararmos com os demais estratos.

O fato se fortifica ao retomarmos à própria seletividade do programa habitacional, o qual direciona a prioridade para famílias monoparentais e casais com filhos e outros parentes, fazendo com que tais arranjos obtenham maior destaque no Condomínio. No entanto, o que nos causa inquietude é o persistente aumento dos casais com filhos. Parece-nos que são efeitos combinados, a seletividade do programa prioriza e a maior variação acumulada dos casais com filhos frente aos demais arranjos, pode ser o resultado de recasamentos (GOMES, LEVY; 2010). Isto é, estamos diante de temporalidades aliadas a fenômenos sociais que podem explicar as causas do aumento dos casais com filhos no CRNM.

Talvez seja interessante lembrar que se tratam de chefes mulheres, com idade média inferior a dos demais responsáveis por domicílios muriaenses e, ademais, com baixa escolaridade e ativos. Todas essas características combinadas à tendência geral de recasamentos, já nos levavam a crer que as mudanças de estados dos arranjos domiciliares seriam altamente dinâmicas no CRNM. Para sermos mais específicos, o crescimento do número de casais com filhos era um efeito esperado dadas as circunstâncias.

Agora, uma distinção observada nos dados coletados do CRNM ao compararmos às regiões se refere à diminuição das famílias estendidas. O significativo número no ano de 2011 e a queda de aproximadamente de 14%, em sete anos, nos parece ser uma das consequências da rigidez do espaço físico das residências, as quais ao possuírem tamanho físico reduzido, possibilitam um número pequeno de residentes. Cremos que há uma tendência de alteração dos arranjos do CRNM em direção aos casais com filhos a partir do crescimento do número de integrantes intradomicílio.

O crescimento é permitido pelo recasamento e objetivando provavelmente a criação dos filhos. Contudo, esse aumento apresenta um limite. À medida que dois núcleos familiares relativamente autônomos em termos financeiros coabitam, esse mesmo núcleo original – provavelmente casal com filhos – se aproxima do momento de romper-se/individualizar-se em duas distintas unidades familiares e residenciais, ou seja, em arranjos domiciliares independentes. Talvez a combinação desses dois processos paradoxais de fusão-rompimento explique a tendência inversamente proporcional de crescimento dos casais com filhos e diminuição das famílias estendidas no CRNM. Nesse sentido, o espaço físico permitiria a adição de alguns indivíduos, mas não de duas dinâmicas familiares intradomicílio.

Será possível inferir com maior precisão quanto ao índice de casamentos e seus desdobramentos no CRNM, ao apresentarmos, posteriormente, o curso de vida dos indivíduos ao residirem no Condomínio e, com isso, a influência da residência para a tomada de decisões.

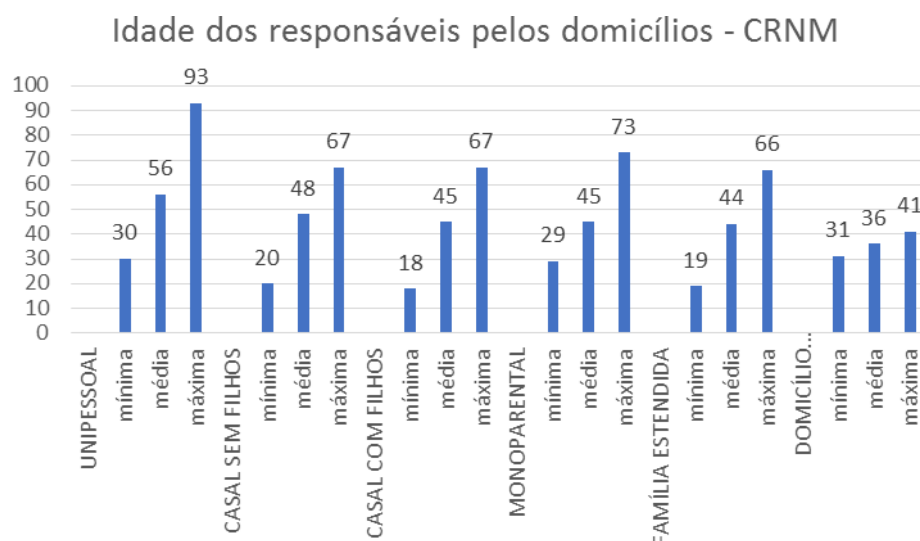
As considerações apresentadas nesta seção correlacionaram o surgimento e a amplitude dos arranjos domiciliares quanto a aspectos sociais e culturais da sociedade contemporânea. Esse fato evidencia a importância de analisarmos outros aspectos que podem influenciar na tomada de decisões individuais e familiares, sendo considerados, na pesquisa, os apartamentos (unidades residenciais) que esses arranjos domiciliares residem.

5.4. Combinando perfil individual e arranjos domiciliares

Desejamos, aqui, realizar alguns cruzamentos entre variáveis individuais em função dos arranjos domiciliares para verificarmos se nossas suposições iniciais foram razoavelmente acuradas.

Assim, retomaremos a variável idade (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Idade dos responsáveis pelo domicílio, segundo arranjos domiciliares, CRNM, 2011.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Podemos observar que os arranjos unipessoais são mais envelhecidos. De acordo com Diógenes (2014), a análise dos dados do Censo Demográfico de 2010 mostra que entre 2000 e 2010 houve um aumento crescente do número de pessoas morando sozinhas no Brasil, devido às mudanças de comportamento cultural, ao aumento das separações conjugais e ao aumento da esperança de vida. Em realidade, o resultado era esperado, afinal, a seleção do programa prioriza unidades familiares com dependentes. Ademais, embora os domicílios unipessoais compostos por jovens venham aumentando sua participação relativa, hegemonicamente eles persistem sendo compostos por população mais envelhecida (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2016).

Contudo, segundo Bolina e Tavares (2016), em regiões onde há precária situação econômica da população geral, os idosos optam pela morada com outras pessoas, em sua maioria, com filhos e netos, compondo famílias estendidas, posto que, nesses casos, há maior colaboração financeira e cuidados quanto à saúde e à integridade física.

Os demais arranjos domiciliares são compostos por responsáveis pelo domicílio com idades em conformidade com o tipo de arranjo. Os arranjos casal com e sem filhos possuem idades de responsáveis muito próximas (três anos de diferença média). Já o arranjo monoparental, possui idade mais elevada, pois esses indivíduos já podem ter passado por situações de divórcio e morte do(a) companheiro(a).

Curiosamente, as idades características das famílias estendidas são inferiores

aos domicílios unipessoais e, inclusive, em relação a outros arranjos domiciliares. Nesse sentido, parece que há uma predisposição para os domicílios unipessoais envelhecidos se manterem independentes, ou seja, a não se fundirem com os domicílios de seus filhos, por exemplo.

5.5. Índice de alteração dos arranjos domiciliares presentes no CRNM

O tempo é o pano de fundo das transformações que ocorrem ao longo da vida da família. Os seres humanos partilham relógios biológicos ou sociais similares, e a família evolui em etapas mais ou menos previsíveis de forma universal, apesar das diferenças culturais.

Existe uma série de aspectos comuns que permitem que haja um trajeto do desenvolvimento das famílias ao longo do tempo. A noção de ciclo de vida poderia expressar essas temporalidades, o conceito que se refere aos eventos nodais que estão ligados às entradas e saídas dos membros, assim como o nascimento e crescimento das crianças, a saída dos filhos de casa e a morte (FERNANDES, 1999).

No entanto, observamos que o padrão de desenvolvimento familiar, com os seus estágios clássicos, tem se transformado consideravelmente. Os adiamentos no casamento, a postergação da saída da casa paterna, a coabitação, o envelhecimento populacional, além dos divórcios e das separações criaram novas demandas habitacionais diferentes das exigidas pelos estágios clássicos do ciclo de vida (CAMARANO, FERNANDES, 2014). Em suma, a previsibilidade e o positivismo relacionados ao conceito de ciclo de vida certamente devem ser relativizados.

Sendo assim, no estudo, objetivamos levantar as alterações responsáveis por adicionar ou subtrair indivíduos no grupo doméstico, incluindo eventos circunstanciais, os quais alteram o trajeto linear do ciclo de vida (nascimento, casamento, ter e criar filhos, saída dos filhos e morte).

Portanto, no Condomínio Residencial Nova Muriaé, 39,52% dos arranjos domiciliares não alteraram o seu tipo de arranjo domiciliar entre os anos de 2011 e 2018, mesmo havendo adição e subtração de indivíduos. De outro lado, 60,48% foram modificados.

Mesmo nos domicílios em que não houve mudança do tipo de arranjo domiciliar, houve adições e subtrações de indivíduos, isso porque, embora haja correspondência entre os âmbitos, eles não são sinônimos. Em outras palavras, a adição ou subtração

de indivíduos não é condição sine qua non dos tipos de arranjos familiares, tampouco do estágio de ciclo de vida familiar, embora, com o passar dos anos, os indivíduos sejam encaminhados a circunstâncias físico-biológicas ou sociais, como morte, divórcio, ter filhos, casamento e etc., que impulsionam a adição e/ou subtração de moradores na residência.

No Gráfico 17, é possível vislumbrar os motivos das adições e subtrações de moradores e, logo, da possível alteração do arranjo domiciliar.

Gráfico 17 – Razões para as alterações dos arranjos domiciliares, CRNM, 2011, 2013, 2015, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Podemos constatar que entre as motivações, o casamento é o maior responsável pela alteração dos arranjos nos domicílios do Condomínio. Esse é um dado que condiz com o aumento da participação de casais com filhos em relação ao total de arranjos familiares. Aliás, trata-se de um dado que parece mesmo apontar para altas taxas também de recasamento, especialmente no CRNM, visto que 49% dos arranjos domiciliares são compostos por filhos somente do responsável ou somente do cônjuge, ou seja, vindos de outras uniões.

É importante ressaltar que o acréscimo de indivíduos por casamento induz à coabitação em alguns arranjos domiciliares: casais com filhos, monoparentais e famílias estendidas, dependendo das características dos seus integrantes.

Podemos considerar, também, quanto à coabitação, que somados aos dados de adição de indivíduos por dependência financeira e cuidados, eles ultrapassam as transformações dos arranjos domiciliares provocadas por nascimentos. De acordo com López-Gay e Palós (2016), esse fato é explícito em populações em que há, além

da necessidade por cuidados, também há dependência financeira. A junção de ambas as carências incentivam os indivíduos a se unirem por meio do compartilhamento de ajudas e suportes físicos e imateriais.

Quanto à subtração de indivíduos, analisamos o alto índice de divórcios, comparado ao número de casamentos e morte, que são fases “comuns” do ciclo de vida. O divórcio, assim como adiamentos e recasamentos, tem obtido maior aceitação e, com isso, maior ocorrência, mesmo em pequenos grupos populacionais.

Herbert (1979) afirma que a habitação deve ser sensível às necessidades e aos desejos, às aspirações razoáveis e aos sonhos realizáveis do usuário. Comenta, ainda, que o morador expressa o desejo de fornecer a sua residência, dentro do que é possível, uma característica individual tanto dentro como fora dela.

Nesse contexto de diferentes interesses, ao qual se acrescenta o fato de os projetos visarem uma família padrão, acabam sendo comuns soluções que muitas vezes não contemplam aspectos de versatilidade. Ou seja, com frequência, os projetos carecem de um maior planejamento no sentido de prever alternâncias de atividades e funções ao longo do uso da habitação.

Tal planejamento deveria, em geral, prever duas questões: a primeira, considerando o ciclo de vida familiar, envolvendo a obsolescência física, funcional e social ao longo da vida útil da edificação (família em crescimento, em encolhimento ou no estágio estático); e a segunda, levando-se em conta a necessidade de atender diferentes famílias, diferentes necessidades, diferentes estilos de vida dos ocupantes, num mesmo momento (SOEN, 1979).

As próximas seções apresentam uma análise física e estrutural das moradias do CRNM, em que é demonstrado seu espaço físico reduzido e de difícil uso flexível, para então ser apresentado o curso de vida dos arranjos domiciliares ao residirem no local, as ampliações e reduções do número de residentes e, assim, alterações dos arranjos, correlacionando-as ao espaço físico da residência e, por fim, os anseios e as renúncias dos moradores quanto ao aumento de indivíduos na residência e a coabitação domiciliar, estando elas morando no Condomínio e em outra residência. O intuito está em demonstrar as alterações do grupo domiciliar durante o tempo e os desejos, os interesses e as renúncias dos indivíduos em flexibilizar ou, ainda, aumentar o número de integrantes intradomicílio, mas são “impedidos” devido à rigidez e minimização do espaço físico da residência.

5.6. A influência do espaço físico na composição dos arranjos domiciliares do CRNM

5.6.1 Aspectos físicos da moradia. Estudo da planta baixa das residências do CRNM

A padronização e a minimização das habitações de interesse social são vistas como solução aparentemente econômica pelo mercado imobiliário. No entanto, é notória a rigidez e estanqueidade com que são tratados e caracterizados os projetos de habitações do tipo apartamentos. O fato é que, considerando as complexas necessidades dos usuários sujeitas à dinâmica da sociedade e da cultura, a arquitetura e o design exercem a “[...] função mediadora entre produção e uso [...]” (BONSIEPE, 1983).

A partir do momento em que há consciência sobre a relevância das características culturais, dos hábitos e costumes dos usuários e aspectos físicos do local onde se inserem as habitações, torna-se necessário produzir visando à qualidade da moradia, mas, também, em relação à usabilidade e à apropriação do espaço por parte de seus usuários. O perfil dos moradores é fundamental, assim como o da família, tão importante quanto são as predições de como indivíduos e, sobretudo, famílias se comportarão. Ou seja, desde o ponto de vista arquitetônico, a estimativa de área, de ambientes e da versatilidade de usos do espaço da casa precisa ser mutável para uma família ao longo do tempo. Trata-se de uma espécie de customização da moradia de acordo com as necessidades cambiantes, de acordo com a composição dos requerentes.

O partido arquitetônico deve, portanto, assegurar o aspecto funcional da apropriação e utilização pelo homem dos espaços construídos, a partir das suas necessidades e anseios, partindo para o estudo das funções e das atividades agrupadas, intrínsecas ao seu modo de viver e dentro do contexto familiar, no espaço habitacional que ele ocupa (KENCHIAN, 2011).

Nesse sentido, o mais determinante e certamente o que mais influencia a qualidade de vida no cotidiano das pessoas é o morar. A habitação pode ser o item que mais qualifica ou determina o grau de satisfação dos indivíduos (KENCHIAN, 2011).

O projeto de uma residência deve considerar os níveis de comportamento do

usuário a partir de: atividades, sistema de atividades, funções e anseios. Espera-se que o espaço físico seja definido a partir da determinação dessas funções e atividades necessárias ao funcionamento da moradia. Ou seja, a partir da demanda dos moradores, determina-se a moradia e não o contrário. Acreditamos que a massificação arquitetônica de outrora esteve ligada a igual pasteurização dos modos de viver. Angustia-nos ponderar que esse tipo de abordagem padronizadora ainda se perpetua.

Sendo assim, segundo Kenchian (2011), para a definição de um programa de necessidades de uma habitação, é feito, primeiramente, a escolha dos ambientes que devem compor esse espaço construído. Para a melhor compreensão da estrutura organizacional da moradia, esses ambientes devem estar classificados conforme suas características básicas de uso, baseadas nas funções e nas atividades a estes sugeridas.

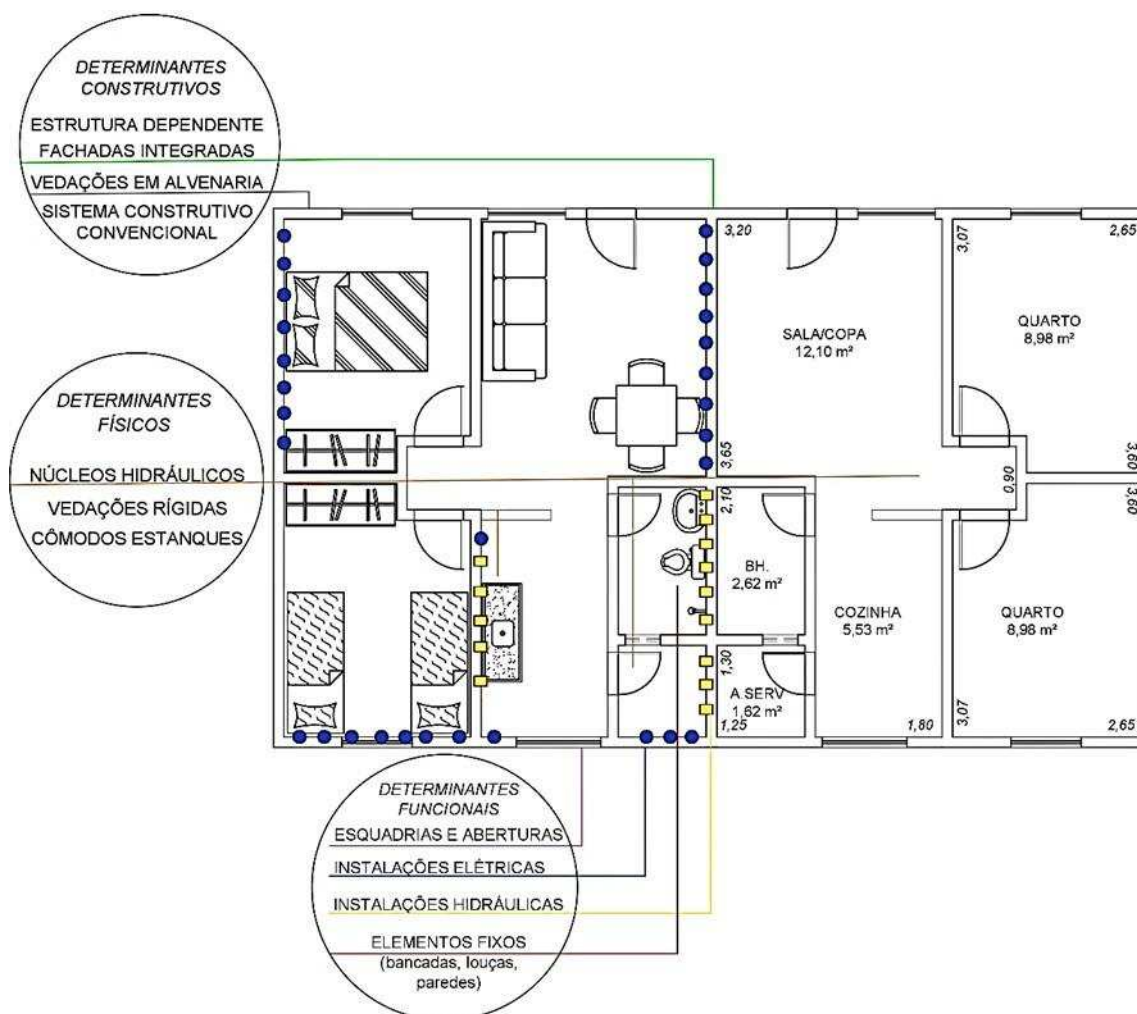
Com o intuito de averiguar a possibilidade de uso flexível nas residências do CRNM, baseamos a presente análise de acordo com o estudo Kenchian (2011), o qual analisa a planta-baixa de acordo com determinantes funcionais, construtivos e físicos, sendo considerados aspectos funcionais: instalações hidráulicas e elétricas – que vão de esquadrias e aberturas – assim como alguns elementos fixos, como bancadas e louças.

Entendemos por determinantes funcionais aquilo que auxilia no desenvolvimento de atividades inerentes à habitação, contribuindo, de certo modo, para a determinação prévia de espaços onde as atividades poderão ser desenvolvidas, de acordo com a dinâmica exigida pelos modos de vida de seus usuários, sem restrições ou prejuízos (KENCHIAN, 2011).

No entanto, percebemos que na maioria das propostas de habitações, estando inclusa a planta-baixa das residências do CRNM, esses determinantes são apresentados de maneira rígida e tendem a oferecer ambientes monofuncionais que inviabilizam a sobreposição de atividades, o que resulta em dificuldades quanto à flexibilidade de usos.

Apresentamos a planta-baixa padrão de todas as residências do CRNM. Nela, demarcamos todos os condicionantes funcionais que direcionam a função dos cômodos e, principalmente, a usabilidade dos espaços.

Figura 23 – Planta padrão, CRNM, 2018.



Fonte: Prefeitura de Muriaé, 2019.

Observamos que os determinantes construtivos abrangem o tipo de estrutura e a vedação, como também a forma da fachada. O sistema construtivo das residências do CRNM possui características convencionais, ou seja, não apresenta tecnologias industriais ou outro sistema de construção, que, aliado ao sistema de alvenarias estruturais, impossibilita qualquer alteração e/ou processos de adaptabilidade construtiva.

Ainda que os moradores queiram realizar modificações de pequeno porte, como o deslocamento de pontos elétricos, podem oferecer riscos à integridade da estrutura do bloco de apartamentos. Com isso, percebemos a necessidade de considerar, primeiramente, os aspectos construtivos do edifício como condicionantes do espaço de utilização da residência, e das prováveis configurações de uso, pois a partir destes, são estabelecidos os determinantes físicos e funcionais da habitação.

Vale a pena recordarmos as 19 e Figura 20 – Apartamento vazio e depredado, Condomínio Residencial Nova Muriaé, 2018.

Nelas já era possível notar que os apartamentos, por mais que estivessem depredados, não tiveram sua tipologia significativamente alterada. Parece que os motivos nascem da combinação estrutura, materialidade e rigidez funcional inerentes do projeto dos apartamentos.

Com relação aos determinantes físicos, entendemos como aqueles capazes de definir a distribuição do espaço interno da habitação. Nessa perspectiva, procuramos destacar a disposição dos núcleos que oferecem serviços essenciais, como a água e o esgoto (núcleos hidráulicos), cuja localização é fixa, e por isso deveriam ser mais distribuídos desde a fase de projeto, para que seu posicionamento seja estratégico e não um empecilho para configuração geral dos espaços da habitação.

Como os apartamentos possuem 42 m², seria apropriada a concentração dos núcleos hidráulicos, sendo eles abastecidos por uma linha de instalações hidráulicas, a fim de viabilizar a economia construtiva e a otimização da dinâmica da habitação em relação aos seus usos, possibilitando, assim, a flexibilidade na habitação.

Quanto aos pontos elétricos, percebemos que existem concentrações rígidas, cuja ausência em outras localizações do espaço influencia a configuração do mobiliário, inviabilizando, com isso, a mobilidade e o rearranjo funcional e espacial dos ambientes.

Outros aspectos que se inserem nesse conjunto de determinantes físicos são as vedações que compõe os cômodos. A partir do momento em que essas vedações se tornam elementos rígidos, configuram-se espaços estanques, dificultosos para a adequação e flexibilização, principalmente quando se combinam com a exiguidade de área. A alteração de qualquer elemento que esteja inserido nessas vedações, ou sua retirada, pode gerar desperdícios e custos intangíveis para a população em questão.

Todos esses fatores físicos da habitação agem diretamente sobre a usabilidade dela, a qual é constituída por um conjunto de equipamentos e mobiliário, assim como por espaços e ações. Sendo assim, quando empregados de maneira rígida, acabam restringindo as variações de layout e, conseqüentemente, podem ocasionar inadequações e incompatibilidades na relação do espaço com o mobiliário, e deles com os usuários e seus modos de vida.

Desejamos destacar que não pretendemos, com esta seção, realizar um estudo de pós-ocupação das residências, senão alertar para o fato de que qualquer

acomodação dos arranjos domiciliares, por mais variados que eles possam ser, se dá exclusivamente por alteração ou sobreposição de usos e funções e não por alteração física e/ou espacial da habitação. Nesse sentido, não achamos exagerado afirmar que suportam apenas algumas transformações dos arranjos domiciliares e não outras. Parece-nos, até o momento e segundo os dados levantados, que há um limite dado pelos momentos em que se encontram as unidades familiares.

5.6.2 O curso de vida dos arranjos domiciliares ao residirem no CRNM

O conceito de ciclo de vida familiar, de acordo com os autores Höhn e Mackensen (1989) contribui para uma análise temporal da família, podendo ser observado por meio de informações referentes à idade do chefe do domicílio ou do casal, à idade e ao número de filhos e à própria configuração da família domiciliar. Dessa forma, a configuração de um grupo domiciliar pode ser considerada a partir do estágio do ciclo de vida familiar. Contudo, há algumas limitações nessa perspectiva, como a adesão de etapas que dizem respeito a uma família nuclear, mas representam pouco sobre outras configurações familiares, como os unipessoais, ou sobre a presença de outros parentes no domicílio, além do núcleo reprodutivo, como avós e netos.

Nesse contexto, o enfoque metodológico do curso de vida pode contribuir para solucionar algumas lacunas presentes no ciclo de vida familiar. O conceito “curso de vida” pode ser considerado como uma linha condutora ou um trajeto, em que as escolhas são feitas no nível do indivíduo, ainda que esteja sujeito ao contexto histórico que o cerca (ELDER, 1994). Sendo assim, o grupo domiciliar pode ser formado a partir do conjunto de trajetórias dos membros que o compõem, sendo estas marcadas por transições no lugar de estágios (entrada e saída do mercado de trabalho, entrada e saída do sistema educacional, migração etc.). O indivíduo passa por diferentes momentos a partir de suas escolhas e oportunidades condicionadas pelo contexto histórico e fatores sociais, econômicos, demográficos e culturais. É a interdependência dessas trajetórias e sua simultaneidade no tempo que constituem os arranjos domiciliares (ELDER, 1994; HAREVEN, 1978).

Dessa forma, para compreender a configuração de um arranjo domiciliar, deve se considerar as trajetórias individuais dos membros da família, suas transições e

interdependências. As abordagens do ciclo de vida familiar e do curso de vida apresentam ferramentas que auxiliam na análise e na compreensão das configurações das famílias que representam o público-alvo da política pública habitacional.

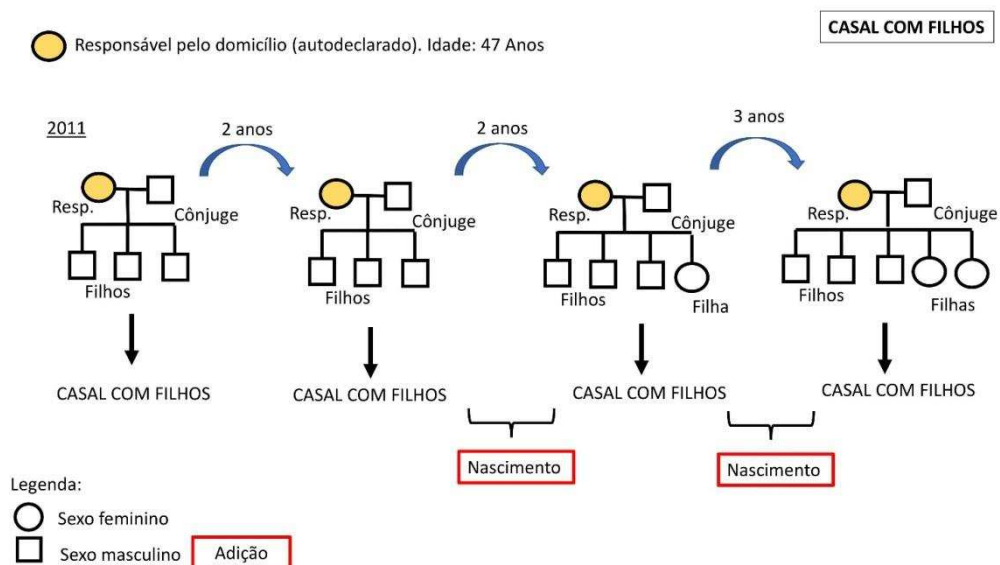
Para o objetivo desta dissertação, a análise do curso de vida irá agregar as perspectivas necessárias para compreender a dinâmica dos membros do grupo domiciliar. Sua interdependência é expressa a partir do contexto socioeconômico, o qual condiciona escolhas e limita decisões.

Foram observados os cursos de vida de todos os residentes do CRNM a partir da morada no local, com o intuito de observarmos o quanto residir no Condomínio pode interferir nas escolhas e decisões de cada grupo domiciliar.

Constatamos, assim, que o principal motivo responsável pela alteração do número de integrantes no domicílio, a partir da adição de moradores, foi o nascimento, o qual foi verificado em 35% dos domicílios. Alertamos que tal análise engloba os domicílios que alteraram e não alteraram o tipo de arranjo domiciliar, sendo a proporção referente à adição de indivíduos dos 124 domicílios recenseados.

A Figura 24 demonstra o curso de vida de um dos grupos domiciliares do Condomínio, em que houve adição de integrantes a partir do nascimento e a Figura (25) apresenta o arranjo domiciliar atual, salvo a presença do cônjuge, o qual não estava presente no momento da fotografia.

Figura 24 – Domicílio onde houve adição de moradores por nascimento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Figura 25 – Fotografia de um dos domicílios onde houve adição por nascimento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2020.

De acordo com Arriagada (1997), o momento de maior vulnerabilidade é aquele em que a família é composta por filhos dependentes, pois é nessa etapa do ciclo de vida familiar que se encontra uma alta razão de dependência dos mais jovens, em

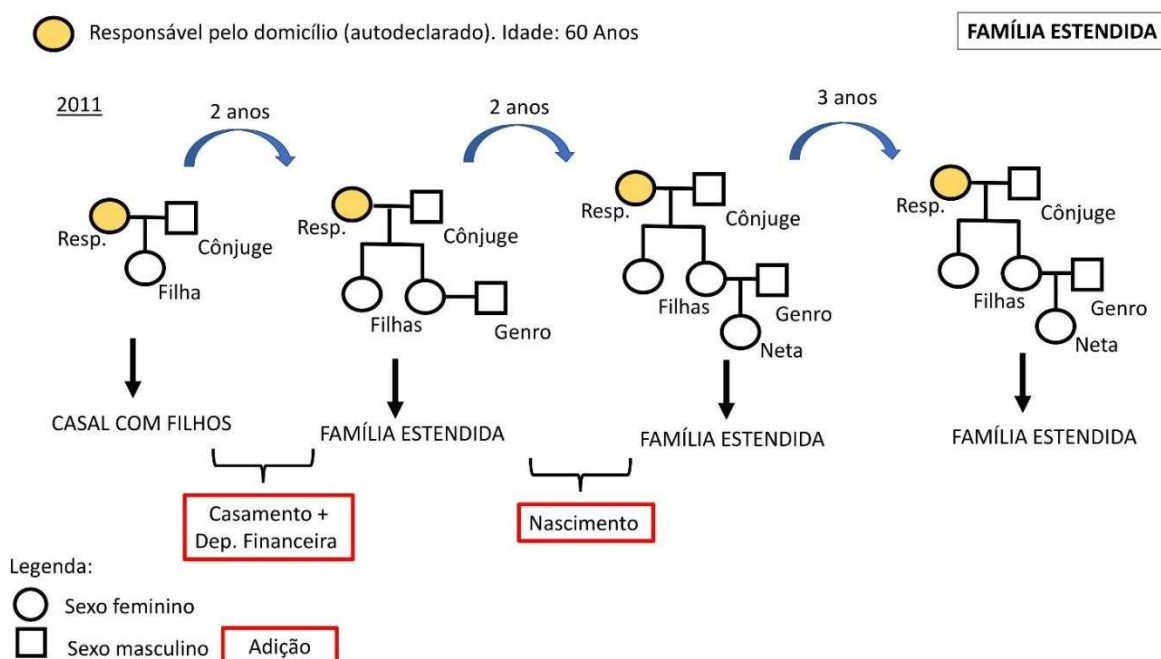
idades que demandam atenção e cuidado, e ainda incapazes de contribuir com a renda domiciliar. Essa situação se agrava em famílias com baixa instrução e baixa renda como as encontradas no CRNM. Talvez, essa seja uma das razões implícitas no aumento do número de casais com filhos ali.

Essa vulnerabilidade socioeconômica imposta pelo considerável número de filhos em famílias de baixa renda pode se tornar um transtorno ao observamos a ocupação espacial dessas famílias no espaço físico reduzido das residências do CRNM. Como previamente demonstramos, as residências possuem 42 m², subdivididos em cozinha, sala, copa, um banheiro e dois quartos, com estrutura de difícil utilização flexível, principalmente para famílias com considerável número de integrantes.

O fato foi comprovado por meio da pesquisa de campo e da entrevista semiestruturada realizada pela pesquisadora Samara, em que a responsável pelo domicílio foi questionada quanto à divisão dos moradores na residência durante o período da noite. A entrevistada disse, categoricamente: “A gente dorme amontado, eu, meu marido e minhas duas filhas pequenas num quarto e os outros três no outro”. Na sequência, a pesquisadora perguntou também se haveria a possibilidade de outro familiar ou amigo morar, ou mesmo ficar por um tempo com eles na residência, e a entrevistada ainda disse: “Jeito tem, mas só se ele dormir na sala, porque quarto não tem como ter mais e os que têm, não cabe mais nada” (Entrevistada 1, 2020).

Contudo, os indivíduos possuem maior número de filhos quando há apenas um núcleo reprodutivo na residência; quando há mais de um, a ocorrência diminui para apenas 12% dos domicílios. Para exemplificar, representamos na Figura 26, um domicílio onde houve adição de indivíduos a partir do nascimento, casamento e dependência financeira com a existência de duas unidades familiares configurando dois núcleos reprodutivos distintos.

Figura 26 – Domicílio onde houve adição de moradores por casamento, dep. financeira e nascimento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

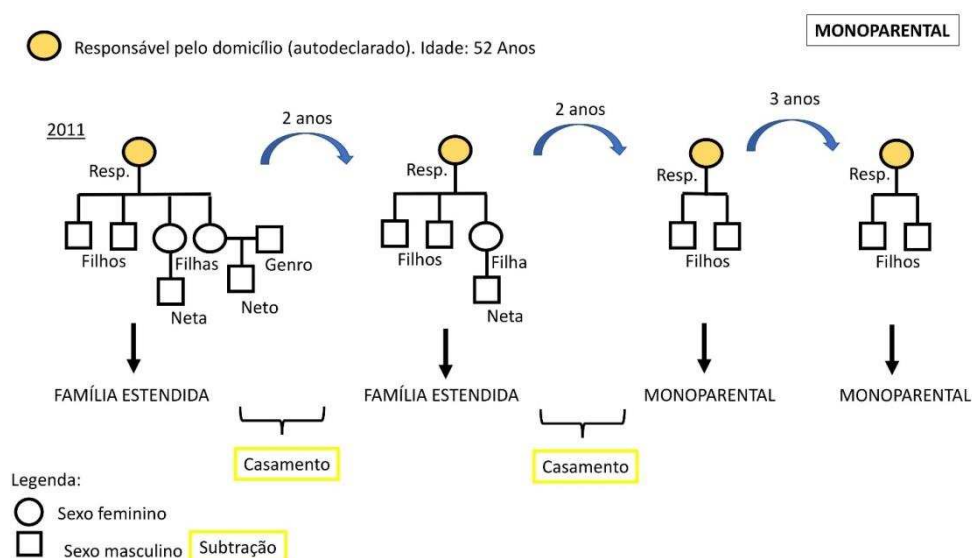
Analizamos que a idade média dos responsáveis pelos domicílios onde houve adição de indivíduos com presença de dois núcleos reprodutivos é de 45 anos, ou seja, ainda que exista mais de um núcleo reprodutivo, pelo menos um deles já está no período final de reprodução, fazendo com que o número de indivíduos não aumente em grandes proporções. O que não acontece em domicílios onde a idade média do responsável é inferior, visto que, dessa forma, ainda há probabilidade de novos nascimentos.

Ao verificarmos, portanto, núcleos reprodutivos, cerca de 25% dos domicílios do CRNM subtraíram indivíduos na residência motivados pelo casamento, ou seja, com o propósito de constituir um arranjo domiciliar, na maioria das vezes, de formato nuclear, em outra residência, compatível às novas necessidades. A Figura 27 representa o curso de vida de um grupo domiciliar que se encontra em tal situação.

Podemos observar que o grupo domiciliar quando ocupou a moradia, no ano de 2011, era formado pela responsável pelo domicílio, dois filhos e duas filhas, sendo que uma das filhas possuía uma filha (neta da responsável) e a outra filha, o cônjuge (genro da responsável) e um filho (neto do responsável), como consta na fotografia apresentada na Figura 28. Após dois anos de moradia no Condomínio, uma das filhas, o cônjuge e o neto decidiram oficializar o relacionamento com o casamento e saíram da residência para residir em outro local e, posteriormente, contabilizando quatro anos

de moradia no Condomínio, a outra filha, que já tinha uma filha, também saiu da residência para se casar, fazendo com que o arranjo domiciliar, que no ano de 2011 era considerado uma família estendida, desse origem no ano de 2013 a um casal sem filhos, no ano de 2015 a um casal com filhos, passando a ser considerado, no ano de 2018, monoparental.

Figura 27 – Domicílio onde houve subtração de moradores por casamento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Figura 28 – Fotografia de um dos domicílios onde houve subtração por casamento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2020.

Imaginamos, a partir do curso de vida do domicílio representado, que há maiores forças de fragmentação entre famílias estendidas compostas por unidades familiares que igualmente são núcleos reprodutivos em momentos iniciais do ciclo vital familiar. Ao surgir a necessidade de constituir um núcleo reprodutivo, os moradores são direcionados a abandonar a unidade de residência original que coabitavam com os demais membros familiares, para residirem em outro local. Esse fato nos faz considerar, portanto, que a estrutura física das residências pode ser um dos impeditivos, ao menos temporariamente, da coabitação de mais de um núcleo reprodutivo em uma mesma unidade de residência.

Queremos frisar, a depender do momento em que esse núcleo reprodutivo se encontra, qual seja: etapas iniciais, inclusive, com a possibilidade de outros nascimentos. Essa suposição dialoga, também, com o número e a frequência de certos arranjos domiciliares no CRNM, em comparação com outros estratos populacionais, como elencamos em passagens anteriores, a diminuição das famílias estendidas. Acreditamos que ao morar em uma residência que não permita ampliações e uso de forma flexível, há a indução à fragmentação dos moradores de um grupo domiciliar em outras residências, se tornando outros arranjos domiciliares, como monoparental, casal sem filhos e etc., ao mesmo tempo em que altera, também, o formato do arranjo principal.

Ao questionarmos a responsável pelo domicílio, por meio da pesquisa semiestruturada, quanto à saída dos moradores da residência com o passar do tempo, a entrevistada, relatou: “Minhas duas filhas tiveram que sair, porque nessa casa estava muito apertado pra morar todo mundo, pra tomar banho era uma dificuldade, pra dormir então, era um em cima do outro.” (Entrevistada 2, 2020).

A partir dessa descrição, a pesquisadora questionou quanto à residência da família antes da morada no Condomínio, e a responsável respondeu:

“Ah antes de vim pra cá, morava todo mundo numa casa bem maior, tinha um quarto pra mim e meu filho mais novo, outro que ficava a minha filha e minha neta, outro com a minha outra filha, meu genro e neto, e meu filho do meio dormia na sala, era muito melhor, a cozinha era grande e tinham dois banheiros, era simples, mas grande”. (Entrevistada 2, 2020).

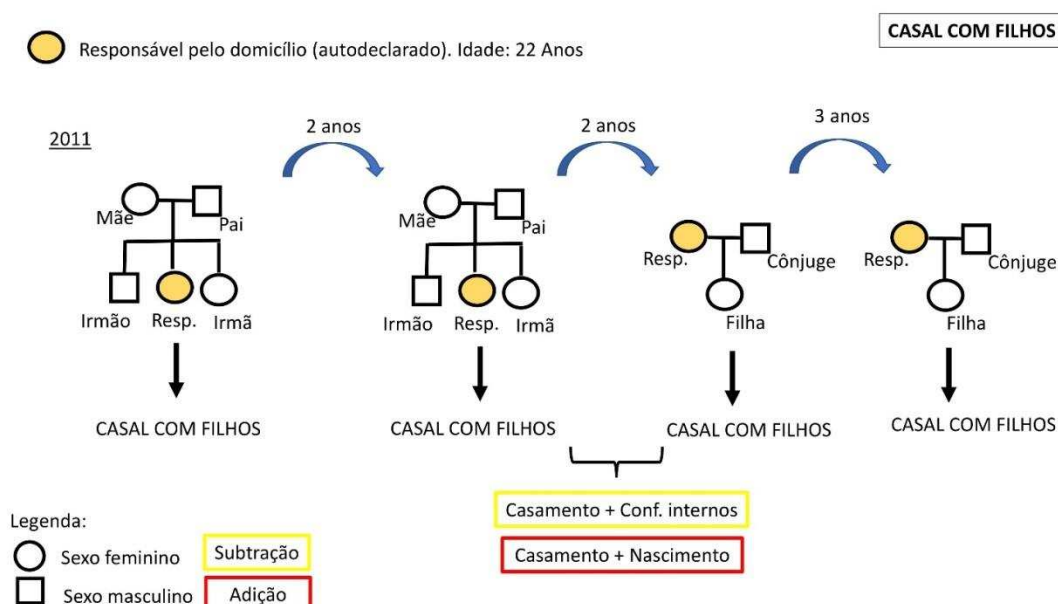
Tendo por base o tamanho e a configuração dos arranjos domiciliares, acrescida às situações socioeconômica e habitacional, pontuamos que as residências oferecidas no CRNM, as quais reproduzem o padrão estabelecido por especificações

mínimas constantes, não consideram a dinamicidade das famílias, tampouco sua complexidade, posto que desconsideram que elas, famílias, são compostas por mais de uma unidade, inclusive, por mais de um núcleo reprodutivo.

Ainda que o número de residências possibilite a separação em mais de uma família, tomando como partido os núcleos reprodutivos, os resultados trariam prejuízos às famílias, sobretudo quanto a sua dinâmica de composição de renda e provisão de bem-estar entre os membros. A solidariedade e a dependência entre os indivíduos e gerações residentes no domicílio são elementos fundamentais a serem levados em consideração para uma proposta de moradia para essas famílias, sendo justificáveis os problemas de evasão das unidades habitacionais, dada a impossibilidade de sobrevivência da família dividida e da sobrecarga representada pela duplicação das contas.

A Figura 29 representa o curso de vida de um grupo domiciliar em que houve adição e subtração de indivíduos durante os sete anos de morada no CRNM. Observamos que 18% dos domicílios passaram por essa ampliação e redução de moradores com o intuito de adequar, o máximo possível, seu arranjo domiciliar ao espaço físico da residência.

Figura 29 – Domicílio onde houve subtração e adição de moradores.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Figura 30 – Fotografia de 2014 de um dos domicílios onde houve subtração e adição por casamento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2020.

Figura 31 – Fotografia de 2020 de um dos domicílios onde houve subtração e adição por casamento.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2020.

O grupo domiciliar representado na Figura 29, portanto, iniciou a morada no CRNM sendo composto pelo arranjo domiciliar nuclear, representado pela presença do pai, mãe, um filho e duas filhas, sendo uma delas com idade de 22 anos e autodeclarada responsável pelo domicílio. Após aproximadamente quatro anos residindo no Condomínio, os pais da responsável e seus irmãos decidiram mudar para outro local devido a conflitos internos, e sua irmã para se casar. Na Figura 30 observamos o arranjo domiciliar no ano de 2014, com a responsável pelo domicílio e seus demais familiares ainda residindo na residência. No mesmo período, a responsável, a qual permaneceu na residência, engravidou e se casou, configurando após quatro anos residindo no Condomínio, o mesmo tipo de arranjo o qual iniciaram a morada, no entanto, formado por outros moradores e em número menor, como consta na Figura 31, fotografia tirada no ano de 2020, demonstrando o arranjo domiciliar atual formado pela responsável, o cônjuge e a filha do casal.

A responsável foi, então, questionada pela pesquisadora, quanto à saída dos seus familiares da residência, sendo dado o seguinte relato: “Meus pais e meus irmãos tiveram que sair, porque eu engravidei, juntei com o fulano e não cabia mais todo mundo nessa casa”. (Entrevistado 3, 2020). Com isso, foi questionado à responsável o motivo pelo qual seus familiares saíram da residência, e não ela com seu cônjuge, e a responsável emitiu a seguinte explicação: “Meus pais saíram porque foi mais fácil pra eles conseguirem outra casa aqui no condomínio, do que pra mim, eles só passaram o cadastro dessa casa aqui pro meu nome e conseguiram outra pra eles, no bloco x.” (Entrevistado 3, 2020).

A partir desse relato, foi constatado que o grupo domiciliar configurado no ano de 2011 como um casal com filhos, com os anos de moradia no CRNM e surgir a oportunidade de se tornar uma família estendida, se desmembrou em outro arranjo domiciliar, casal com filhos, para assim, adequar ao espaço da residência. Na sequência, a pesquisadora indagou à responsável quanto à possibilidade de morar todos os familiares em uma mesma residência, e ela informou: “Se a casa fosse maior, daria pra gente morar junto sim, era até melhor, porque eu podia deixar a minha menina em casa pra trabalhar”. (Entrevistada 3, 2020).

De acordo com Arriagada (1997), uma das estratégias de enfrentamento da pobreza na América Latina, abordado pela literatura no decorrer das décadas de 1980 e 1990, seria o aumento ou a redução do tamanho das famílias, em que a rede de apoio domiciliar colaboraria como táticas recorrentes de ampliações e contrações,

consequência das condições de vida instáveis da maioria da população. Essas estratégias de enfrentamento resultariam na construção de diferentes trajetórias individuais dos membros das famílias, que trazem consigo a representação das condições sociais e demográficas vivenciadas, e acordos estabelecidos a partir da interação familiar.

Bilac (2002) declara ainda que as configurações familiares não são gratuitas, ou seja, a presença ou ausência de determinadas figuras familiares na casa são reflexos de múltiplos projetos e constrangimentos. Se, por um lado, os processos de ampliação e contração das famílias não possuiriam relação com o modelo de família nuclear extenso, por outro, seriam também resultado dos constrangimentos enfrentados pelos membros ao longo do curso de vida, encarados como recursos para garantir o bem-estar do grupo residente.

No presente estudo, esses constrangimentos são resultado da situação socioeconômica em que os arranjos domiciliares se encontram, sendo direcionados, portanto, a residir em conjuntos habitacionais populares, como o CRNM, o qual reafirma a precariedade tanto habitacional quanto social, impossibilitando a formação de domicílios ampliados – especialmente com núcleos em momentos similares. Isso faz com que a família se subdivida no decorrer do curso de vida para adaptar fisicamente os moradores com a habitação, perdendo, com isso, possíveis apoios quanto à geração de um montante maior de renda e melhor subsistência para o grupo domiciliar, o que potencializa o repasse, ou mesmo o abandono da habitação no futuro, devido às dificuldades de manter os custos de uma moradia.

Constatamos, também, que os responsáveis pelos domicílios que passaram por ampliação e redução de integrantes motivados pelo casamento e, com isso, divisão de núcleos reprodutivos, possuem idade média de 26 anos, ou seja, estão em um estágio de formação e expansão do ciclo de vida familiar.

Esse perfil, para segmentos mais pobres da população, traz consigo dificuldades no acesso à moradia adequada, sendo marcado pela ocupação de habitações provisórias ou precárias. Por outro lado, essa idade revela o momento oportuno para a transição para a vida adulta, cujos marcos, entre eles, a passagem de membro dependente de um domicílio para chefe de domicílio se dá em idades mais jovens para indivíduos de baixa renda, quando comparados a outros estratos sociais (VIEIRA, 2008).

Esses elementos, quando somados à alta probabilidade de o chefe do domicílio

ainda não ter ocupação, indicam um cenário de fragilidade socioeconômica, acentuado pelo momento do ciclo de vida familiar, com significativo número de dependentes no domicílio, mas revela, também, a contribuição dos membros da família (inclusive do cônjuge do responsável) na composição da renda domiciliar. Isto é, ao invés de ocorrer uma dependência econômica para com o chefe do domicílio, é justamente a presença dos membros familiares, o seu aporte, que contribui para a formação da renda. Não menos importante, a presença da avó como chefe do domicílio oferece apoio na renda, no cuidado e na provisão de bem-estar de netos e filhos mais novos, acumulando funções domésticas e liberando os membros adultos para o trabalho remunerado.

Sendo assim, a área mínima e inflexível traz prejuízos quanto ao tamanho, à composição e ao curso de vida de determinados arranjos domiciliares, visto que ao surgirem necessidades quanto à ampliação da família, são impulsionados a mudar de residência com o intuito de adaptar seu arranjo domiciliar ao novo domicílio. No entanto, como enfatizamos, os prejuízos não são apenas numéricos, mas, também, qualitativos, ao verificarmos que a coabitação de núcleos reprodutivos ativos podem auxiliar na provisão de renda e bem-estar de todos os moradores. No que concerne ao espaço físico reduzido da habitação, este acaba por reafirmar a situação precária social e economicamente dessa população.

A conclusão que obtemos é de que o Condomínio Residencial Nova Muriaé, como demais habitações de interesse social subsidiados como política pública, desconsidera as mudanças que a família vivencia, especialmente ao longo do tempo e, especialmente, em momentos críticos, em que haverá mais de uma unidade familiar e mais de um núcleo reprodutivo ativo coabitando.

Aspirações quanto à família e ao domicílio

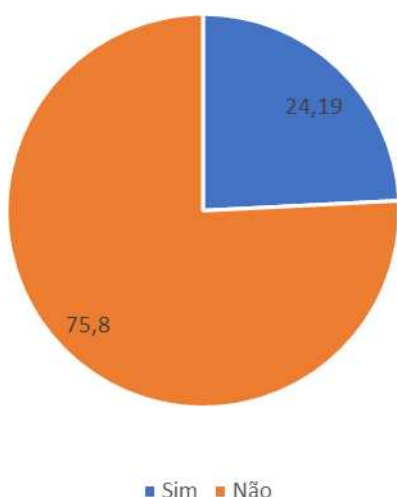
Na presente seção, trazemos alguns dados sobre a possibilidade de alteração do arranjo domiciliar de acordo com a igual modificação espacial da unidade de residência. Estamos aqui supondo que há algum grau de correspondência entre os fatores. Isso, no entanto, não quer dizer que presumimos que a associação é direta, sequer proporcional, tampouco positiva para todo o universo de entrevistados. Porém, dadas as características do público – suas carências físico-financeiras, essencialmente – e o contexto de escassez habitacional, inferimos que maior espaço

físico poderia significar maior probabilidade de coabitação.

Estamos cientes da limitação do instrumento de captação dos dados: a entrevista quantitativa, nesse caso. O próprio quesito foi mal refletido, já que a pergunta versa sobre expectativas futuras de coabitação se o apartamento fosse maior. Em outras palavras, o quesito não capta a coabitação que, de fato, ocorreu e em que situações habitacionais ela se deu, sem mencionar que a resposta do entrevistado pode estar contaminada com perspectiva do que ele infere que seja a resposta adequada esperada pelo entrevistador. Esperamos minimizar esses vieses a partir da pesquisa qualitativa.

Dessa maneira, interrogamos se o responsável pelo domicílio convidaria outra pessoa a coabitar, esse novo integrante podendo ser parente ou não (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Possibilidade de coabitar (parente ou não), Responsáveis por domicílios, CRNM, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

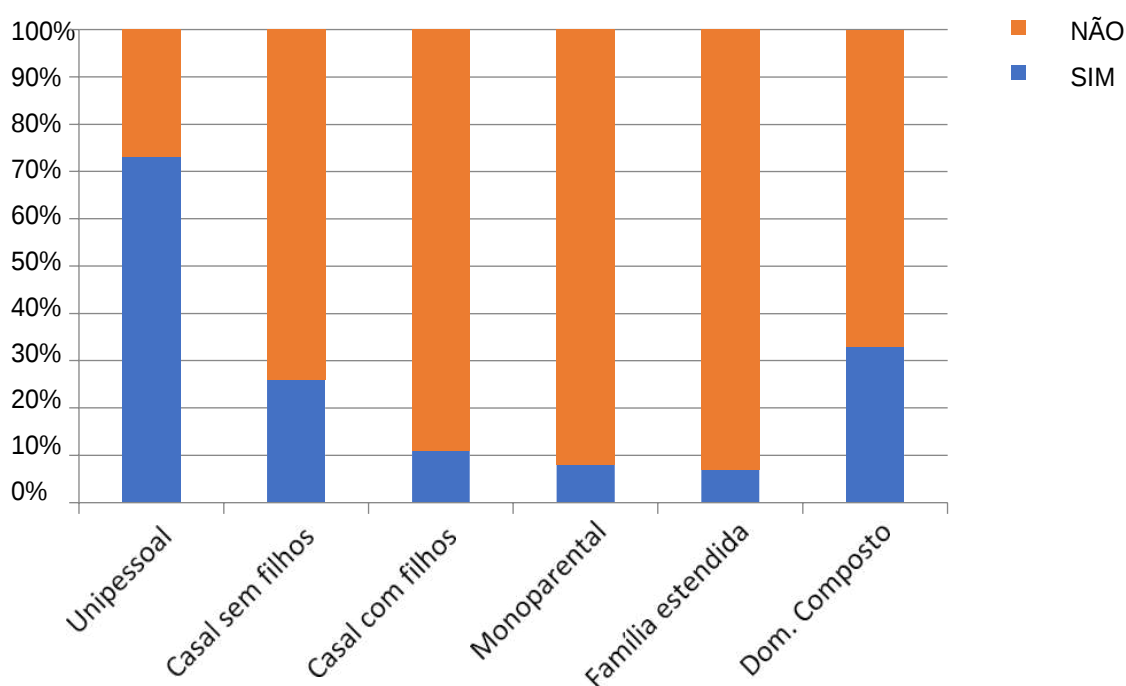
Parte dos entrevistados, como nos apresenta o Gráfico 18, 75,8% disse não haver a possibilidade de inserção de outro indivíduo na moradia, esclarecendo, ainda, por meio do diálogo, que a casa é pequena e lhe falta ao menos um quarto para acomodar outra pessoa, levando-nos a crer que realmente o fato da residência possuir metragem reduzida e inflexibilidade quanto ao uso dos cômodos, limita, no mínimo, a maneira como os indivíduos se organizam em unidades familiares dentro das unidades de residência. Essa é mais uma evidência que o espaço físico tolhe, especialmente, composições familiares grandes, estimulando-as a se fragmentar.

O que é novo aqui, e que ventilamos na seção anterior, é que a predisposição de fragmentação das famílias estendidas, nessas condições habitacionais e situações

sociais, apresenta especificidades, isto é, *ceteris paribus*, há nuances nas temporalidades. Aqui, parece que os indícios são mais robustos, posto que a fração de famílias estendidas no CRNM é consideravelmente menor, comparada aos demais recortes territoriais.

Com o intuito de averiguar o quanto o programa de necessidades arquitetônico limita anseios, para cada tipo de arranjo domiciliar, caracterizamos a frequência de domicílios que aceitariam, como também não aceitariam outro indivíduo na residência (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Possibilidade de coabitar (parente ou não) segundo arranjos domiciliares, Responsáveis por domicílios, CRNM, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2019.

Como apresenta o Gráfico 19 com exceção do arranjo domiciliar unipessoal, os demais arranjos tiveram notada expressividade, quanto ao não convite de outra pessoa para residir no domicílio, sendo o de maior prevalência, os casais com filhos. Na planta baixa residencial do CRNM, observamos que as residências possuem dois quartos, sendo o formato familiar composto por um casal e filho(s), e os quartos já estariam ocupados, mas poderia haver a possibilidade da sobreposição de usos, como exemplo, da sala transformando-a temporariamente em dormitório. No entanto, devido à mínima área disponível, tal sobreposição se torna de difícil efetivação. Essa

impossibilidade gera obstáculos quanto à extensão da família a partir da moradia de outro parente na residência.

A partir da entrevista semiestruturada, os responsáveis pelos domicílios foram categóricos em afirmar que, temporariamente, haveria a possibilidade de moradia de mais uma pessoa na residência, sendo apresentada por um dos entrevistados a seguinte explicação: “Em pouco tempo dá pra ficar mais alguém aqui, dorme na sala ou aperta no outro quarto, mas morar mesmo, não dá não, a casa é muito pequena” (Entrevistado 4, 2020).

As figuras a seguir apresentam o interior das residências e seu limitado espaço físico para flexibilização de uso. Os moradores questionam, além do limitado número de quartos, a pequena área em comum, a qual dificulta a utilização por determinado número de pessoas.

Figura 32 – Interior das residências do CRNM.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A evidência levantada no estudo insere o espaço físico arquitetônico como um limite, ao menos temporariamente, para que grupos domiciliares possam obter apoio quanto às diversas necessidades humanas, alterando desejos e expectativas quanto à incorporação de outro indivíduo na residência. Presumimos que as dificuldades

seriam, todavia, maiores se a adicional unidade familiar fosse maior e/ou se encontrasse em momentos de crescimento (coincidindo com núcleos reprodutivos). Além disso, acrescenta-se um fator físico ao rol de motivações que alteram, de certa forma, o número de integrantes por domicílio e, logo, a composição do arranjo domiciliar.

6. CONCLUSÕES

Iniciamos a análise dos dados a partir da constatação de alta vacância imobiliária no CRNM. A grande ociosidade é combinada com a impossibilidade de ampliação física da habitação. Como dissemos, esse pode ser um indício de que a inflexibilidade provoca a saída de famílias numerosas do conjunto habitacional. A conjectura encontra algum respaldo nos dados, basta lembrarmos os baixos valores de famílias estendidas ali. Outra possibilidade é que a rigidez impede, desde o início, a formação de famílias estendidas. Em outras palavras, impele que o novo núcleo familiar deixe o domicílio paterno/materno. Nesse cenário, captam-se tão somente outras composições de arranjo, quando, na verdade, haveria o desejo ou a necessidade de coabitação.

Ainda que a vacância seja digna de nota, nas residências ocupadas a quantidade de moradores por domicílio é ligeiramente maior do que nos demais recortes territoriais. Queremos lembrar novamente que são apartamentos de 42 m² e, como frisamos, há provavelmente incoerências entre tamanho das famílias e suas habitações. Além disso, a leve diferença de moradores por domicílio para mais pode indicar diferenciais de fecundidade de sua população em comparação às populações dos demais recortes territoriais, posto que as classes de arranjos domiciliares hegemônicos ali não são aquelas com mais de um núcleo familiar, fato que poderia explicar a quantidade de moradores por residência.

Outra questão digna de nota é que a chefia feminina vem aumentando diante do total de responsáveis por domicílios em todos os territórios analisados. Contudo, curiosamente, a proporção de domicílios chefiados por mulheres em Muriaé sempre foi menor em comparação aos outros recortes territoriais. Parece-nos, portanto, que pode haver maior conservadorismo, ao menos na responsabilidade do domicílio, segundo territorialidades e localismos, possivelmente influenciada por secularização típica de pequenas populações do interior geográfico.

Entretanto, a condição de chefia no CRNM é totalmente subvertida em relação a todas as outras classes territoriais, em especial, a Muriaé. É inegável que os critérios de seletividade do programa habitacional influenciam o resultado final das proporções de chefia segundo sexo. Porém, esse dado nos faz pensar, antes de qualquer coisa, que a questão habitacional traz uma questão também de gênero axial e, ademais,

uma questão de gênero geograficamente muito localizada, isto é, característica dos conjuntos habitacionais.

Afora as diferenças de gênero, as particularidades persistem quanto à educação. Enquanto aproximadamente 90% dos responsáveis por domicílios muriaenses sabiam ler e escrever; no CRNM, esse total se limita a 76,4%; uma diferença de 13,6%. Em síntese, é uma população que dispõe de menos capital humano, o que pode expô-la a maiores inseguranças, sendo que formas de reagrupamento familiar (coabitação e uniões-casamento) podem ser alternativas de enfrentamento de adversidades por meio da fusão de orçamentos e compartilhamento de recursos. Ao cruzarmos as dimensões sexo e alfabetização, nos deparamos com populações femininas de baixa escolaridade. Possivelmente, estamos diante de arranjos familiares que ainda acumularão experiências de passarem por outros formatos em decorrência, inclusive, das fragilidades de ativos que dispõem.

Em 2018, a idade média dos responsáveis pelos domicílios do CRNM era de 43 anos, ou seja, razoavelmente inferior à idade média de Muriaé, segundo o Censo 2010. Essa pode ser uma evidência de que as famílias do CRNM se encontram em estágios mais iniciais do ciclo vital. Assim, supomos que a menor idade, conciliada às prováveis vulnerabilidades dos arranjos domiciliares do conjunto em função dos atributos individuais dos chefes pelo domicílio, ocasionarão alta mutabilidade dos arranjos domiciliares, tais como hoje se encontram. Possivelmente, no curto ou médio prazo, parcela das famílias experimentará formas de reagrupamento e fusões familiares, haja vista a média relativamente baixa de idade combinada às “fragilidades” das famílias. Porém, de que formas de reagrupamento/fusão estamos falando?

Talvez, esse leque de atributos individuais ajude a explicar a tendência ligeiramente atípica dos arranjos domiciliares do CRNM em relação aos demais recortes territoriais. A primeira singularidade, e talvez a principal, é quanto ao arranjo domiciliar casal com filhos. Nas demais regiões, esse tipo de arranjo está diminuindo com o passar dos anos, já no CRNM houve aumento de aproximadamente 7%.

No entanto, observamos que esse tipo de arranjo possui menor peso (36,3%) ao ser comparado com a frequência de casais com filhos nas outras regiões estudadas. Parece-nos que são efeitos combinados. A seletividade do programa prioriza inicialmente os arranjos monoparentais. Os critérios explicam a menor fração de casais com filhos, ao menos no momento inicial de fixação de residência. A maior variação acumulada dos casais com filhos diante dos demais arranjos, por sua vez,

pode ser o resultado de recasamentos (CARTER, 1995). Isto é, estamos diante de temporalidades aliadas a fenômenos sociais que podem explicar as causas do aumento dos casais com filhos no CRNM. Talvez seja interessante lembrar que se tratam de chefes mulheres, com idade média inferior a dos demais responsáveis por domicílios muriaenses e, ademais, com baixa escolaridade e ativos; todas essas características estão combinadas à tendência geral de recasamentos. Para sermos mais específicos, o reagrupamento/fusão no CRNM converge em direção à família nuclear e não necessariamente à família estendida.

Não é casual, portanto, que o número de famílias estendidas no CRNM tenha diminuído. O significativo número no ano de 2011 e a queda de aproximadamente 14%, em sete anos, nos chamou a atenção. A primeira explicação parece decorrer do comentado no parágrafo anterior. Porém, não descartamos que a diminuição parece ser uma das consequências da área mínima da residência, a qual permite um número limitado de residentes, isto é, o crescimento é permitido pelo casamento e objetivando provavelmente a criação dos filhos.

Contudo, esse aumento apresenta um limite. À medida que os dependentes desse núcleo familiar original adquirem independência econômica, se aproxima o momento de fragmentação de ambos em dois núcleos familiares independentes habitando domicílios separados. Temos a impressão que o crescimento por casamento e filhos é tolerado; porém, o de dois núcleos de reprodução compartilhando o mesmo ambiente, não.

Dessa maneira, 60,48% dos arranjos domiciliares foram alterados em algum momento entre 2011 e 2018, no CRNM. Esse é um dado que parece comprovar as especulações iniciais de que os processos de composição familiar no conjunto são altamente dinâmicos, embora nos falte dados a respeito das outras regiões para aquilatá-lo. Como dito, a queda da participação de famílias estendidas em 2018 nos faz acreditar que os arranjos domiciliares têm, em realidade, convergido para o padrão família nuclear.

Observamos também que o sistema construtivo das residências do CRNM possui características convencionais, ou seja, não apresenta tecnologias industriais ou outro sistema de produção que possibilitasse qualquer alteração e/ou adaptabilidade da habitação. A alteração de qualquer elemento que esteja inserido nessas vedações ou sua retirada podem gerar desperdícios e custos intangíveis para a população em questão. Ou seja, adaptar a casa de acordo com o tamanho e as necessidades da

família está fora de questão. Resta, então, procurar outra residência (alta vacância) ou adequar o tamanho da família à moradia (fragmentar-se).

7. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

De acordo com as conclusões até o momento, podemos apontar demais estratégias com o intuito de aprofundar e validar ainda mais nossas conjecturas. A primeira delas se refere à escolha de um grupo de controle que resida em moradias com área mínima de difícil expansão e uso inflexível, mas com cenário socioeconômico diferente do CRNM, para, assim, comparar as alterações do ciclo de vida e motivações, de acordo com a residência e situação econômica. Com isso, será possível analisar com maior acurácia a influência da residência no formato domiciliar, de acordo com perfis sociais distintos.

Outra estratégia seria averiguar a idade de todos os residentes do Condomínio e seu ciclo de vida, antes e após residirem no local, para que se torne possível analisar o quanto residir em uma residência com características físicas habitacionais mínimas pode influenciar na fragmentação e/ou associação de membros domiciliares ao longo do tempo.

E, por último, contactar alguns dos arranjos domiciliares que abandonaram as residências do Condomínio, com o intuito de investigar suas reais motivações para tal, como também, possíveis alterações do ciclo de vida e arranjo domiciliar, ou seja, investigar se mudar de residência possibilitou certas tomadas de decisões que residindo no Condomínio não seriam possíveis, devido ao exíguo espaço físico e inflexível das habitações oferecidas no CRNM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, v. 1, p. 373, 2002.

ABOUT. DINC Family, Chinese Culture, 2007. Disponível em: <<http://chineseculture.about.com/library/weekly/aa022300a.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGUI, Suzana; BARROS, Luiz Felipe W. A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas. **Textos para Discussão**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. n. 30, p. 34, 2010.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, Suzana M. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. **Demografia dos negócios**. Campinas, v.3, p.257-286, 2006.

ARIÈS, Philippe. Two Successive Motivations for the Declining Birth Rate in the West. **Population and Development Review**, v. 6, n. 4, p. 645–650, 1980.

ARRIAGADA, Irma A. Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo. Serie Políticas Sociales. IV Conferencia Iberoamericana sobre Familia: Familia, Trabajo y Calida de Vida, n. 21, p. 1–52, 1997.

AYMONINO, Carlo. **La vivienda racional – Ponencias de los congresos: CIAM 1929-1930**, Gustavo Gilli, 1973.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **Perspec.**, São Paulo, v.15, n.1, Jan./Mar. 2001.

BARCELOS, et al. Qualidade do espaço nas habitações sociais: a possibilidade de otimizar funcionalidade, custos e racionalização construtiva. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009, São Carlos, SP. **Anais do Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído**. São Paulo: EESC USP, 2009. 856 – 858.

BENGTSON, V. L. Beyond the nuclear family: the increasing importance of multigenerational bonds. **Journal of Marriage and Family**, Bengtson. v. 63, n. 1, p. 1-16, 2001.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo. v. 74, 2016.

BERQUÓ, Elza; GARCIA, Sandra. Segunda transição demográfica, significados e enigmas. **Revista Demografia em debate**, v.4, 2015.

BILAC, Elizabeth D.. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Editora Unesp. São Paulo. 2002, p. 1–30.

BOLINA, Alisson Fernandes; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Arranjo domiciliar de idosos e determinantes sociodemográficos e de saúde: um estudos longitudinal. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2016; 24:e2737 2016.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. XXIX (127), p. 711-732, 1994.

_____. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. Estação Liberdade, FAPESP, São Paulo, 1998.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, p. 70–104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 22 nov. 2019.

BONSIEPE, G. A **Tecnologia da Tecnologia**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1983.

BRANDÃO, D. Q. **Diversidade e Potencial de Flexibilidade de Arranjos Espaciais de Apartamentos**: uma análise do produto imobiliário brasileiro. 2002. 443 f. Florianópolis. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BRANDÃO, D. Q. **Habitação social evolutiva**: aspectos construtivos, diretrizes para projetos e proposição de arranjos espaciais flexíveis. Cuiabá: CEFETMT, 2006. 94 p.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil**: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Minas Gerais: Cedeplar, 2007 (Textos para a discussão, 318).

BRITO, Fausto et al. A Transição Demográfica e as Políticas Sociais no Brasil. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Org.). **População e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília - DF. Brasil: CGEE, 2008. p. 19–63.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. In: CAMARANO, Ana Amélia (Organizadora). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMPANHOLO, J. L. Construção Personalizada: uma realidade do mercado. **Téchne**, São Paulo, v. 41, p. 63-66, Jul./ago. 1999.

CARDOSO, Adauto Lucio. Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.

CARTER. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar** – Uma Estrutura para a Terapia Familiar. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, L.O. **Análise Qualitativa dos Custos Decorrentes da Personalização de Unidades Residenciais**. 2004. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: Contribuições, equívocos e silêncios. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 22, n. 2, July/Dec. 2005.

CAVENAGHI, Suzana M.; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil**: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. Notas de población, 2011.

CIUFFOLINI, María Alejandra; SHIMBO, Lúcia Zanin. **Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil e na Argentina**. Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina, 2013, p. 241.

CÍRICO, L. A. **Por Dentro do Espaço Habitável**: uma avaliação ergonômica de apartamentos e seus reflexos nos usuários. 2001. 156 f. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CIRINO, Douglas Soares. **Agentes Sociais e Políticas Públicas Habitacionais em Muriaé – Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. PUC Rio. Rio de Janeiro. 2012.

DA CUNHA, Tiago Augusto; DA SILVA, Maristela Siolari. Evidências de imprecisão nas políticas habitacionais brasileiras: o caso de São Paulo. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 52-71, 2018.

DHONTE, Mr Pierre. **Demographic transition in the middle east-implications for growth, employment, and housing**. International Monetary Fund, 2000.

DIGIACOMO, M. C. **Estratégias de Projeto para Habitação Social Flexível**. 2004. 163 f. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DIÓGENES, Victor Hugo Dias. Quando menos é mais: Análise do impacto da transição demográfica no perfil de consumo do Brasileiro. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2014, São Pedro, SP. **Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. São Paulo, 2014. 14 – 16.

ELDER, Glen H. Time Human Agency and Social Change Perspectives on the Life Course. **Social Psychology Quarterly**, v. 57, n.1, p. 4–15, 1994.

FERNANDES, J. A. C. G. **Preferências Quanto à Localização e Influência do Ciclo de Vida Familiar**. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)-UFSC, Florianópolis.

FERREIRA, Diogo da Cruz. **Das consequências do programa Minha Casa Minha Vida na sociabilidade de um “condomínio” em uma cidade média de Minas Gerais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem – CCH. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes. 2015.

FERREIRA, João S. W. F.. **Produzir Casas ou Construir Cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo, Brasil: Editora Fupam, 2012.

FINEP-GAP. **Habitação Popular** - Inventário da ação governamental, v. 1. Rio de Janeiro, 1983.

FINKELSTEIN, C. W. **Flexibilidade na Arquitetura Residencial: um estudo sobre o conceito e sua aplicação**. 2009. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FOLZ, Rosana Rita; MARTUCCI, Ricardo. Habitação mínima: Discussão de padrão de área mínima aplicado em unidades habitacionais de interesse social. **Revista Tópos**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007.

FONTES, Márcia Barroso. **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil**: Uma análise orçamentária. 2014. Tese (Doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

FORTES, Meyer. Introduction. In: GOODY, Jack. **The developmental cycle in domestic groups**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958, p. 1-14.

FRIEDMAN, Alice T. The way you do the things you do: writing the history of houses and housing. **Journal of the Society of Architectural Historians**, v. 58, n. 3, p. 406-413, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, MG. Brasil: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações., 2013.

GLICK, Paul C. The Family Life Cycle and Social Change. **National Council on Family Relations**, Published online, v.38, n. 2, p. 123-129, Abr. 1989.

GOMES, Isabel Cristina; LEVY, Lúcia. Casamentos e recasamentos: diferentes tempos de um encontro amoroso. **Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 29, p. 19-34, 2010.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes; GANTT, Barbara B. The urban family and poverty in Latin America. **Latin American Perspectives**, v. 22, n. 2, p. 12-31, 1995.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes, 2011.

HASTENREITER, José Carlos. **Revista de Historiografia Muriaeense**, Fundação Hastenreiter, Muriaé-MG, ano X, n. 7, 1987.

HERBERT, G. Designing for human behavior: some performance guidelines for the design and evaluation of environmental spaces in the dwelling. In: LICHFIELD, Nathaniel. **New trends in urban planning**. Dan Soen (Ed.). Oxford: Pergamon, 1979, 198-216.

HÖHN, Charlotte; MACKENSEN, Rainer. Introduction. In: GREBENIK, E.; HÖHN, C.; MACKENSEN, R. (Org.). **Later Phases of the Family Cycle. Demographic Aspects**. UK: IUSSP. Claredon Press - Oxford, 1989. p. 1–18.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2019.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**, Rio de Janeiro. v. 41, p. 712, 2013. (Série Relatórios Metodológicos).

KENCHIAN, Alexandre. **Qualidade Funcional no Programa e Projeto de Habitação**. 2011. Tese (Doutorado) FAU– Universidade Federal de São Paulo, 2011, São Paulo.

KIRK, D. Demographic Transition Theory. **Population Studies**, Published online, v.50, n.3, p.361-387, Nov. 1996.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional?**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2013.

LARCHER, José Valter Monteiro. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social**. 2005. Dissertação (Pós- graduação em Construção Civil), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

LENOIR, Remi. Reprodução social e moral familiar. In: LOYOLA, M. A. **Bioética reprodução e gênero na sociedade contemporânea**. ABEP & Letras Livres: Rio de Janeiro e Brasília, 2005.

LESTHAEGHE, Ron. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and development review**, v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.

LOPES, Valdecir F. La familia en el Brasil, según el censo de población de 1960. **Notas de Población**, 1976.

LOPEZ-GAY, Antonio; PALÓS, Albert Esteve. **El auge de la cohabitación y otras transformaciones familiares en América Latina**. Investigación se ha desarrollado en el contexto del proyecto WorldFam, European Research Council (ERC-2009-StG-

240978). Centre d'Estudis Demogràfics, Espanha, 2014. p. 113 – 125

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Ricardo Nader. **A adequação da habitação de interesse social aos arranjos familiares no município de São Paulo em 2010**. 2019. Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2019.

MARQUES, Eduardo; RODRIGUES, Leandro. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, São Paulo. v. 15, n. 2, p. 159-177, 2013.

MELCHIORS, Lucia Camargos. Como anda a habitação social no Brasil? **Reflexões sobre a trajetória das políticas habitacionais da década de 1960 à atualidade**. Goiânia, v. 2, n. 2, p. 199-218, jul./dez 2016.

MONTALI, Lilia. Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11199-20150626.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

OGDEN, P. E.; & Hall, R. (2004). The second demographic transition, new household forms and the urban population of France during the 1990s. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Published online, v. 29, n. 1, p. 88-10, 2004.

OLIVEIRA, Maria Coleta. Algumas notas sobre “ciclo vital” como perspectivas de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1982, Local. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 2014. 618 – 620.

_____. **A Segunda Transição Demográfica: nova teoria ou mais do mesmo?** Segunda Transição Demográfica no Brasil? Significados e Enigmas, Abep. E-book, p. 141–150, 2015.

OLIVEIRA, Renata da Silva. **O acesso à arquitetura e à cidade na produção estatal de habitação popular em Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP de 2005 a 2012**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.

PALERMO C. et all. Habitação Social: Uma Visão Projetual. In: COLÓQUIO DE PESQUISAS EM HABITAÇÃO “COORDENAÇÃO MODULAR E MUTABILIDADE”, 4, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** EAUFMG: EESC USP, 2014. 4 – 6.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMANN, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista brasileira de estudos populacionais**, Rio de Janeiro. v. 22, n. 2, p. 13-15, 2005.

PINELLI, Antonella. Gênero e Famílias nos Países Desenvolvidos. **Demographics**, v. 2, n.X, p. 55–98, 2004.

ROLNIK, Raquel et al. Inserção Urbana no PMCMV e a Efetivação do Direito à Moradia Adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria B. C. (Org.). . **Minha Casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital, 2015. p. 391–417.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF**, v. 1, n. 13, p. 123-158, 2011.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial, 2017.

ROMERO, Marcelo de Andrade; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Antac (Ed.). FAU, Porto Alegre, 2003.

ROXBOROUGH, Ian. Modernization teory revisited. A review article. **Comparative Studies in Society and History**, v. 30, n. 4, p. 753-761, 1958.

SANTO AMORE, Caio. “Minha Casa Minha Vida” para Iniciantes. In: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria B. C. (Org.). . **Minha Casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital, 2015. p. 11–28.

SAKAMOTO, C. S. **Mudanças na composição das famílias e impacto na distribuição de rendimentos**: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UNICAMP, Campinas, SP, 2014.

SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. **Anais**, p. 1-16, 2016.

SOEN, D. Habitability: occupant’s needs and dwelling satisfaction. In: LICHFIELD, Nathaniel. **New trends in urban planning**. Dan Soen (Ed.). Oxford: Pergamon, 1979. p. 119-132.

SOUZA, A. G. (Org.). **Habitar contemporâneo** - novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: FAU-UFBA / LAB Habitar, 1997.

SZÜCS, C. P.; SOUZA, M. E. F.; BRUNETTO, A. Qualidade na habitação social: requisitos de projeto. Fortaleza, 1999. In: V ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, Fortaleza, 1999.

TORRES, H.; DIAS, E. A política habitacional e a metrópole. In: Primeira Análise. São Paulo: Fundação Seade, 2016.

VALENÇA, Márcio M.; BONARES, Mariana F.. The trajectory of social housing policy in Brazil: From the National Housing Bank to the Ministry of the Cities. **Habitat International**, Olinda. v. 34, n. 2, p. 165–173, 2010.

VEGGI, Carlos Augusto. **Fatores críticos de sucesso no desempenho de um pólo: O caso do arranjo produtivo local de indústrias de vestuário de Muriaé/MG**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sistemas Integrados de Gestão). Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócio e Meio Ambiente – LATEC. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005.

VIEIRA, Joice M.. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [online] v. 25, n. 1, p. 27–48, 2008.

WAJNMAN, Simone. Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros. 2012. (Tese de Professor Titular) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, 2012.

ANEXOS

Anexo A

1	CARACTERÍSTICAS DO MORADOR		
1.0	Nome do morador		
1.01	Feminino	Masculino	1.02 Qual é o mês e o ano do seu nascimento?
Sexo			Mês Ano
2	CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO		
2.01	Este domicílio é:		
	Próprio de algum morador – Já pago Próprio		
	de algum morador – Ainda Pagando		
	Alugado		
	Cedido de outra forma		
	Outra opção		
3	INFORMAÇÕES SOBRE MORADORES		
3.00	Qual é o seu formato de família hoje:		
3.01	Nome do morador		3.02 Qual é a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio?
a-			
b-			
c-			
d-			
e-			
f-			
g-			
h-			
i-			
Relação com o responsável			

(Continua)

(Continuação)

1. Pessoa responsável pelo domicílio	6. Enteadado(a)	11. Bisneto(a)	16. Convivente
2. Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente	7. Genro ou nora	12. Irmão ou irmã	17. Pensionista
3. Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo	8. Pai, mãe, padrasto ou madrasta	13. Avô ou avó	18. Empregado(a) doméstico(a)
4. Filho(a) do responsável e do cônjuge	9. Sogro(a)	14. Outro parente	19. Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)
5. Filho(a) somente do responsável	10. Neto(a)	15. Agregado(a)	20. Individual em domicílio coletivo
3.01 Qual era o formato de família no ano em que começou a morar no Condomínio:			
30 de abril de 2011	30 de abril de 2013	30 de abril de 2015	Hoje
a-			
b-			
c-			
d-			
e-			
f-			
g-			
h-			
i-			
4-00 Qual o motivo da adição ou subtração dos moradores da sua residência?			
Adição		Subtração	
Dependência financeira		Independência financeira	
Estudos na cidade		Estudos em outra cidade	
Emprego na cidade		Emprego em outra cidade	

(Continua)

(Continuação)

Dependência por cuidados		Conflitos internos	
Nascimento		Morte	
Casamento (coabitação)		Divórcio	
Outros:		Casamento	
		Outros:	
5-00 Teria outro filho morando nesse condomínio?			
Sim	Não	Por quê?	
5.01 Se você morasse numa casa com mais 1 dormitório, teria outro filho?			
Sim	Não	Por quê?	
5.02 Você convidaria outra pessoa para morar com você(s) morando nesse Condomínio?			
Sim	Não	Por quê?	
6.00 Sabe ler e escrever?			
a-		d-	g-
b-		e-	h-
c-		f-	i-
8.00 Qual a profissão que exercia em 2011, 2013, 2015 e hoje?			
a-		d-	g-
b-		e-	h-
c-		f-	i-
1 - Empregado com carteira de trabalho assinada		4 - Autônomo	
2 - Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos		5 – Empregador	
3 - Empregado sem carteira assinada		6 - Não-remunerado	

Anexo B – Roteiro de entrevista semiestruturada

DOMICÍLIO ONDE HOUE ADIÇÃO DE MORADORES POR NASCIMENTO	
1	Como vocês se dividem na casa para dormir?
2	Haveria a possibilidade de outro familiar ou amigo morar, ou mesmo ficar por um tempo com vocês na casa?
DOMICÍLIO ONDE HOUE SUBTRAÇÃO DE MORADORES POR CASAMENTO	
1	Por que suas filhas deixaram de morar com vocês?
2	Como era a casa onde vocês moravam antes de vir para o Condomínio?
DOMICÍLIO ONDE HOUE SUBTRAÇÃO E ADIÇÃO DE MORADORES	
1	Por que seus pais e irmãos deixaram de morar nessa casa?
2	Por que você e seu marido não saíram da casa, ao invés de seus pais e irmãos?
3	Teria a possibilidade de seus familiares voltarem a morar com você, seu marido e filha?